

RELATÓRIO E CONTAS 2013

Versão para aprovação em AG

ASA, S.A. Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea
Sede: Aeroporto Internacional Amílcar Cabral
CP nº58 – Espargos – Ilha do Sal República de Cabo Verde
www.asa.cv

ÍNDICE

Índice 1

I. Resolução de Aprovação das Contas de 2013 2

II. Nota do Presidente 3

III. Relatório de Gestão Consolidado 4

A. Informação Corporativa 4

B. Contexto Económico 6

C. Atividade da ASA em 2013 11

1. Navegação aérea 11

2. Atividade aeroportuária 13

E. Desempenho Económico 18

1. Resultados 18

2. Rendimentos 20

3. Gastos 24

F. Gestão Financeira 28

1. Situação Financeira Patrimonial 29

2. Fluxos de caixa 29

3. Clientes e gestão de crédito 30

4. Infraestruturas e Investimentos em Ativo Fixo 33

G. Gestão de Recursos Humanos 36

1. Programa de Estágios 40

2. Formações realizadas em 2013 42

H. Qualidade, Ambiente, Higiene e segurança no trabalho 45

IV. Contas 2013 46

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 51

I. RESOLUÇÃO DE APROVAÇÃO DAS CONTAS DE 2013

RESOLUÇÃO Nº 01/PCA/MPL/14

Nos termos da alínea c) do Artº 15º dos Estatutos da Empresa, o Conselho de Administração em reunião ordinária do dia 27 de Maio de 2014, para o efeito convocado, apreciou positivamente o Relatório e Documentos de Prestação de Contas do Exercício Económico de 2013, tendo decido submetê-los à aprovação final pela Assembleia Geral.

Por ser verdade e para constar, lavrou-se a presente resolução abaixo assinada pelos membros presentes:

O Conselho de Administração

Mário Manuel da Paixão Silva Lopes – Presidente

Jorge Pedro dos Santos Fonseca – Vogal

Ilha do Sal, aos 27 de Maio de 2014

II. NOTA DO PRESIDENTE

III. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

A. INFORMAÇÃO CORPORATIVA

A Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, abreviadamente designada ASA, é uma empresa pública sob a forma de sociedade anónima, com um capital social de 5.500.000.000$00, representado por 550.000 ações de valor nominal 10.000$00 cada, detidas na sua globalidade pelo Estado de Cabo Verde.

A ASA tem por missão a prestação dos serviços de apoio à aviação civil, garantindo a gestão e segurança do tráfico aéreo bem como a gestão dos aeroportos de Cabo Verde. A atividade da ASA está portanto centrada em dois ramos fulcrais que são os serviços de Navegação Aérea e a Gestão Aeroportuária.

A sua sede encontra-se na ilha do Sal, mas conta com sucursais nas ilhas de Santiago, São Vicente, Boa Vista, São Nicolau, Fogo e Maio.

Os serviços de Navegação Aérea são prestados a partir do Centro Oceânico de Controlo do Sal e a rede aeroportuária gerida engloba quatro aeroportos internacionais situados nas ilhas de Sal, Santiago, São Vicente e Boa Vista, mais três aeródromos ativos nas ilhas de São Nicolau, Fogo e Maio.

A visão da ASA é ser uma entidade de referência nacional e internacional na gestão de aeroportos e serviços de tráfego aéreo, reconhecida pelos seus princípios de sustentabilidade e pela sua orientação para a prestação de um serviço de elevada qualidade e segurança para os seus clientes.

A ASA expressa a sua cultura num conjunto de valores que caracterizam a sua atuação:

Qualidade e Segurança – preocupação com o rigor e profissionalismo na execução dos procedimentos de trabalho e normas de segurança;

Orientação para o Cliente – orientação da atividade em função das necessidades, expectativas e desafios do cliente interno e externo, alicerçada num relacionamento empático;

Desenvolvimento dos Colaboradores – enfoque no desenvolvimento das competências dos colaboradores, identificando as necessidades de aperfeiçoamento técnico e comportamental e promovendo a sua melhoria;

Ética e Responsabilidade Social – Postura de transparência, lealdade e confiança dentro da ASA e no relacionamento com o exterior, caracterizada por uma forte responsabilidade face aos colaboradores, à sociedade e às questões ambientais.

Orientação para os Resultados – orientação da atividade no sentido de alcançar os objetivos a curto e a longo prazos a que a ASA se propõe, através de uma utilização eficiente dos recursos.

Para realizar a sua missão e tendo como foco a sua visão a empresa definiu seis pilares básicos bem como as diretrizes estratégicas que devem dirigir e nortear a sua atividade e desempenho:

Segurança – manter os mais elevados níveis de segurança da aviação civil;

Eficiência Económica e Viabilidade Financeira – garantir o equilíbrio financeiro da empresa, melhorar a rendibilidade dos aeroportos e da navegação aérea

Infraestruturas e Serviços – desenhar e executar um plano de investimentos em infraestruturas e serviços que permita adaptar a capacidade das infraestruturas à demanda do tráfego aéreo, aumentando a operacionalidade e qualidade dos serviços e potenciando a inovação tecnológica e otimização de processos

Qualidade, Ambiente e Segurança no Trabalho – implementar um sistema de gestão da qualidade que permita a otimização dos processos, a sustentabilidade ambiental e eficiência energética, incrementando os níveis de segurança no trabalho e prevenção de riscos laborais

Capital Humano – promover o desenvolvimento das pessoas, aumentando a sua motivação e compromisso com a empresa

Marketing e comunicação institucional – reforçar a imagem corporativa e melhorar a comunicação interna

São órgãos sociais da empresa a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, cujos membros exercem funções por mandatos de 3 anos renováveis, nos termos do Estatuto da ASA (Decreto Regulamentar nº 3/2011, de 4 de Junho)

A Assembleia Geral é composta pelo presidente, Sr. António de Pina Tavares e pelo secretário Sr. José Custódio da Rocha Silva

O Conselho de Administração é composto pelo presidente, Sr. Mário Manuel da Paixão Silva Lopes, e por dois Administradores Srs. Jorge Pedro dos Santos Fonseca e Américo Faria Medina, sendo todos os membros administradores executivos.

O Conselho Fiscal é composto pelo presidente Sr. José Carlos Tavares e por dois vogais, Sra. Carla Cruz e Sr. Anastácio Silva.

B. CONTEXTO ECONÓMICO

O exercício económico ora findo reveste-se de importância acrescida para a ASA tendo em conta que coincide com o ano de avaliação final do grau de sucesso obtido na execução do Plano de Negócios traçado para o quinquênio 2009-2013.

Os principais desafios constantes nesse Plano de Negócios consistiram em:

- Execução de um volume de investimentos de aproximadamente 4.6 milhões de contos, por forma a cumprir objectivos estratégicos de modernização e capacitação das infraestruturas aeroportuárias, habilitando-as a responder eficazmente às demandas do crescimento do tráfego;
- Manutenção das taxas aeroportuárias visando garantir a competitividade no mercado, promovendo o equilíbrio financeiro da empresa através de medidas eficientes de gestão financeira, com destaque para as políticas de gestão de créditos e de cobrança e racionalização nos gastos.
- Implementação de um sistema de gestão integrado dos RH ancorado em ferramentas modernas de gestão como o plano estratégico de formação, uma eficiente política de carreiras e compensações e um sistema de gestão e avaliação do desempenho, visando o desenvolvimento dos colaboradores e seu

alinhamento com o objectivo estratégico de qualidade e segurança na prestação dos serviços.

- Finalização e implementação do projeto preparatório para a certificação da empresa no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, Higiene e Segurança no Trabalho de acordo com as normas ISO 9001 e OSHAS 18001.

Os resultados alcançados são satisfatórios conforme se pode observar nos principais indicadores de catividade e de performance económica e financeira.

O volume do tráfico na FIR registou um modesto aumento na ordem dos 3.4%, traduzindo-se num crescimento anual de cerca de 0.8%, taxa essa que combina uma redução em 2009 de (-11.4%) e de (-0.3%) em 2012, bem como crescimentos de 3.9% em 2010 e 12.6% em 2011.

O volume total de passageiros cresceu cerca de 28.5% entre 2008 e 2012, a uma taxa média anual de 6.5%. O volume de passageiros internacionais cresceu robustamente cerca de 48.2%, o que corresponde a uma taxa média anual de crescimento de 10.3%. Já o sector doméstico cresceu cerca de 10.4%, a um ritmo de 2.5% anual, com um declínio mais significativo em 2012, devido sobretudo a problemas operacionais das transportadoras nacionais.

ASA Group Passengers	2009	2010	2011	2012	2013	Growth 2009-2013	CAGR 2009-2013
Total Domestic	787.277	864.549	885.921	829.533	703.472	-10,64%	-2,23%
	4,8%	9,8%	2,5%	-6,4%	-15,2%		
Total Internacional	744.522	836.153	1.009.180	1.019.922	1.083.230	45,49%	7,79%
	8,2%	12,3%	20,7%	1,1%	6,2%		
Total Airport traffic	**1.531.799**	**1.700.702**	**1.895.101**	**1.849.455**	**1.786.702**	16,64%	3,13%
	6,4%	11,0%	11,4%	-2,4%	-3,4%		
Overflights (FIR)	**37.731**	**39.219**	**44.165**	**44.026**	**43.037**	14,06%	2,67%
	-11,4%	3,9%	12,6%	-0,3%	-2,2%		

Tabela 1- Evolução do Tráfego 2008-2012

Em termos de desempenho económico e não obstante a redução verificado no nível dos resultados desde 2008, a ASA continua a ser uma empresa rentável com um EBITDA superior a 1,2 milhões de contos. Os resultados líquidos têm sido positivos ao longo dos exercícios com exceção do de 2009.

ASA Group Thousands of CVE, current prices	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Air navigation revenues	3.701.495	3.175.430	3.213.891	3.503.314	3.333.999	3.066.542
Airport revenues	1.250.911	1.213.901	1.339.408	1.536.794	1.632.282	1.614.846
Non-aeronautical revenues	120.326	99.885	101.151	103.953	132.808	144.501
Total revenues	**5.072.733**	**4.489.216**	**4.654.451**	**5.144.061**	**5.099.089**	**4.825.890**
Personnel expenses	1.125.851	1.136.506	1.182.305	1.179.827	1.234.097	1.242.282
Other expenses	1.244.538	1.956.679	1.682.407	1.669.728	1.778.303	1.978.662
EBITDA	**2.702.344**	**1.396.031**	**1.789.739**	**2.294.506**	**2.086.688**	**1.568.059**
Depreciation	1.076.150	967.131	965.896	978.419	1.152.269	1.189.732
Total operating costs	**3.446.538**	**4.060.316**	**3.830.608**	**3.827.974**	**4.164.670**	**4.410.676**
Provisions	247.152	18.473	142.013	26.686	39.999	38.991
OPERATING PROFITS	**1.379.043**	**410.427**	**681.830**	**1.289.401**	**894.420**	**339.335**
Capital employed	13.279.371	12.486.105	12.045.880	12.199.066	11.988.466	14.282.893
ROCE	10,4%	3,3%	5,7%	10,6%	7,5%	2,4%
Non-recurrent profits	-184.393	-132.275	-39.075	34.537	-34.039	
Interest (net payable)	380.420	284.866	220.873	184.138	291.933	240.342
Tax on profits	279.386	18.264	103.484	295.713	210.429	96.549
Net profits (after tax)	**534.844**	**-24.979**	**318.398**	**844.087**	**357.754**	**112.108**

Durante o quinquênio conseguiu-se um volume de negócios muito próximo daquilo que fora previsto, não obstante a redução verificada nos rendimentos de Navegação Aérea e que se situaram a um nível inferior em 8% relativamente ao previsto, os rendimentos aeroportuários situaram-se a um nível superior ao previsto em cerca de 28%, o que espelha os esforços da ASA em melhorar a eficiência na gestão dos aeroportos e no incremento dos rendimentos. Para isso foi decisivo algumas medidas nomeadamente na gestão estratégica de RH, contenção do quadro de pessoal bem como a definição de uma política salarial eficiente.

O retorno dos capitais investidos é positivo, embora tenha oscilado durante o período, em consequência das variações registadas nos resultados e nos investimentos efectuados ao longo do período e sua inclusão no balanço da empresa.

ASA tem mantido uma estrutura de capital equilibrada, com um debt-to-equity dentro dos limites recomendados e tem conseguido fazer face aos encargos de financiamento e reembolsos de capitais sem quaisquer dificuldades.

ASA Group Thousands of CVE, current prices	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Equity	1.500.000	5.201.184	5.201.184	5.201.184	5.500.000	5.500.000
Reserves & retained earnings	6.427.139	2.498.542	2.816.941	3.501.828	3.183.766	3.193.913
Total capital and reserves	**7.927.139**	**7.699.726**	**8.018.124**	**8.703.012**	**8.683.766**	**9.043.431**
Long-term debt	5.199.925	4.520.481	4.069.752	3.539.665	3.302.295	3.150.284
Medium/short term debt	774.329	737.172	685.336	1.354.527	759.949	870.847
Total debt	**5.974.254**	**5.257.653**	**4.755.088**	**4.894.192**	**4.062.244**	**4.021.131**
Interest payments	380.420	284.866	220.873	184.138	291.933	240.342
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Debt-to-equity ratio	75%	68%	59%	56%	47%	44%
Debt/EBITDA	2,2	3,8	2,7	2,1	1,9	2,6
EBIT/Interest	3,6	1,4	3,1	7,0	3,1	2,3

Durante o período foi executado um volume de investimentos cerca de 2.952.134 contos, correspondente a uma taxa de realização de 68% do total da carteira prevista no Plano de Negócios para o período.

Dos investimentos realizados destacam-se a aquisição de viaturas de combate a incêndio para todos os aeroportos e aeródromos do país, a expansão da plataforma do Aeroporto Internacional Aristides Pereira na ilha da Boa Vista e a reabilitação da pista do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral na ilha do Sal, cujos detalhes encontram-se no mapa a seguir.

					U=Contos
	Total Projecto	Fonte	Controlo de Execução		
DESCRIÇÃO	Business Plan	Financiamento	Previsto	Realizado	% Realização
Sede ASA					
Centro Empresarial	300.000	BEI/ASA	**300.000**	**0**	**0%**
Plano Nacional de Aeroportos	11.000	ASA	**11.000**	**0**	**0%**
Plano Nacional CNS-ATM	27.500	ASA	**27.500**	**0**	**0%**
Outros	216.500	ASA	**173.200**	**161.847**	**93%**
	555.000		**511.700**	**161.847**	**32%**
FIR Oceânica do Sal					
Substituição/melhoramento do VHF Remoto	27.500	ASA	**27.500**	**0**	**0%**
VOR/DME Boavista	110.000	ASA	**110.000**	**0**	**0%**
VOR/DME ASP	110.000	ASA	**110.000**	**0**	**0%**
VOR/DME AIAC	110.000	ASA	**110.000**	**0**	**0%**
Aumaneto GNSS	33.000	ASA	**33.000**	**0**	**0%**
Torre Controlo ASP	165.000	ASA	**165.000**	**0**	**0%**
Actualização Sistasal	165.000	ASA	**165.000**	**8.731**	**5%**
Torre Controlo AIAC	44.000	ASA	**44.000**	**3.898**	**9%**
Outros	40.000	ASA	**32.000**	**64.959**	**203%**
	804.500		**796.500**	**77.588**	**10%**
Aeroporto Internacional Amilcar Cabral					
Reabilitacção da Pista	121.000	ASA	**121.000**	**111.635**	**92%**
Projecto OASIS	891.000	BEI/ASA	**891.000**	**166.671**	**19%**
Viaturas de Combate Incêndios	304.490	ASA/ (Espanha)	**304.490**	**396.351**	**130%**
Caminho Periférico	104.500	BEI/ASA	**104.500**	**0**	**0%**
ETAR	79.200	BEI/ASA	**79.200**	**0**	**0%**
Outros	20.500	ASA	**16.400**	**118.599**	**723%**
	1.520.690		**1.516.590**	**793.256**	**52%**
Aeroporto da Praia					
Remoção da Camada de Desgaste da Pista	330.000	ASA	**330.000**	**305.151**	**92%**
Outros	20.000	ASA	**16.000**	**32.910**	**206%**
	350.000		**346.000**	**338.061**	**98%**
Aeroporto de S. Pedro					
Viaturas Combate Incêndios	93.700	ASA/ (Espanha)	**93.700**	**368.309**	**393%**
Outros Investimentos	11.500	ASA	**9.200**	**76.830**	**835%**
	105.200		**102.900**	**445.140**	**433%**
Aeroporto de S. Antão					
	0		**0**	**0**	
Aeroporto de S. Nicolau					
Viaturas Combate Incêndios	51.500	ASA/ (Espanha)	**51.500**	**39.850**	**77%**
Outros			**0**	**145.315**	
	51.500		**51.500**	**185.165**	**360%**
Aeroporto de S. Filipe					
Viaturas Combate Incêndios	51.500	ASA/ (Espanha)	**51.500**	**39.850**	**77%**
Outros Investimentos			**0**	**139**	
	51.500		**51.500**	**39.989**	**78%**
Aeroporto de Boa Vista					
Expansão da Plataforma de Estacionamento	319.000	ASA	**319.000**	**450.412**	**141%**
Instalações de carga	330.000	ASA	**330.000**	**13.783**	**4%**
Viaturas de Combate Incêndios	164.000	ASA/ (Espanha)	**164.000**	**258.744**	**158%**
Expansão do Terminal Pax	110.000	ASA	**110.000**	**0**	**0%**
Upgrade Torre ABV			**0**	**77.621**	
Outros	10.500	ASA	**8.400**	**42.857**	**510%**
	933.500		**931.400**	**843.417**	**91%**
Aeroporto do Maio					
Viaturas Combate Incêndios	51.500	ASA/ (Espanha)	**51.500**	**39.850**	**77%**
Viatura âmbulância			**0**	**0**	
Outros Investimentos	0	ASA	**0**	**27.821**	
	51.500		**51.500**	**67.671**	**131%**
TOTAL DO PROGRAMA INVESTIMENTOS	**4.423.390**	**0**	**4.359.590**	**2.952.134**	**68%**

Tabela 2. Investimentos BP 2009-2013 vs. Real 2009-2013

C. ATIVIDADE DA ASA EM 2013

Em termos globais, durante o exercício económico de 2013 a ASA registou um volume de 43.037 sobrevoos, 1.786.702 passageiros, 28.729 aeronaves, 3.072.902 kg de carga e 286.225 kg de correios.

						Variação 13/12	
	2009	2010	2011	2012	2013	valor	%
Sobrevoos	37.731	39.219	44.165	44.026	43.037	-989	-2,2%
Aeronaves	31.218	33.415	36.478	35.307	28.729	-6.578	-18,6%
Passageiros	1.531.799	1.700.702	1.895.101	1.849.455	1.786.702	-62.753	-3,4%
Carga	3.353.101	3.660.550	4.001.644	3.217.088	3.072.902	-144.186	-4,5%
Correios	425.486	346.978	326.651	267.496	286.225	18.729	7,0%

Tabela 3- Atividade

1. NAVEGAÇÃO AÉREA

No Ano de 2013, a FIR Oceânica do Sal processou menos 989 voos em relação ao ano 2012. Com efeito, o movimento na FIR Oceânica do Sal caiu 2,2,%, com um registo de 43.037 movimentos, o correspondente a uma média de 118 sobrevoos por dia.

	Evolução Anual					Variação			
	2009	2010	2011	2012	2013	2010/2009	2011/2010	2012/2011	2013/2012
Janeiro	3416	3275	3546	3808	3688	-4,1%	8,3%	7,4%	-3,2%
Fevereiro	2906	2921	3144	3478	3272	0,5%	7,6%	10,6%	-5,9%
Março	3378	3196	3648	3832	3629	-5,4%	14,1%	5,0%	-5,3%
Abril	3005	2898	3496	3569	3423	-3,6%	20,6%	2,1%	-4,1%
Maio	2926	2995	3690	3452	3535	2,4%	23,2%	-6,4%	2,4%
Junho	2918	3158	3519	3686	3642	8,2%	11,4%	4,7%	-1,2%
Julho	3394	3597	3994	3891	3932	6,0%	11,0%	-2,6%	1,1%
Agosto	3419	3637	3979	3852	3787	6,4%	9,4%	-3,2%	-1,7%
Setembro	3072	3227	3782	3673	3553	5,0%	17,2%	-2,9%	-3,3%
Outubro	3118	3488	3821	3659	3578	11,9%	9,5%	-4,2%	-2,2%
Novembro	3089	3331	3633	3470	3436	7,8%	9,1%	-4,5%	-1,0%
Dezembro	3090	3496	3913	3656	3562	13,1%	11,9%	-6,6%	-2,6%
Total	**37.731**	**39.219**	**44.165**	**44.026**	**43.037**	**3,9%**	**12,6%**	**-0,3%**	**-2,2%**

Fonte: boletim de tráfego ASA, GMCG 2013

Tabela 4 - Sobrevoos na FIR

As companhias aéreas que mais operações realizaram na FIR foram a TAP Portugal, a TAM Linhas Aéreas, a Air France, a Ibéria e a TACV. Com efeito, os maiores operadores sofreram cortes nas viagens entre a Europa e a América do Sul, com maior destaque para a Ibéria e a TAM Linhas Aéreas.

Apresenta-se na ilustração seguinte a evolução dos sobrevoos na FIR oceânica do Sal nos últimos 5 anos.

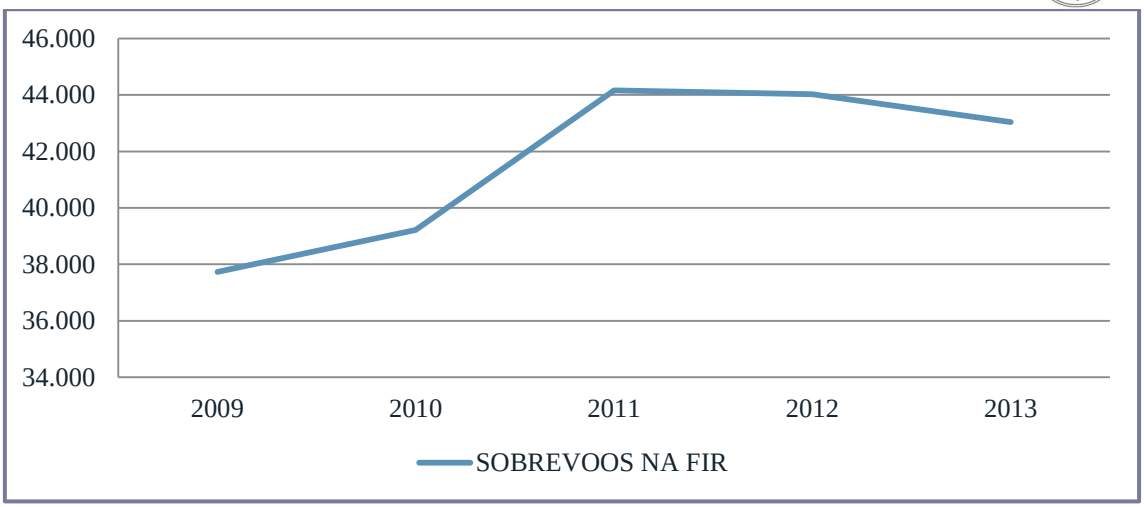


Ilustração 1 - Evolução anual de sobrevoos na FIR

2. ATIVIDADE AEROPORTUÁRIA

A) PASSAGEIROS

Os Aeroportos de Cabo Verde movimentaram durante o ano de 2013 o total de 1.786.702 Passageiros, o que representa uma quebra de 3,4% em comparação com o período homólogo de 2012. Esta diminuição foi provocada essencialmente pela redução de 15,2% na movimentação de passageiros em voos domésticos.

No período em análise, o tráfego internacional de passageiros aumentou 6,2%, com maior expressão no AIAC no Sal (mais 46.613), no AICE em São Vicente (mais 10.615), no e no AIPNM na Praia (mais 5.198). O AIAP registou um ligeiro acréscimo (mais 882), relativamente a 2012.

Fonte: boletim de tráfego ASA, GMCG 2013

AEROPORTO	NATUREZA	Evolução Anual					Variação 13/12	
		2009	2010	2011	2012	2013	Valor	%
AIAC - SAL	DOMÉSTICO	203.192	216.690	212.824	198.228	164.091	-34.137	-17,2%
	INTERNACIONAL	358.681	388.924	457.037	401.413	448.026	46.613	11,6%
	TOTAL	561.873	605.614	669.861	599.641	612.117	12.476	2,1%
AIPNM - PRAIA	DOMÉSTICO	256.803	285.324	299.060	276.927	244.153	-32.774	-11,8%
	INTERNACIONAL	214.066	221.481	231.655	220.122	225.320	5.198	2,4%
	TOTAL	470.869	506.805	530.715	497.049	469.473	-27.576	-5,5%
AIAP - BOAVISTA	DOMÉSTICO	61.609	71.369	83.546	69.015	52.339	-16.676	-24,2%
	INTERNACIONAL	171.737	214.363	297.194	356.686	357.568	882	0,2%
	TOTAL	233.346	285.732	380.740	425.701	409.907	-15.794	-3,7%
AICE - S.VICENTE	DOMÉSTICO	175.297	179.137	173.572	168.394	151.721	-16.673	-9,9%
	INTERNACIONAL	38	11.385	23.294	41.701	52.316	10.615	25,5%
	TOTAL	175.335	190.522	196.866	210.095	204.037	-6.058	-2,9%
AD S. FILIPE	DOMÉSTICO	55.499	69.159	71.051	74.408	58.094	-16.314	-21,9%
AD S. NICOLAU	DOMÉSTICO	21.174	25.934	26.659	26.436	23.088	-3.348	-12,7%
AD MAIO	DOMÉSTICO	13.703	16.936	19.209	16.125	9.986	-6.139	-38,1%
TOTAL	DOMÉSTICO	787.277	864.549	885.921	829.533	703.472	-126.061	-15,2%
	INTERNACIONAL	744.522	836.153	1.009.180	1.019.922	1.083.230	63.308	6,2%
	TOTAL	**1.531.799**	**1.700.702**	**1.895.101**	**1.849.455**	**1.786.702**	**-62.753**	**-3,4%**

NOTA: Não inclui passageiros em transito

Tabela 5- Movimento de Passageiros

No cômputo geral, o Aeroporto do Sal foi o único a apresentar um registo positivo, movimentando um total de 612.117 passageiros (mais 2,1%). Os restantes aeroportos registaram as seguintes quebras: AIPNM (menos 5,5%), AICE, São Vicente (menos 2,9%) AIAP, Boavista (menos 3,7%), São Filipe (menos 21,9%), S. Nicolau (menos 12,7%) e Maio (menos 38,1%).

Em termos de quotas, observa-se na ilustração 2 que o AIAC – SAL é o líder, com 34% do volume de passageiros, seguido do AIPNM – PRAIA e do AIAP – BOAVISTA com 26% e 23% respetivamente. Ao AICE, em São Vicente coube 12% do volume total de passageiros e os restantes 5% estão distribuídos pelos aeródromos.

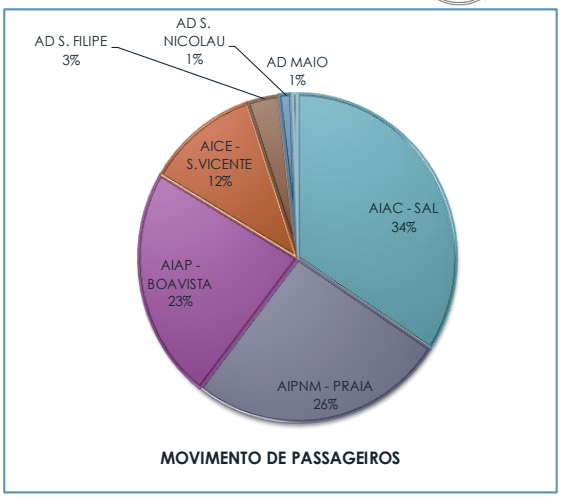


Ilustração 2 - Passageiros por Aeroportos

B) AERONAVES

No ano de 2013 os aeroportos de Cabo Verde movimentaram um total de 28.729 Aeronaves, o que representa uma quebra de 18,6% em comparação com o período homólogo de 2012. Esta diminuição foi provocada essencialmente pela atividade aérea aeroportuária doméstica que sofreu uma redução global de 30,8%, em relação a igual período de 2012, destacando-se: o AIAP que registou menos 41,3%, o AIAC menos 34,5%, o AIPNM menos 27,8%, o AICE menos 24,8% e os Aeródromos de Classe D todos com registos negativos nos ATM.

Por seu turno, o movimento internacional de aeronaves aumentou 4,2%, com maior expressão no AICE em São Vicente (mais 22,9%), no AIAP na Boavista (mais 5,5%) e no AIAC, Ilha do Sal (mais 3,4%).

Fonte: boletim de tráfego ASA, GMCG 2013

AEROPORTO	NATUREZA	Evolução Anual					Variação 13/12	
		2009	2010	2011	2012	2013	Valor	%
AIAC - SAL	DOMÉSTICO	6.236	5.931	6.216	5.944	3.892	-2.052	-34,5%
	INTERNACIONAL	4.731	5.153	5.595	6.015	6.219	204	3,4%
	TOTAL	10.967	11.084	11.811	11.959	10.111	-1.848	-15,5%
AIPNM - PRAIA	DOMÉSTICO	6.817	7.636	8.112	7.195	5.196	-1.999	-27,8%
	INTERNACIONAL	2.790	2.792	2.906	3.080	3.139	59	1,9%
	TOTAL	9.607	10.428	11.018	10.275	8.335	-1.940	-18,9%
AIAP - BOAVISTA	DOMÉSTICO	2.042	2.264	2.995	2.568	1.508	-1.060	-41,3%
	INTERNACIONAL	1.412	1.674	2.177	2.724	2.874	150	5,5%
	TOTAL	3.454	3.938	5.172	5.292	4.382	-910	-17,2%
AICE - S.VICENTE	DOMÉSTICO	4.608	4.465	4.295	3.802	2.859	-943	-24,8%
	INTERNACIONAL	5	129	271	449	552	103	22,9%
	TOTAL	4.613	4.594	4.566	4.251	3.411	-840	-19,8%
AD S. FILIPE	DOMÉSTICO	1.565	2.235	2.354	2.247	1.643	-604	-26,9%
AD S. NICOLAU	DOMÉSTICO	644	630	789	819	578	-241	-29,4%
AD MAIO	DOMÉSTICO	368	506	768	464	269	-195	-42,0%
TOTAL	DOMÉSTICO	22.280	23.667	25.529	23.039	15.945	-7.094	-30,8%
	INTERNACIONAL	8.938	9.748	10.949	12.268	12.784	516	4,2%
	TOTAL	**31.218**	**33.415**	**36.478**	**35.307**	**28.729**	**-6.578**	**-18,6%**

Tabela 6 - Movimento de aeronaves

Relativamente à sua distribuição pelos aeroportos, observa-se que a movimentação de aeronaves (ilustração 3) comporta-se de forma semelhante com o volume de passageiros, dado o seu grau de dependência.

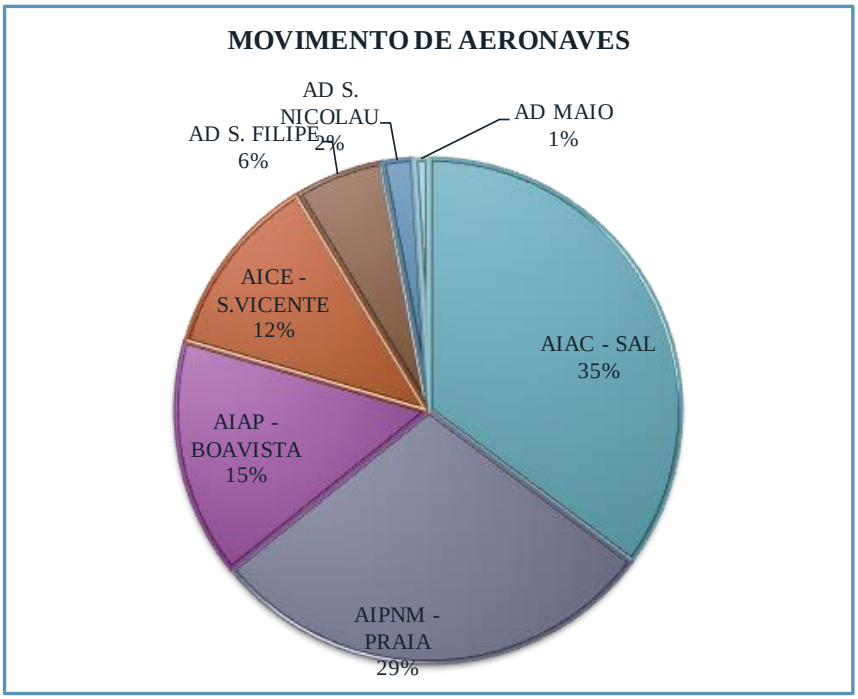


Ilustração 3 - Aeronaves por Aeroporto

D) CARGA

O movimento total de Carga Aérea caiu 4,5%, sendo menos 5,8% em termos domésticos e 2,5% em termos internacionais. O volume de carga processado em 2013 foi de 3.072.902 kg.

Fonte: boletim de tráfego ASA, GMCG 2013

AEROPORTO	NATUREZA	Evolução Anual					Variação 13/12	
		2009	2010	2011	2012	2013	Valor	%
AIAC - SAL	DOMÉSTICO	643.499	716.931	711.519	634.791	592.006	-42.785	-6,7%
	INTERNACIONAL	515.231	479.900	477.133	287.932	270.011	-17.921	-6,2%
	TOTAL	1.158.730	1.196.831	1.188.652	922.723	862.017	-60.706	-6,6%
AIPNM - PRAIA	DOMÉSTICO	611.559	755.915	801.969	679.894	688.920	9.026	1,3%
	INTERNACIONAL	822.861	792.072	828.389	741.412	620.768	-120.644	-16,3%
	TOTAL	1.434.420	1.547.987	1.630.358	1.421.306	1.309.688	-111.618	-7,9%
AIAP - BOAVISTA	DOMÉSTICO	221.005	234.943	264.001	183.102	149.668	-33.434	-18,3%
	INTERNACIONAL	29.660	48.716	190.097	62.105	101.215	39.110	63,0%
	TOTAL	250.665	283.659	454.098	245.207	250.883	5.676	2,3%
AICE - S.VICENTE	DOMÉSTICO	389.493	416.130	363.269	299.784	285.272	-14.512	-4,8%
	INTERNACIONAL	12.050	83.180	198.348	206.658	274.078	67.420	32,6%
	TOTAL	401.543	499.310	561.617	506.442	559.350	52.908	10,4%
AD S. FILIPE	DOMÉSTICO	61.055	75.736	107.649	67.143	51.974	-15.169	-22,6%
AD S. NICOLAU	DOMÉSTICO	26.649	39.165	41.588	35.190	27.594	-7.596	-21,6%
AD MAIO	DOMÉSTICO	20.039	17.862	17.682	19.077	11.396	-7.681	-40,3%
TOTAL	DOMÉSTICO	1.973.299	2.256.682	2.307.677	1.918.981	1.806.830	-112.151	-5,8%
	INTERNACIONAL	1.379.802	1.403.868	1.693.967	1.298.107	1.266.072	-32.035	-2,5%
	TOTAL	**3.353.101**	**3.660.550**	**4.001.644**	**3.217.088**	**3.072.902**	**-144.186**	**-4,5%**

Tabela 7 - Movimento de Cargas

O AICE – Aeroporto Internacional Cesária Évora e o AIAPNM – Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela foram os únicos aeroportos a registar crescimento em termos de carga em 2013, de 10.4% e 2.3% respectivamente.

Relativamente à distribuição do volume de carga registado, destaca-se que o aeroporto da Cidade da Praia é líder com 43%, seguido do AIAC – Aeroporto Internacional Amílcar Cabral no Sal com 28%, AICE com 18%, e AIAP – Aeroporto Internacional Aristides Pereira na ilha da Boa Vista com 8% e os aeródromos com os restantes 3%.

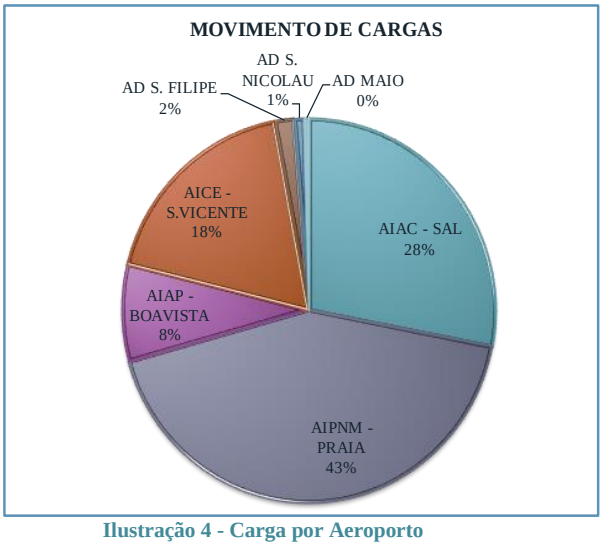


Ilustração 4 - Carga por Aeroporto

-

E) CORREIOS

Relativamente aos correios registou-se em 2013 um volume de 286.225 kg, um aumento de 7% relativamente ao ano anterior, sendo de mais 5% em termos domésticos e 9,6% em termos internacionais.

Fonte: Boletim de tráfego ASA, GMCG 2013

AEROPORTO	NATUREZA	Evolução Anual					Variação 13/12	
		2009	2010	2011	2012	2013	Valor	%
AIAC - SAL	DOMÉSTICO	86.406	61.082	58.601	41.736	37.370	-4.366	-10,5%
	INTERNACIONAL	71.164	47.797	46.589	28.657	29.242	585	2,0%
	TOTAL	157.570	108.879	105.190	70.393	66.612	-3.781	-5,4%
AIDP - PRAIA	DOMÉSTICO	71.426	64.373	55.553	50.728	65.384	14.656	28,9%
	INTERNACIONAL	100.855	85.551	84.491	75.401	80.264	4.863	6,4%
	TOTAL	172.281	149.924	140.044	126.129	145.648	19.519	15,5%
AIAP - BOAVISTA	DOMÉSTICO	5.874	7.526	5.875	6.603	6.432	-171	-2,6%
	INTERNACIONAL	0	15	232	0	81	81	
	TOTAL	5.874	7.541	6.107	6.603	6.513	-90	-1,4%
AICE - S.VICENTE	DOMÉSTICO	72.518	62.827	55.884	36.855	33.719	-3.136	-8,5%
	INTERNACIONAL	0	942	4.960	14.147	19.936	5.789	40,9%
	TOTAL	72.518	63.769	60.844	51.002	53.655	2.653	5,2%
AD S. FILIPE	DOMÉSTICO	8.282	8.026	5.452	5.247	5.277	30	0,6%
AD S. NICOLAU	DOMÉSTICO	6.595	5.831	5.855	5.095	5.346	251	4,9%
AD MAIO	DOMÉSTICO	2.366	3.008	3.159	3.027	3.174	147	4,9%
TOTAL	DOMÉSTICO	253.467	212.673	190.379	149.291	156.702	7.411	5,0%
	INTERNACIONAL	172.019	134.305	136.272	118.205	129.523	11.318	9,6%
	TOTAL	**425.486**	**346.978**	**326.651**	**267.496**	**286.225**	**18.729**	**7,0%**

Tabela 8 - Movimento de Correios

Quanto às quotas, o AIPNM lidera com 51%, seguido do AIAC e do AICE com 23% e 19% respetivamente. Os restantes 7% estão distribuídos entre o AIAP e os aeródromos.

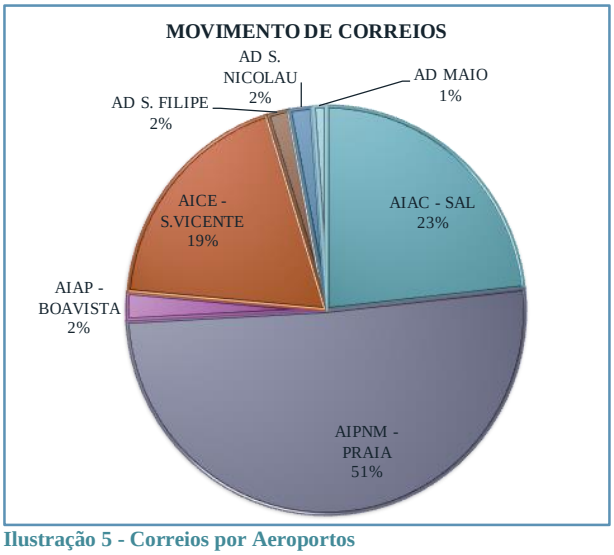


Ilustração 5 - Correios por Aeroportos

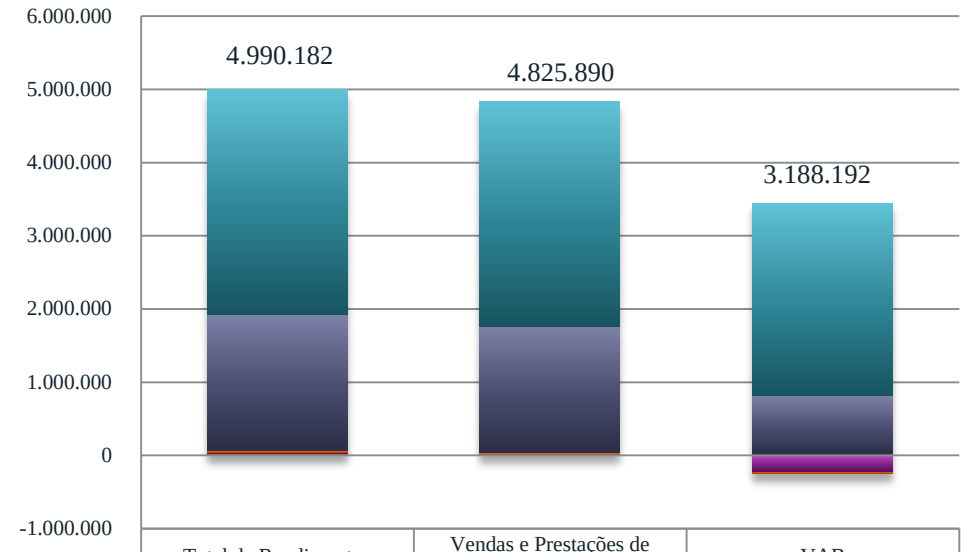
E. DESEMPENHO ECONÓMICO

1. RESULTADOS

Os resultados líquidos da empresa em 2013 traduzem-se em lucro no valor de 112.108 contos.

Regista-se uma variação negativa nos resultados líquidos de 245.646 contos em relação ao resultado líquido do ano anterior, justificada essencialmente pela redução verificada na atividade operacional da empresa.

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) atingiu os 3.188.192 contos, gerado em cerca de 83% pela Navegação Aérea e 25% pelos Aeroportos Internacionais, sendo absorvido em 8% pelos Aeródromos e pela SEDE da empresa. O VAB gerado pela Navegação aérea representa cerca de 86% dos rendimentos totais deste sector, enquanto o gerado pelos Aeroportos correspondem a 44% dos rendimentos aeroportuários.



	Total de Rendimentos	Vendas e Prestações de serviços	VAB
Fir	3.074.293	3.066.542	2.631.419
Aeroportos	1.856.208	1.726.805	812.515
Aeródromos	32.172	32.129	-21.418
Sede	27.509	412	-234.324

Ilustração 6 - VAB e Rendimento total por sector de atividade

O EBITDA (resultado antes de juros, impostos, depreciações e amortizações) cifra-se em 1.568.059 contos, uma redução de 21% quando comparado com o ano anterior, causada pela quebra registada na atividade operacional da empresa.

Com o efeito das depreciações e amortizações que aumentaram em cerca de 3%, regista-se um EBIT (resultado antes de juros e impostos) no valor de 378.327 contos, menos 54,5% do que o valor registado em 2012.

Os resultados antes de impostos atingiram o montante de 157.381 contos, menos 72,3% em relação ao ano anterior.

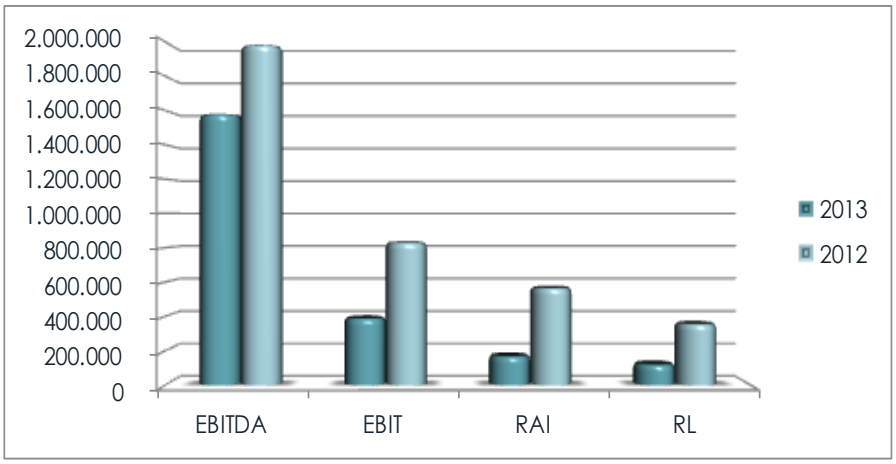


Ilustração 7 - Resultados por Rubrica em Contos

Observa-se no gráfico seguinte os resultados líquidos por centro analítico. Verifica-se que o único centro a gerar resultados positivos é a FIR correspondente ao serviço de Navegação aérea, sendo que todos os aeroportos geraram resultados negativos.

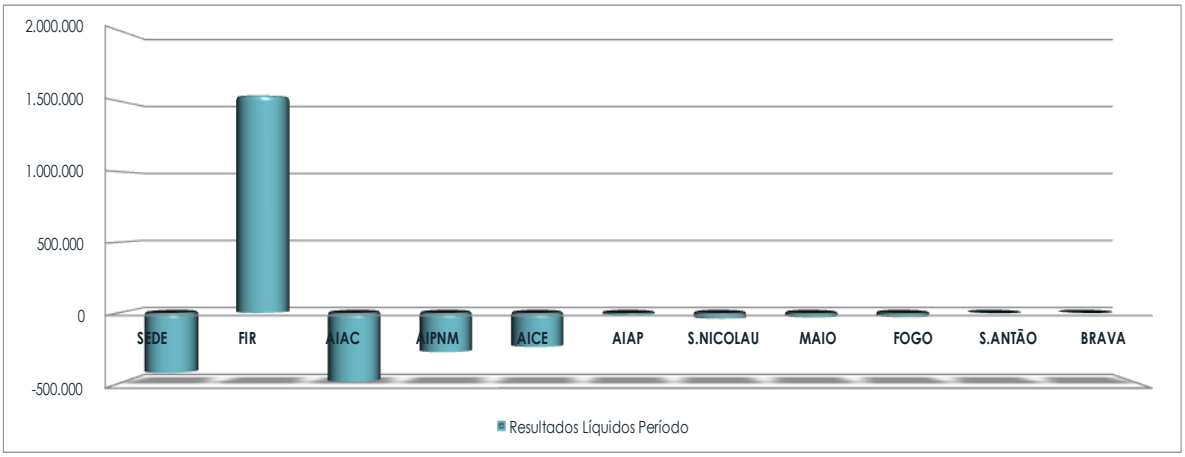


Ilustração 8 - Resultado líquido por centro de custo

Os indicadores de desempenho e criação de valor mostram que o EBITDA corresponde a 37% das receitas totais geradas e que o EBIT representa 2% do ativo líquido da empresa. O autofinanciamento do exercício é de 1.423.768 contos menos 30,7% em relação a 2012, com uma cobertura de 173% dos investimentos do período.

Rácios	Métrica	2013	2012	Variação
1. Financeiro	EBITDA / Receitas	37%	46%	-20,6%
2. Económico	EBIT / Activo Líquido	2%	5%	-55,4%
3. Autofinanciamento (em contos)	R. Líquido + Amortizações + Imparidades + Provisões	1.423.768	2.053.029	-30,7%
4. Taxa de Cobertura do Autofinanciamento	Autofinanciamento / Volume de Investimentos	173%	90%	92,0%

Tabela 9 – Principais Indicadores: Crescimento e Criação de Valor

2. RENDIMENTOS

A empresa registou em 2013 rendimentos totais no montante de 4.990.182 contos, sendo que os rendimentos provenientes da atividade operacional da empresa representam 97% dos rendimentos totais, sendo que os serviços de navegação aérea representam 62%, os rendimentos aeroportuários 32% e os rendimentos secundários ou comerciais 3% dos rendimentos totais.

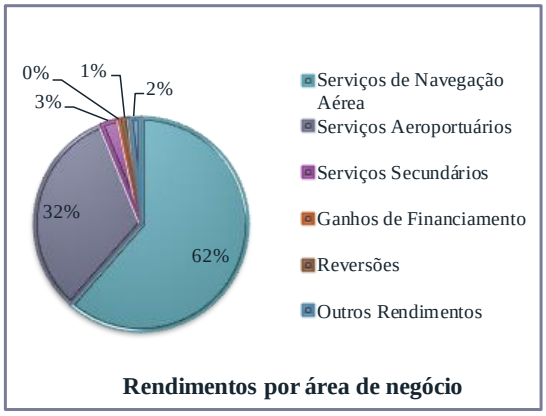


Ilustração 9 -Rendimentos por área de negócios

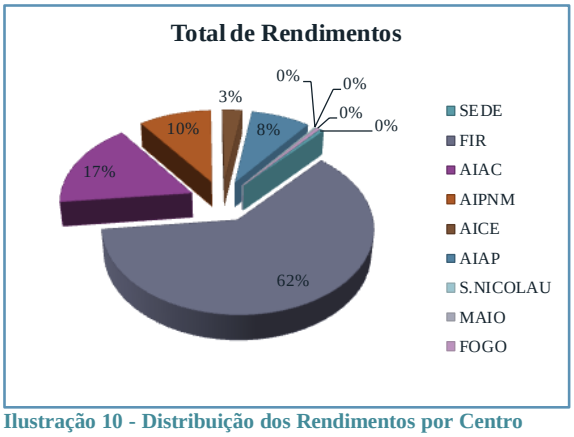


Ilustração 10 - Distribuição dos Rendimentos por Centro de Custo

O volume de negócios no montante de 4.825.890 contos foi gerado em 64% pelos serviços de navegação aérea e 36% pelos rendimentos aeroportuários e comerciais.

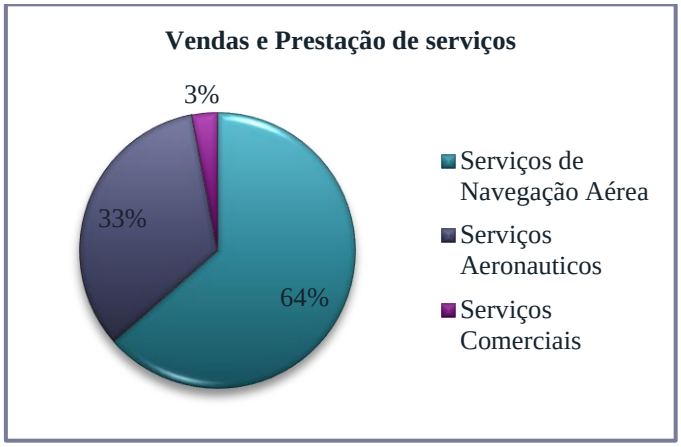


Ilustração 11 - Vendas e Prestações de Serviços

O gráfico seguinte apresenta a variação das vendas e prestações de serviços em 2013 e 2012.

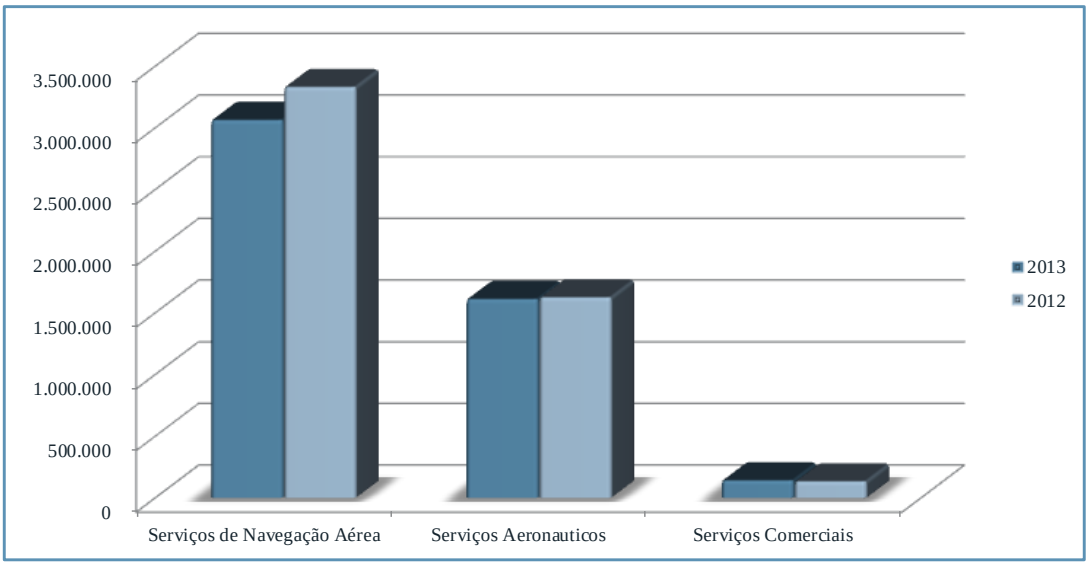


Ilustração 12 - Evolução das vendas e prestações de serviços

Os rendimentos referentes aos serviços de Navegação aérea cifraram-se em 3.066.542 contos, menos 8% do que no ano anterior. A taxa de rota representa 97% deste valor e a taxa de navegação terminal (TNC) os restantes 3%.

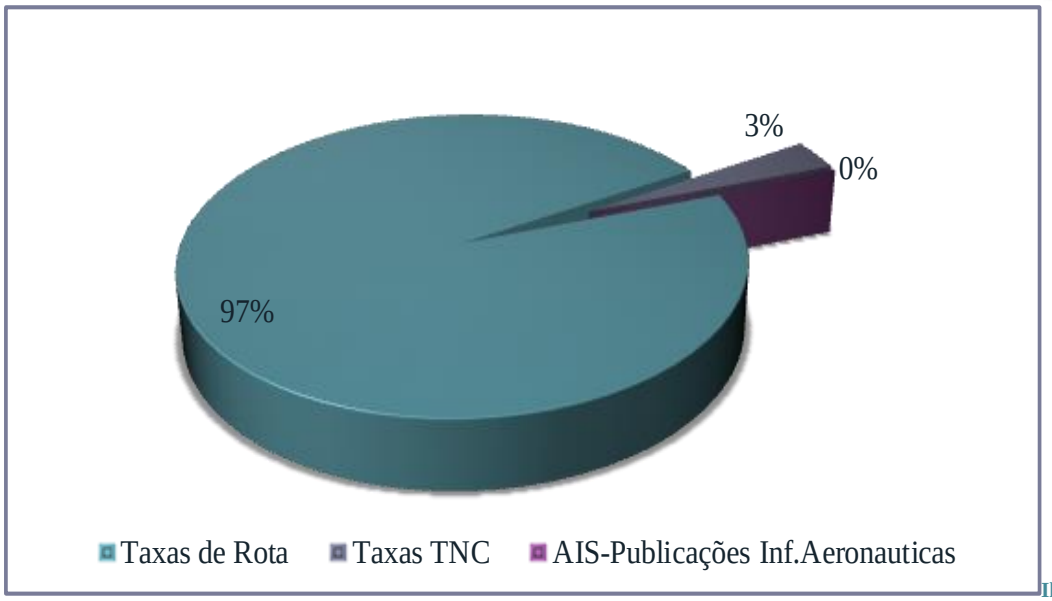


Ilustração 13 - - Distribuição dos rendimentos de Navegação aérea

Os rendimentos aeroportuários dividem-se entre aeronáuticos e comerciais, os aeronáuticos totalizaram 1.614.846 contos e os comerciais 144.501 contos, 92% e 8% dos rendimentos aeroportuários respetivamente.

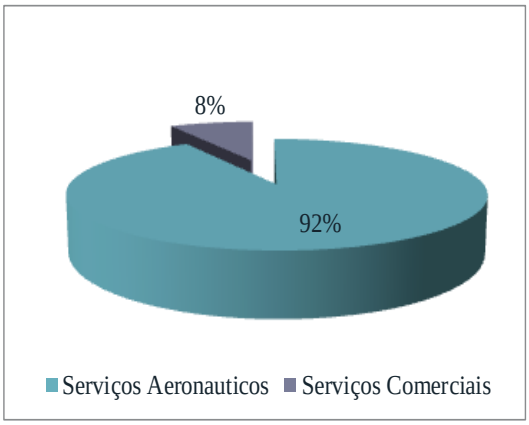


Ilustração 14 - Distribuição dos rendimentos aeroportuário

Os rendimentos aeronáuticos são provenientes em 63% dos serviços de passageiros, 24% dos serviços de aterragem e descolagem e os restantes 13% divididos pelas outras taxas, conforme se pode observar no gráfico seguinte.

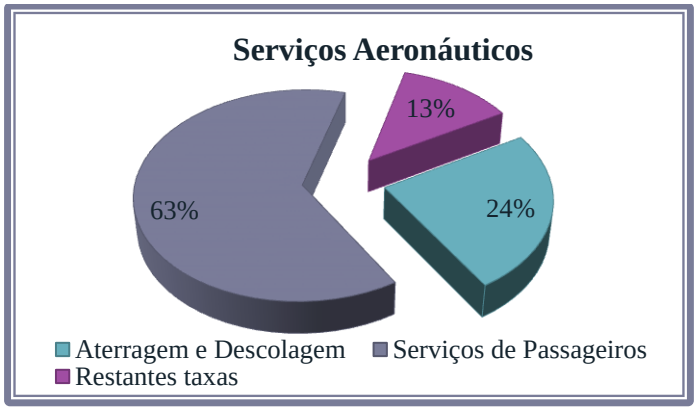


Ilustração 15 – Taxas aeronáuticas

A repartição dos rendimentos aeronáuticos pode ser observada na ilustração 17. Percebe-se que 42% destes rendimentos são gerados no AIAC – Sal, seguido do AIPNM – Praia e do AIAP – Boa Vista com 25% e 24% respetivamente. Com quotas menores, o AICE – São Vicente com 7% e os aeródromos com 2%.

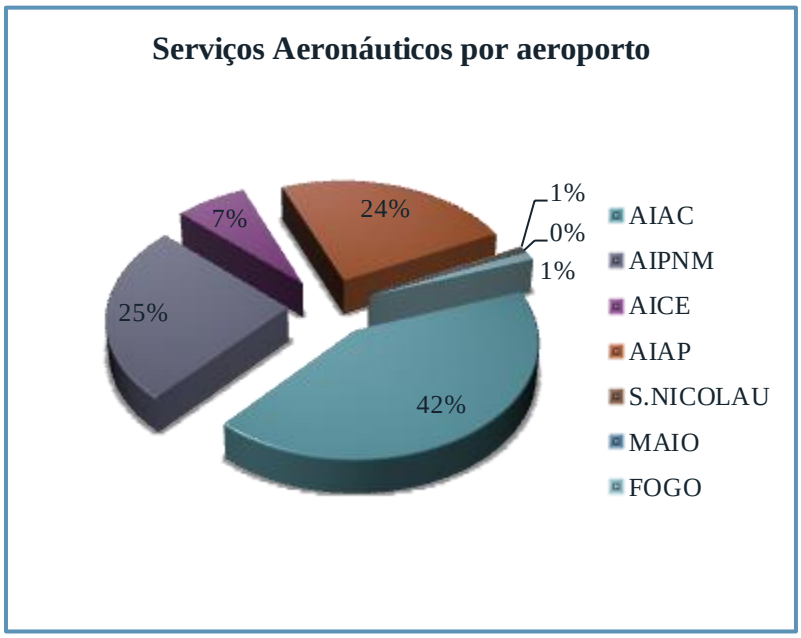


Ilustração 16 - distribuição dos rendimentos aeronáuticos por aeroporto

Os rendimentos comerciais, são gerados em 64% pela ocupação de edifícios, 20% pelas comparticipações em vendas de lojas e bares, 9% pelos reclames e letreiros e os restantes 7% por outros serviços comerciais.

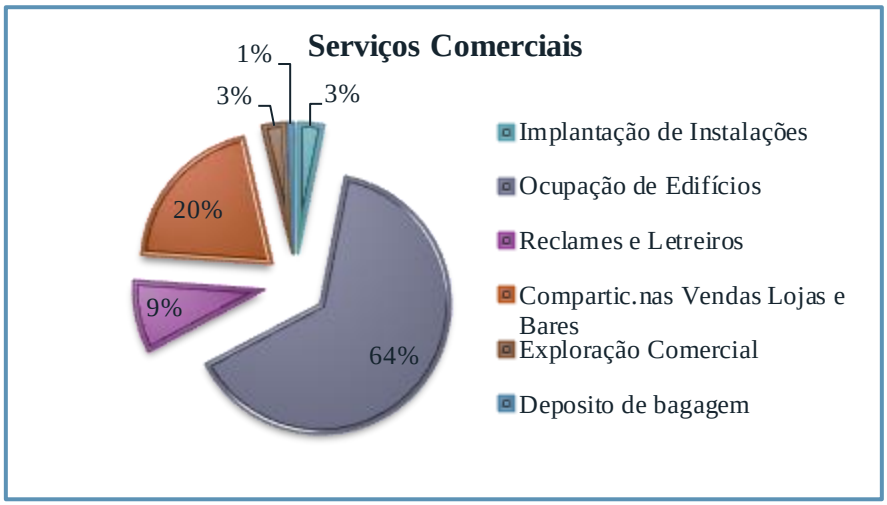


Ilustração 17 - Tipos de serviços comerciais

Quanto à repartição dos rendimentos dos serviços comerciais pelos aeroportos, verifica-se que cerca de metade destes rendimentos foram gerados pelo AIAC – Sal, seguido do AIPNM – Praia contribuindo com 32%, o AIAP – Boa Vista com 12%, o AICE com 4% e os aeródromos com 2%.

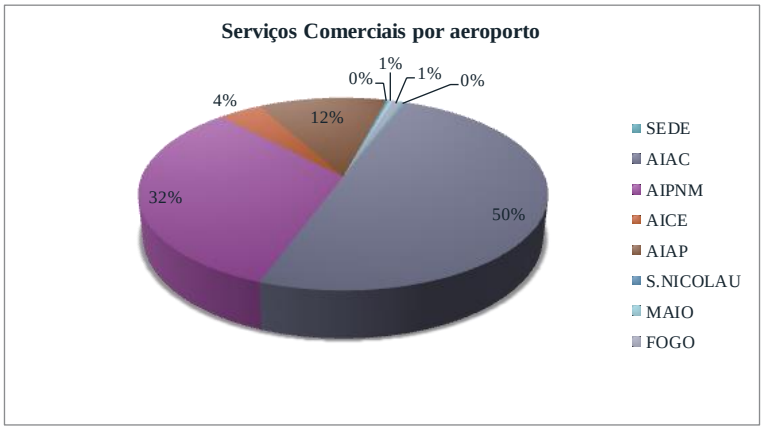


Ilustração 18 - Distribuição dos rendimentos comerciais por aeroporto

3. GASTOS

Os gastos totais do período cifraram-se em 4.832.801 contos, registando-se assim um desvio positivo de 4,8% comparativamente ao ano anterior.

A estrutura de gastos da empresa mostra que os fornecimentos e serviços externos permanecem no topo, representando 34% dos gastos totais da empresa, de seguida encontram-se os gastos com o pessoal com 26% e as depreciações e amortizações com

24%. Os restantes gastos representam 16% do total, dos quais, 7% são outros gastos e perdas, 5% são referentes a juros e perdas de financiamento, 3% são imparidades de dívidas a receber e 1% as provisões do período.

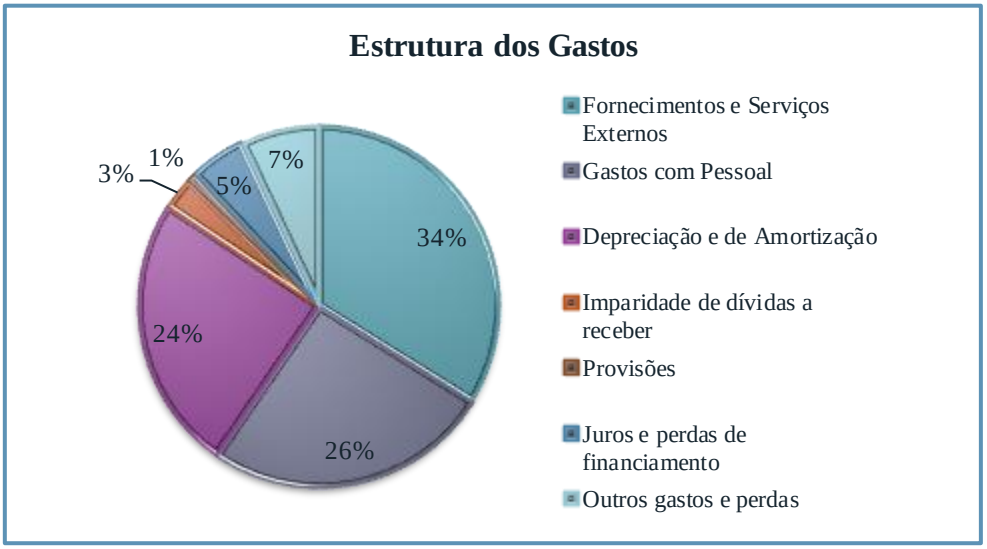


Ilustração 19 - Estrutura dos gastos totais

A repartição dos gastos pelos centros de custo mostra que os aeroportos são responsáveis por 65% dos gastos totais, a FIR ou navegação aérea por 21% e a SEDE da empresa por 14%.

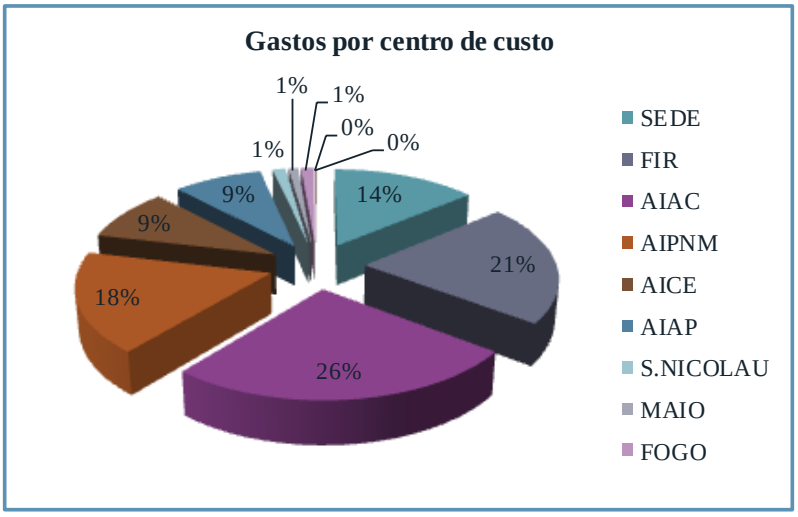


Tabela 10 - Repartição dos gastos

Os fornecimentos e serviços externos atingiram o montante de 1.637.697 contos, uma variação negativa de 2% em relação a 2012, sendo que os aumentos mais expressivos verificaram-se nos gastos com o consumo de eletricidade e honorários. Importa referir

também a evolução positiva verificada nos consumos de combustíveis e outros fluidos e publicidade/propaganda com reduções de cerca 67,4% e 50,2%, em relação ao ano anterior, respectivamente.

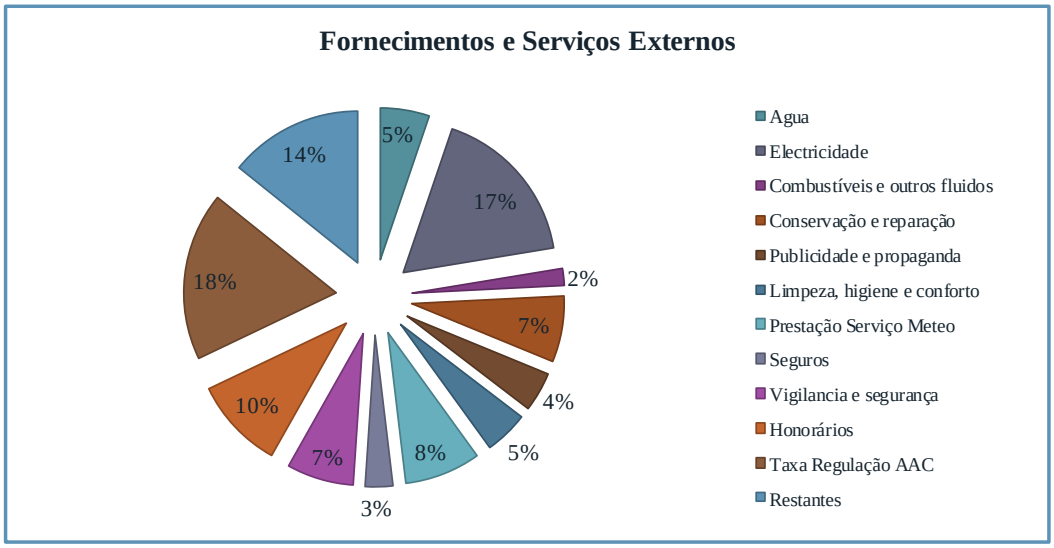


Ilustração 20 - Fornecimentos e Serviços Externos

Os gastos com o pessoal atingiram o montante de 1.242.282 contos, registando-se um aumento de apenas 0,7% em relação a 2012, resultado da política de contenção salarial e manutenção do quadro de pessoal.

U= Contos

Quadro Resumo dos Gastos com o Pessoal			Variação	
	2013	2012	Valor	%
Remunerações dos órgãos sociais	15.674	9.723	5.951	61,2%
Remunerações do pessoal	703.961	710.022	-6.061	-0,9%
Indemnizações	29	285	-256	-89,8%
Encargos sobre remunerações	151.365	152.109	-744	-0,5%
Seguros de acidentes no trab. e doenças	2.126	2.315	-189	-8,2%
Gastos de acção social	6.673	0	6.673	
Outros gastos com o pessoal	362.453	359.643	2.811	0,8%
Total de Gastos com o Pessoal	1.242.282	1.234.097	8.185	0,7%

Tabela 11 – Gastos com o pessoal

As depreciações e amortizações do exercício sofreram um aumento de 3,3% em relação a 2012, atingindo o montante de 1.189.732 contos, incremento justificado pela adição de ativos.

U= Contos

Quadro Resumo Amortizações e Depreciações			Variação	
	2013	2012	Valor	%
Edificios e outras construções	645.863	623.156	22.707	3,6%
Equip.bas.maq.out.instalações	314.047	307.040	7.007	2,3%
Ferramentas e utensilios	818	734	84	11,5%
Material carga e transporte	194.726	185.465	9.260	5,0%
Equip.admini.social e mob.divers	24.606	29.244	-4.638	-15,9%
Activos intangíveis	9.673	6.631	3.042	45,9%
Total de Amortizações e Depreciações	1.189.732	1.152.269	37.463	3,3%

Tabela 12 - Amortizações e Depreciações

F. GESTÃO FINANCEIRA

Os principais desafios afetos à área financeira prendem-se com o controlo da divida e o aumento das receitas, promovendo o equilíbrio financeiro da empresa e a capacidade de fazer face os compromissos assumidos.

Rácios	Métrica	2013	2012	Variação
Solvabilidade	Capital Próprio/Capital Alheio	0,95	0,98	-3,1%
Rendibilidade dos Capitais Prórpios	Resultados Líquidos / Capital próprio	0,01	0,04	-58,0%
Grau de Alavanca Financeiro (GAF)	EBIT / RAI	2,40	1,46	64,2%
Efeito de Alavanca Financeira	GAF * (Activo / Capitais Próprios)	4,94	2,96	66,8%
Endividamento	Capital Alheio / Capital Total	0,51	0,51	1,6%
Peso do Endividamento	Capital Alheio de Médio Longo Prazos / Capital Total	0,20	0,21	-4,7%
Estrutura do Endividamento	Capital Alheio de Curto Prazo / Capital Alheio	0,62	0,50	23,7%
Cobertura dos Encargos Financeiros	EBITDA / Encargos Financeiros	6,81	10,73	-36,5%
Periodo de Recuperação da Dívida	Empréstimos em Dívida / Autofinanciamento	2,82	1,98	42,7%
Capacidade de Endividamento	Capitais Próprios / Capitais Permanentes	0,71	0,71	0,9%

Tabela 13 - Principais Indicadores: Alavancagem Financeira, Rentabilidade e Risco

Analisando os indicadores financeiros apresentados, constata-se uma solvabilidade de 95%, o que significa que a empresa tem capacidade de satisfazer os seus compromissos de médio longo prazos e tem um elevado grau de independência dos seus credores. Já a rentabilidade dos capitais próprios do exercício é de 1%, verificando-se uma redução em 58% comparativamente ao ano anterior, esta variação deve-se essencialmente à realização de investimentos expressivos dando continuidade ao processo de expansão e modernização dos aeroportos.

Os empréstimos em carteira no final do ano ascendem a 4.021.131 contos, sendo 77% a médio longo prazo e 23% a curto prazo.

1. SITUAÇÃO FINANCEIRA PATRIMONIAL

O Balanço da empresa à data de encerramento evidencia um património bruto de 17.854.917 contos, registando-se um crescimento à volta de 2% em relação ao ano anterior.

U = Contos

Aplicações	2013	2012	Origens	2013	2012
Activo Fixo (liquido)	11.707.259	12.196.749	Capitais Permanentes	12.189.285	12.287.689
Outras contas a receber	593.733	570.065	Capital Próprio	8.693.913	8.683.766
			Capital Alheio (MLP)	3.495.373	3.603.923
Necessidades Cíclicas	5.077.304	4.459.471	Recursos Cíclicos	5.665.632	5.260.206
Tesouraria Activa	476.622	321.611	Tesouraria Passiva	-	-
Total de Aplicações	17.854.917	17.547.895	Total de Origens	17.854.917	17.547.895

Tabela 14 - Balanço Funcional

Em termos de estrutura, as origens de fundos estão repartidas em 49% de Capital Próprio, 32% do ciclo de exploração corrente (recursos cíclicos) e 19% referente ao capital alheio. Quanto à aplicação dos fundos verifica-se que o ativo líquido representa 69%, as necessidades cíclicas 28% e tesouraria ativa 3%.

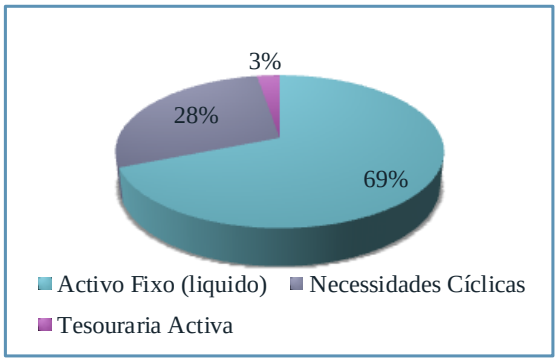


Ilustração 21 - Aplicação de Fundos

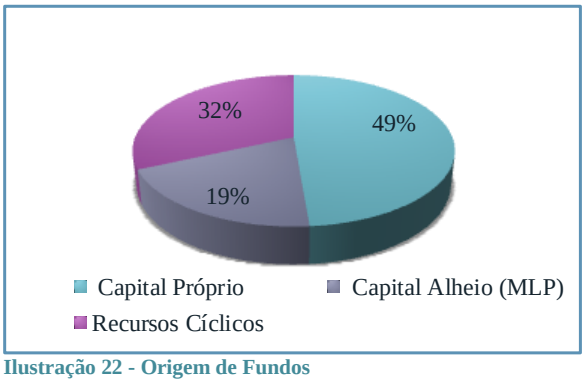


Ilustração 22 - Origem de Fundos

2. FLUXOS DE CAIXA

O fluxo de caixa líquido do período foi positivo, com valor de 199.555 contos. O saldo inicial das disponibilidades era de 321.611 contos e o final de 476.622 contos.

U = Contos

Fluxos de caixa	2013	2.012
Atividades Operacionais	1.145.869	913.981
Atividades Investimento	-724.070	-432.358
Atividades Financiamento	-222.244	-955.280
Efeitos das diferenças de câmbio	-44.545	29.165
Fluxos de caixa liquidos	155.010	-444.492

Tabela 15- Fluxos de caixa

Durante o exercício de 2013 a empresa efetuou recebimentos no valor de 5.127.009 contos, dos quais cerca de 83% são provenientes das atividades operacionais da empresa, 15% das atividades de financiamento e 2% referentes ao investimento. Quanto aos pagamentos o montante é de 4.927.454 contos, sendo 63% afetos às atividades operacionais, 20% às atividades de investimento e 17%referentes às atividades de investimento.

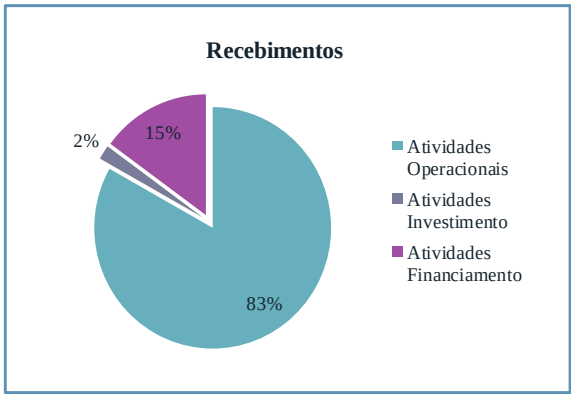


Ilustração 23 - Recebimentos por atividade

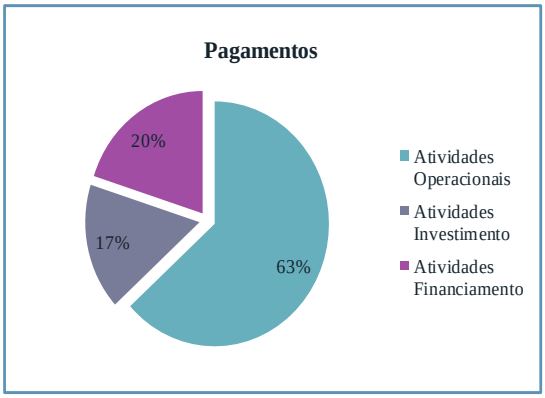


Ilustração 24 - Pagamentos por atividade

3. CLIENTES E GESTÃO DE CRÉDITO

O volume de faturação aos clientes durante o exercício de negócios atingiu o montante de 4.891.614 contos, uma variação negativa de 5,8% em relação a 2012. Esta variação é justificada pela redução verificada nas atividades operacionais da empresa. Relativamente aos sobrevoos na FIR oceânica do Sal, a principal fonte de rendimentos da ASA, a diminuição é de 2,2% em comparação com o exercício anterior e quanto à movimentação de passageiros e aeronaves verificam-se reduções de 3,4% e 18,6% respectivamente.

O mapa a seguir apresenta o ranking de clientes por volume de negócios efetuados com a ASA em 2013. Destaca-se que cerca de 88% da nossa faturação esteve concentrada em 29 clientes.

Em termos de quota percebe-se que a TACV CABO VERDE AIRLINES é responsável por 14,6% da faturação total, sendo o maior cliente, segue-se a TAP AIR PORTUGAL com 13%, a IBERIA-LINHAS AEREAS ESPANA e a GROUP AIR FRANCE com cerca de 8%, a TAM - Linhas Aéreas com 7% e a SOUTH AFRICAN AIRWAYS com 5%.

U: contos

Posição	Nome do Cliente	Valor do recibo	% do Total	Valor Acumulado	% acumulada
1	TAP AIR PORTUGAL	740.387	17,3%	740.387	17,3%
2	IBERIA-LINHAS AEREAS ESPANA	402.654	9,4%	1.143.041	26,8%
3	GROUP AIR FRANCE	381.513	8,9%	1.524.554	35,7%
4	TAM - Linhas Aereas S.A	364.138	8,5%	1.888.692	44,2%
5	SOUTH AFRICAN AIRWAYS - TT	243.068	5,7%	2.131.760	49,9%
6	Thomsonfly - Account Payable/Tui UK	207.807	4,9%	2.339.567	54,8%
7	DEUTCHE LUFTHANSA, A.G.	145.512	3,4%	2.485.079	58,2%
8	AEROLINEAS ARGENTINAS	123.965	2,9%	2.609.045	61,1%
9	Delta Airlines, Inc	114.078	2,7%	2.723.122	63,7%
10	Tui Fly GmbH	113.530	2,7%	2.836.652	66,4%
11	BRITISH AIRWAYS-BAW	107.730	2,5%	2.944.382	68,9%
12	ROYAL DUTCH AIRLINES	86.694	2,0%	3.031.076	70,9%
13	NEOS Spa	74.186	1,7%	3.105.262	72,7%
14	Tuifly Nordic	72.232	1,7%	3.177.493	74,4%
15	UNITED AIRLINES.INC	67.399	1,6%	3.244.893	75,9%
16	AIR EUROPA	65.886	1,5%	3.310.778	77,5%
17	TAAG L. AEREAS DE ANGOLA	57.482	1,3%	3.368.260	78,8%
18	Arkefly	53.068	1,2%	3.421.328	80,1%
19	XL Airways France	41.656	1,0%	3.462.984	81,0%
20	CARGOLUX AIRLINES INT´L	40.034	0,9%	3.503.018	82,0%
21	TUI Airlines Belgium NV (Trading as Jetairfly)	38.666	0,9%	3.541.684	82,9%
22	SWISS AIR	38.419	0,9%	3.580.103	83,8%
23	LAN Airlines S.A., d/b/a LAN Airlines	34.247	0,8%	3.614.350	84,6%
24	LAN Cargo sa	33.782	0,8%	3.648.133	85,4%
25	TRAVEL SERVICE LTD	33.538	0,8%	3.681.670	86,2%
26	SAFEPORT(Assistência AIAC)	33.143	0,8%	3.714.814	86,9%
	Outros recebimentos < 26.000	557.880	13,1%	4.272.694	100,0%
	Total de recibos	4.272.694	100%		

Tabela 16 - Ranking de clientes por Faturação Acumulada de 01/01/2013 a 31/12/2013

O ranking por recibo acumulado espelha as cobranças efetuadas durante o exercício, que atingiram o valor de 4.272.694 contos, o que corresponde a 87% da faturação do ano, sendo que 87% das cobranças foram garantidas por 26 clientes. A TAP AIR PORTUGAL lidera o ranking de recebimentos com 17%, seguido da IBERIA-LINHAS AEREAS ESPANA e a GROUP AIR FRANCE com cerca de 9%, a TAM - Linhas Aéreas S.A com 8,5%, a SOUTH AFRICAN AIRWAYS com 6% e a Thomsonfly - Account Payable/Tui UK com 5%.

U: contos

Posição	Nome do Cliente	Valor do recibo	% do Total	Valor Acumulado	% acumulada
1	TAP AIR PORTUGAL	740.387	17,3%	740.387	17,3%
2	IBERIA-LINHAS AEREAS ESPANA	402.654	9,4%	1.143.041	26,8%
3	GROUP AIR FRANCE	381.513	8,9%	1.524.554	35,7%
4	TAM - Linhas Aereas S.A	364.138	8,5%	1.888.692	44,2%
5	SOUTH AFRICAN AIRWAYS - TT	243.068	5,7%	2.131.760	49,9%
6	Thomsonfly - Account Payable/Tui UK	207.807	4,9%	2.339.567	54,8%
7	DEUTCHE LUFTHANSA, A.G.	145.512	3,4%	2.485.079	58,2%
8	AEROLINEAS ARGENTINAS	123.965	2,9%	2.609.045	61,1%
9	Delta Airlines, Inc	114.078	2,7%	2.723.122	63,7%
10	Tui Fly GmbH	113.530	2,7%	2.836.652	66,4%
11	BRITISH AIRWAYS-BAW	107.730	2,5%	2.944.382	68,9%
12	ROYAL DUTCH AIRLINES	86.694	2,0%	3.031.076	70,9%
13	NEOS Spa	74.186	1,7%	3.105.262	72,7%
14	Tuifly Nordic	72.232	1,7%	3.177.493	74,4%
15	UNITED AIRLINES.INC	67.399	1,6%	3.244.893	75,9%
16	AIR EUROPA	65.886	1,5%	3.310.778	77,5%
17	TAAG L. AEREAS DE ANGOLA	57.482	1,3%	3.368.260	78,8%
18	Arkefly	53.068	1,2%	3.421.328	80,1%
19	XL Airways France	41.656	1,0%	3.462.984	81,0%
20	CARGOLUX AIRLINES INT´L	40.034	0,9%	3.503.018	82,0%
21	TUI Airlines Belgium NV (Trading as Jetairfly)	38.666	0,9%	3.541.684	82,9%
22	SWISS AIR	38.419	0,9%	3.580.103	83,8%
23	LAN Airlines S.A., d/b/a LAN Airlines	34.247	0,8%	3.614.350	84,6%
24	LAN Cargo sa	33.782	0,8%	3.648.133	85,4%
25	TRAVEL SERVICE LTD	33.538	0,8%	3.681.670	86,2%
26	SAFEPORT(Assistência AIAC)	33.143	0,8%	3.714.814	86,9%
	Outros recebimentos < 26.000	557.880	13,1%	4.272.694	100,0%
	Total de recibos	4.272.694	100%		

Tabela 17 - Ranking de clientes por recibo acumulado de 01/01/2013 a 31/12/2013

4. INFRAESTRUTURAS E INVESTIMENTOS EM ATIVO FIXO

Durante o exercício de 2013 foram realizados investimentos no valor de 822.640 contos.

Grande parte do valor total investido se refere a projetos de melhoramento e modernização das infraestruturas e dos equipamentos básicos, conforme se pode observar no gráfico seguinte:

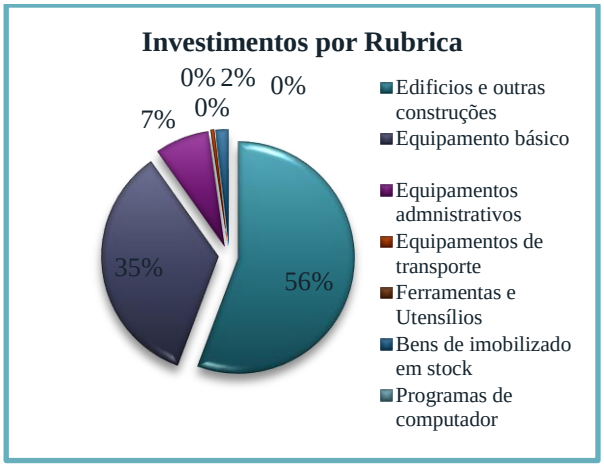


Ilustração 25 - Investimentos realizados em 2013 por Rubrica

A tabela seguinte apresenta o valor dos projetos que foram concluídos no exercício:

U = Contos

Projeto	Investimento no ano	Total Investido	Peso do Investimento do ano
Praia			
Camada Desgaste AIPNM	305.151	305.151	100%
Ampliação/Remodelação WC AIPNM	7.554	7.554	100%
Viatura Hiace AIPNM	3.296	3.296	100%
Sal			
Sistema Checkin AIAC	55.825	160.299	35%
Parque estacionamento autocarros AIAC	11.070	65.901	17%
Unidades de Refrigeração Chiller	38	13.825	0%
Navegação aérea			
Sistema de climatização centro controlo	53.695	53.695	100%
Boavista			
Modulos industriais abrigo VCI ABV	2.225	17.969	12%
Atrelado em fibra para o AIAP	837	837	100%
São Nicolau			
Flexi terminal S. Nicolau	109.458	155.630	70%
Sistema Checkin S.Nicolau	35.720	35.720	100%
ASA geral			
Equip. de inspecção de segurança	79.252	79.252	100%
Outros Projetos	158.520		
Total	**822.640**	**1.102.275**	

Tabela 18 – Projetos de Investimento

Entre os projetos concluídos no exercício, destacam-se os seguintes:

1. Camada de Desgaste ADPNM

Reforço da camada de desgaste do pavimento betuminoso da pista do aeroporto da praia**,** tendo como finalidade a melhoria das condições de circulação e operação de aeronaves através uma reabilitação funcional do pavimento nos limites da plataforma existente, reabilitação e conservação do sistema de instalação eléctrica / balizamento e através de uma melhoria/reposição do sistema de sinalização horizontal.



Ilustração 26 - Camada Desgaste AIPNM

2. Flexi-Terminal de São Nicolau

Pretendendo introduzir novas tecnologias no país e neste caso no âmbito aeroportuário a opção recaiu na montagem de uma estrutura pré-fabricada, leve e flexível, o chamado flexi-terminal, pela primeira vez instalado num aeroporto de Cabo Verde.

Os Flexi-Terminais são estruturas fiáveis e seguras devidamente certificadas e que respondem a quaisquer necessidades do Gestor Aeroportuário, quer se trate de reagir a picos de afluência de passageiros ou carga, quer se trate de substituir, temporariamente, terminais eventualmente já existentes.

O objectivo principal da ASA e do Governo de Cabo Verde é de melhorar a condições de acessibilidade a São Nicolau, construindo um terminal moderno com todas as

facilidades aeroportuárias e requisitos de segurança necessários e proporcionar aos passageiros um ambiente aeroportuário agradável e digno e que vá de encontro às espectativas dos passageiros.

O novo terminal de passageiros de São Nicolau foi definido para atender a uma demanda de cerca de 40.000 passageiros por ano, para chegadas e para partidas, num perímetro total máximo de 875 m2.



Ilustração 27 - Flexi-Terminal São Nicolau

G. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

O quadro de pessoal da ASA é considerado pela empresa, o principal capital para a prossecução da sua missão e das metas de desempenho quer em termos de grandezas quer em termos de nível de qualidade.

Em Janeiro de 2013, a estrutura de colaboradores da empresa caracterizava-se, de entre efetivos e contratados, por um quadro de pessoal composto por 507 pessoas. No final do mesmo ano, o total dos colaboradores era de 517, tendo-se verificado 4 saídas e 14 entradas. Observa-se no quadro seguinte os sectores e os motivos das saídas de pessoal.

Função	Sector	Razão
Guarda	DEMIA	Reforma
Montador de Antenas	DNA	Reforma
Manobrador	DAIAC	Reforma
Técnico Sistemas de Telecomunicações Aeronáuticas	DNA	Reforma

Tabela 19 - Saída de Colaboradores/2013

O quadro seguinte apresenta o número de colaboradores contratados em 2013 por género e por sector.

Entradas de Colaboradores em 2013		
Sectores	**Género**	
	Feminino	**Masculino**
AIAP	2	6
AICE	0	1
AINM	1	0
DEMIA	0	1
AIAC	0	1
GQAHST	0	1
AD SÃO NICOLAU	0	1
TOTAL	**3**	**11**

Tabela 20 - Entradas de pessoal

O processo de recrutamento e seleção da empresa segue os princípios definidos pelo sistema integrado de gestão de recursos humanos implementado na empresa, que são:

- Garantir os Recursos Humanos necessários;
- Adequar os Recursos Humanos às necessidades de desenvolvimento estratégico;
- Atrair os Recursos Humanos em consonância com o planeamento efetuado;
- Assegurar a definição de normas de aplicação global;
- Atualizar-se em função dos resultados;

- Privilegiar o recrutamento interno;
- Promover a participação dos responsáveis de sectores;
- Observar os imperativos legais;
- Antecipar as necessidades.

O quadro de pessoal da ASA é constituído por 382 colaboradores do género masculino (74%) e 135 do género feminino (26%). Quanto ao vínculo verifica-se que 467 colaboradores (90%) são efetivos da empresa e 50 (10%) são contratados a prazo.

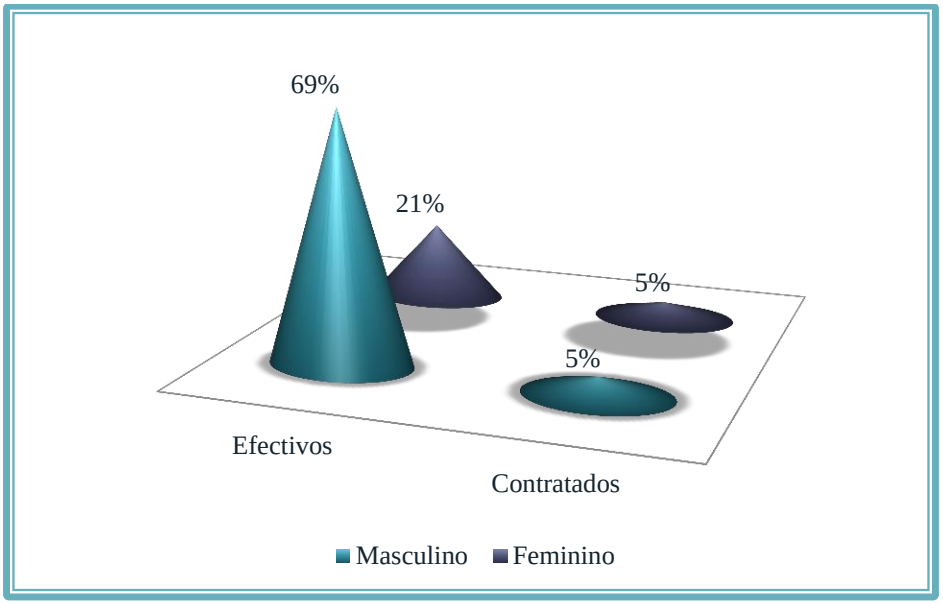


Ilustração 28- Colaboradores por Género e Vínculo (Fonte: Balanço Social 2013, DRH)

Os gastos com o pessoal foram de 1.242.282 contos, sendo que 53% deste montante é imputado aos aeroportos, 26% refere-se aos serviços de Navegação aérea e 21% à Sede da empresa.

U=Contos

	Navegação Aérea	Aeroportos					Total Aeroportos	SEDE	Total
		AIAC	AIPNM	AICE	AIAP	Aeródromos			
631-Remunerações dos órgãos sociais	0	0	0	0	0	0	0	15.674	15.674
6321-Pessoal Cont.P/T.Indeterminado	134.307	148.566	81.314	50.395	27.058	21.581	328.913	134.793	598.013
6322-Pessoal Contratado a prazo	0	4.361	17.019	1.621	7.371	5.302	35.674	16.944	52.618
6324-Subsídio de Férias	11.572	13.812	8.159	4.533	2.293	1.813	30.611	11.146	53.329
6341-Reforma Incentivada Antecipada	0	0	0	0	0	0	0	29	29
63501-INPS	32.299	37.110	22.508	11.749	7.590	5.805	84.762	34.304	151.365
636-Seguros de acidentes no trab. e doenças profis	242	384	274	113	85	120	975	909	2.126
6371-Assistência médica e medicamentosa	332	242	0	62	1	0	304	198	834
6372-Actividades desportivas e culturais	430	1.307	1.044	466	833	421	4.071	1.338	5.839
63801-Horas Extraordinárias	9.922	7.069	5.195	2.977	1.718	1.921	18.879	1.915	30.716
63802-Subsídio de Turno	6.223	10.553	7.197	3.283	1.328	1.903	24.263	1.320	31.807
63803-Prémio Qualificação Aeronautica	21.911	0	3.979	1.903	530	0	6.412	0	28.324
63804-Gratificações	8.085	6.261	5.035	1.360	1.452	171	14.279	2.265	24.629
63805-Ajudas de Custo	5.519	103	4.762	2.412	3.679	2.996	13.952	4.602	24.072
63806-Abono para Falhas	0	0	30	30	30	0	90	180	270
63807-Prémio de Produtividade	13.591	12.486	8.528	4.527	2.738	2.166	30.444	13.360	57.395
63808-Subsídio de Refeição	8.393	15.270	10.540	4.487	3.436	4.596	38.329	14.532	61.255
63809-Formação de Pessoal	70.445	5.817	2.648	1.726	1.138	432	11.760	8.418	90.623
63810-Gastos diversos com o pessoal	1.453	1.422	1.750	1.180	3.183	785	8.320	3.590	13.362
Total	324.725	264.763	179.982	92.823	64.461	50.010	652.038	265.519	1.242.282

Tabela 21 - Gastos com o Pessoal por Centro de Custo

Em consonância com os dados constantes no Gráfico seguinte a média das idades dos colaboradores na ASA manteve-se nos 40 anos, destacando-se a maior franja entre os 36 e 40 anos, uma idade de pessoas maduras, com um grau de experiencia exponencial, mas com flexibilidade suficiente para se adaptar aos processos de mudança.

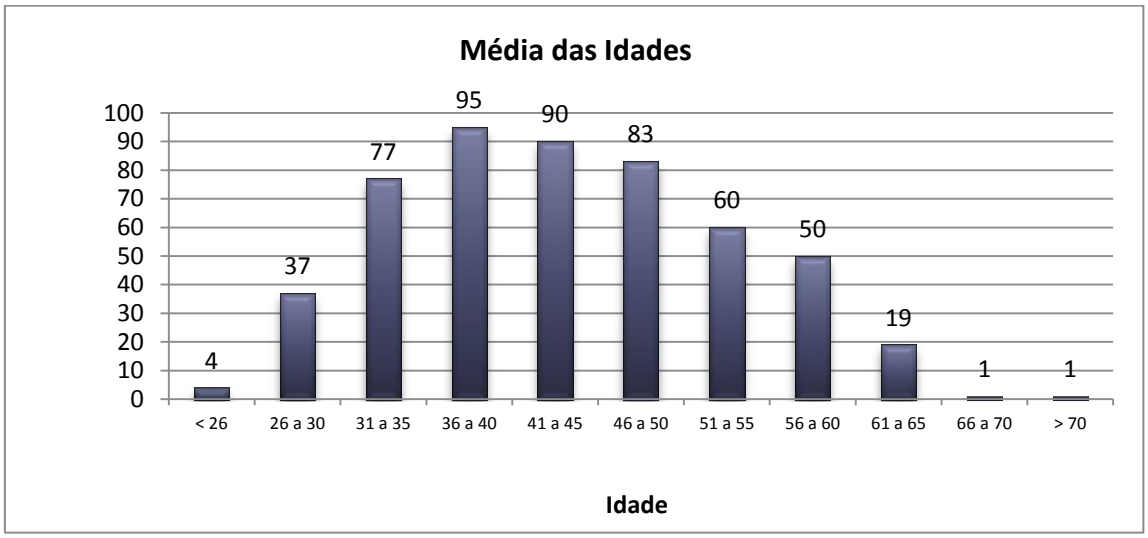


Ilustração 29 - Média das idades dos colaboradores na ASA (Fonte: Balanço Social 2013, DRH)

A média de idade de entrada dos colaboradores é de 25 anos. Esta tendência mantém-se ao longo dos anos, uma vez que a empresa condiciona a idade de entrada dos seus colaboradores em determinadas funções.

Em termos de antiguidade, a média mantém-se nos 16 anos em 2013, repercutindo positivamente na estabilidade desse ativo na Empresa.

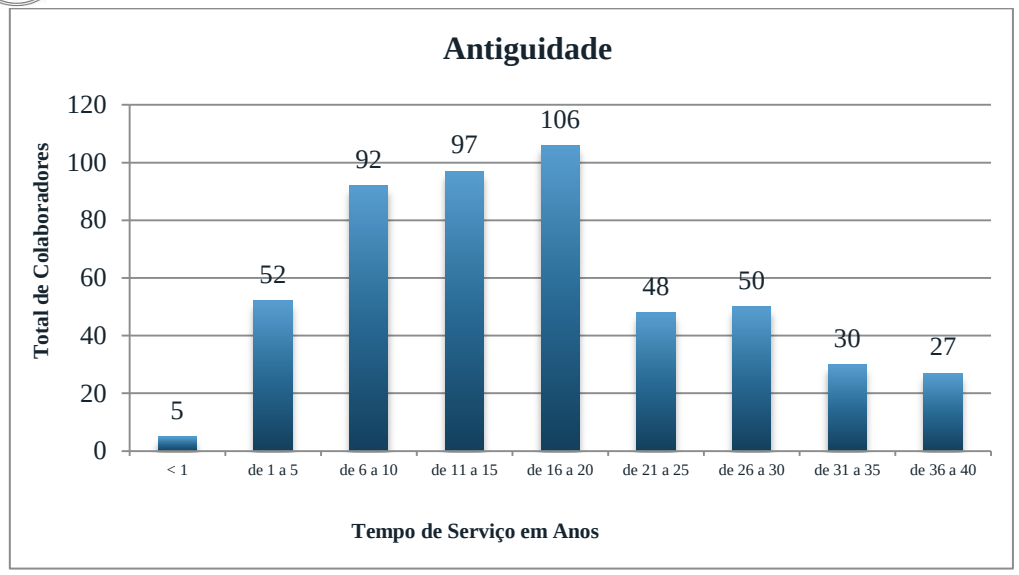


Ilustração 30 – Antiguidade (Fonte: Balanço Social 2013, DRH)

A manutenção dos colaboradores da organização vem passando pela política salarial que se mostra competitiva no mercado Cabo-verdiano e da política de compensações e benefícios atrativos para os colaboradores e para a sociedade em geral. Atente-se que em 2013 o número de pedidos de emprego foi de 128, sendo na sua maioria quadros licenciados.

A ASA apresenta um total de doze (12) colaboradores com Mestrados, sessenta e cinco (65) colaboradores com Licenciatura e dezasseis (16) com Bacharelato e os restantes sem formação superior.

Há um percentual significativo de colaboradores estudantes, que no ensino superior como no secundário. A empresa continua a conceder incentivos à superação académica dos colaboradores, nomeadamente na comparticipação de 50% das propinas, dispensas para aulas e exames e outros benefícios no âmbito do estatuto do trabalhador estudante.

U=Contos

	2013			2012		
Empréstimos	**Nº de Pedidos Atendidos**	**Valor Autorizado**	**Média**	**Nº de Pedidos Atendidos**	**Valor Autorizado**	**Média**
Educação	46	4.983	108	56	5.760	103
Equip. Informático	77	8.973	117	26	2.791	107
Doença	49	3.728	76	72	5.501	76
Moradia	62	26.548	428	49	23.640	482
Outros Encargos	141	9.139	65	88	5.024	57
Total	**375**	**53.372**	**794**	**291**	**42.717**	**826**

Tabela 22- Fundo Social

Durante o exercício o Fundo Social atendeu 375 pedidos e concedeu empréstimos no montante de 53.372 contos, de entre os quais 50% foram destinados à aquisição e

melhoramento de moradias, 17% para equipamento informático, bem como para outros encargos, 9% para educação e 7% para doença.

1. PROGRAMA DE ESTÁGIOS

No âmbito da sua política de parceria com outras organizações e a sociedade civil, a ASA vem proporcionando estágios a recém-formados, possibilitando-lhes a oportunidade de conhecerem a realidade da empresa e de melhor se inserirem no mercado de trabalho.

Em 2013 deram entrada na DRH 103 pedidos de estágio, sendo que durante o ano, a ASA S.A. recebeu 57 Estagiários em diversas áreas.

A distribuição dos estagiários por centro de custo pode ser analisada na ilustração 17. Observa-se que 53% dos estagiários recebidos estiveram afetos à SEDE da empresa e os restantes 47% efetuaram estágios ligados aos aeroportos internacionais.

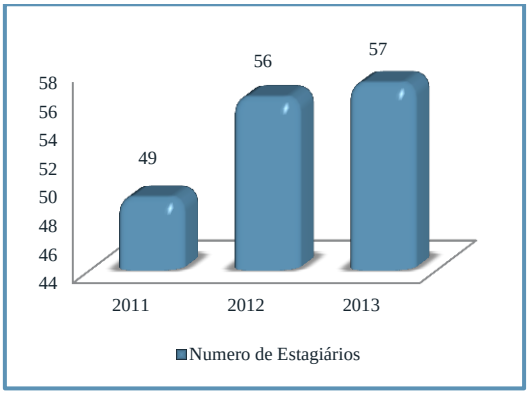


Ilustração 31 - Evolução do número de estagiários recebidos na empresa



Ilustração 32 - Distribuição dos estagiários por centro de custo

O custo total de gratificações aos estagiários em 2013 foi de 6.571,00 Contos, perfazendo uma média de 122 contos por estagiário. Na ilustração seguinte é possível analisar a evolução dos custos com a gratificação dos estagiários nos últimos 3 anos.

Nota-se um aumento em 18% relativamente ao ano anterior, o correspondente a 1.209 contos

.

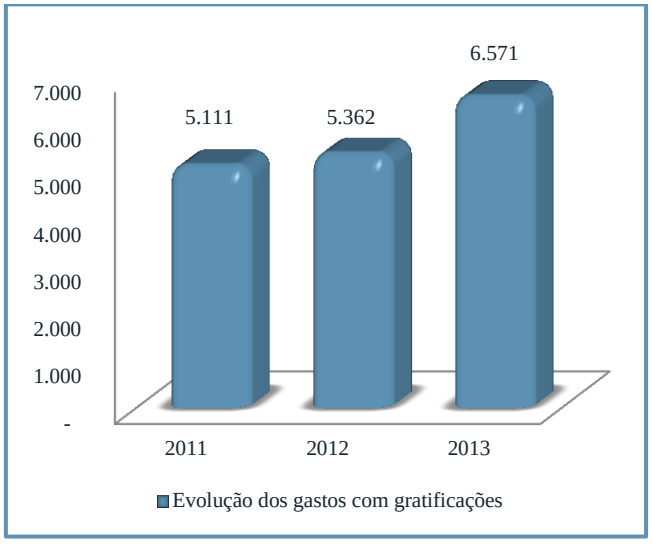


Ilustração 33 - Evolução dos gastos com a gratificação dos estagiários

A admissão de estagiários tem sido uma aposta benéfica para a ASA tanto numa perspetiva de contribuir para a sociedade civil, apoiando os estagiários na sua formação e ganho de experiencia profissional, e como forma de colmatar eventuais défices de mão-de-obra temporários sem a criação de vínculos duradouros.

A ASA, sendo uma empresa de referência nacional, vai continuar a desenvolver a sua política de estágio, visto que os estagiários que têm passado pela empresa têm deixado provas de empenho.

Tendo em conta o aumento dos custos associados às gratificações dos estagiários relativamente ao ano anterior, a DRH decidiu implementar algumas medidas de racionalização. Uma das medidas é o levantamento das necessidades de estágio em todos os sectores no início de cada ano junto às chefias, como garantia de melhor distribuição dos estagiários pelos sectores, uma contínua monitorização da duração do estágio, estando sempre atento aos custos.

A percentagem de colaboradores da ASA que foram antes estagiários na empresa é significativa, prática que se mostra assertiva e uma melhor forma de atrair profissionais capazes de desempenhar funções que vão de encontro com os objetivos da ASA como instituição de referência nacional.

No ano de 2013 a ASA promoveu formações a diversos níveis, o Plano de Formação de 2013 foi programado com um conjunto de ações necessárias à prossecução dos objetivos estratégicos traçados para o ano e que tiveram em conta as necessidades formativas identificadas junto aos serviços.

Iniciou-se em 2013, o processo de certificação ISO 9001 e OHSAS 18001 em que os Recursos Humanos têm um papel fulcral no alinhamento dos seus processos em conformidade com os critérios de certificação.

Assim, entre outros, no processo que serve de roteiro para a gestão da formação, o processo "Formar e Treinar", foi revisto pelo DFD/DRH de modo a se ajustar à prática atual e a aumentar a eficácia. As metas estabelecidas são medidas por indicadores sustentados por evidências.

Na definição da importância/relevância das formações, utilizaram-se as orientações fornecidas pelo Plano Estratégico de Formação, Inovação e Conhecimento 2011-2014 (PEFIC).

Os gráficos que seguem ilustram a distribuição das formações realizadas e do número de formandos que delas participaram pelos tipos de ações de formação.

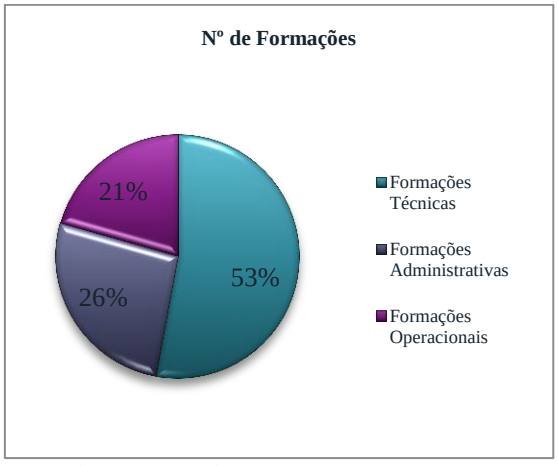


Ilustração 34 - Formações por tipo

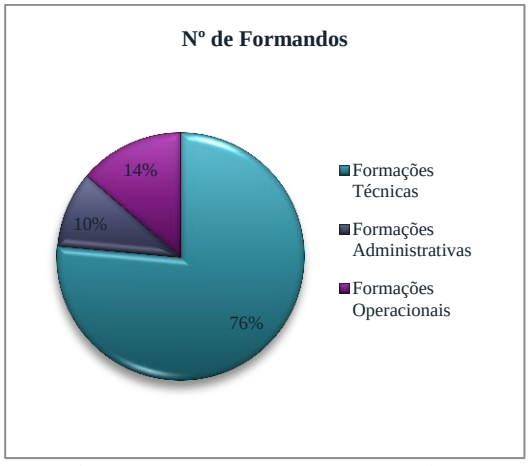


Ilustração 35 - Formandos por tipo de Formação

O montante investido em formações no ano de 2013 realça a importância que a empresa dá ao processo, almejando ter colaboradores cada vez mais qualificados e, consequentemente, uma maior produtividade.

A formação dos Controladores de Tráfego Aéreo promovida no exterior representa uma grande fatia dos gastos afetos à formação neste ano.

Para a formação inicial dos 10 CTA's o custo foi de 44.095 contos (contrato formação NAV-PORTUGAL, bolsa estudo, alojamento, viagens, etc.).

A formação radar, área e aproximação, ministrada a 10 de nossos CTA´s contabilizou-se no total de 34.388 contos (contrato NAV, alojamento, deslocação e bolsa estudos, etc.)

No ano de 2013, efetuou-se um levantamento exaustivo das reais necessidades de formação junto às Direções e Gabinetes de Assessoria, permitindo elaborar um plano anual, cuja execução focou-se nas formações consideradas fulcrais para a manutenção da operacionalidade dos nossos aeroportos e outras formações necessárias para atingir as metas estipuladas pelo CA.

De forma resumida, cerca de 300 colaboradores frequentaram formações em 2013. Deste leque de formações merecem algum destaque as que tiveram maior impacto, por diversas razões seja pela abrangência, qualidade, etc.

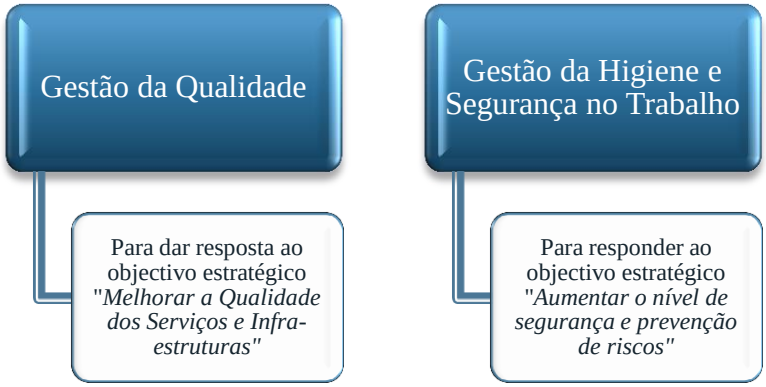
- A formação refrescamento TOIA´s, a vertente Aeroportuária, esta ação que decorreu de Setembro a Outubro de 2013 foi extensiva a todos os TOIAS da ASA.
- Os TOIAS ainda frequentaram a ação de refrescamento AVSEC que decorreu de 04 de Novembro a 27 de Novembro
- Formação em Direito Internacional Aéreo ministrada por dois especialistas, durante 22 horas a operacionais, Diretores e um Administrador, abordando conceitos chaves ligados à navegação aérea e legislação aplicável.
- Formação de língua inglesa na empresa que decorreu de Setembro a Dezembro enquadrada num dos objetivos estratégicos de massificação de língua inglesa e que foi extremamente bem recebida pelos colaboradores.

Convém também referir que foram ministradas 11 formações que não estavam no plano de formação ASA 2013 e que a nível de custos correspondeu a 3.230 Contos, 16,44 % do total.

O ano de 2014 deverá ser de continuidade da metodologia implementada, com foco no controlo e contenção de custos, priorizando áreas *core business*, em cumprimento do Business Plan 2014-2018.

H. QUALIDADE, AMBIENTE, HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

As atividades desenvolvidas no GQAHST durante o ano de 2013 foram essencialmente dedicadas à preparação para a certificação do Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Higiene e Segurança no Trabalho da ASA, com base nos referenciais ISO 9001 e OSHAS 18001 para dar resposta aos objetivos estratégicos da ASA. Neste sentido as atividades foram divididas em dois grandes grupos, de acordo com os objetivos estratégicos:



Principais atividades desses dois grandes grupos:

- Foram realizadas Auditorias Internas a todas as estruturas da ASA, de acordo com o programa de auditorias aprovado;
- Para dar respostas aos requisitos da Norma OHSAS 18001 foram elaboradas Fichas de Riscos por Função que foi partilhado com a DRH;
- Iniciou-se a elaboração da Metodologia de Avaliação dos Auditores Internos e as fichas de avaliação;
- Deu-se início ao processo de Certificação da ASA. Foram solicitadas propostas a entidades certificadoras e a APCER, Associação Portuguesa para certificação, e entidade foi selecionada para avaliar o nosso sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Higiene e Segurança no Trabalho. A auditoria de certificação é dividida em duas fases. A 1ª fase da auditoria decorreu em Julho e Agosto;

Para além dessas atividades referidas foram realizadas atividades de acompanhamento e assessoria às várias estruturas da ASA, no âmbito do SGIQHST, tanto na elaboração de documentos necessários à implementação do sistema como na sensibilização para o uso de ferramentas informáticas criadas para o efeito (gestdoc.asa.cv, feedback.asa.cv).

Designação da Entidade: **ASA - AEROPORTOS E SEGURANÇA AÉREA, S.A.**

Outros Elementos de Identificação: **Aeroporto Internacional Amílcar Cabral - CP 58 - Ilha do Sal**

Balanço em 31 de Dezembro de 2013 — U=Contos

Código Contas	Rúbricas	Notas	Valores 2013	Valores 2012
	ACTIVO			
	Activo não corrente			
43	**Activos Fixos Tangíveis**			
431	Terrenos e recursos naturais		771	771
432	Edificios e outras construções		9.316.779	9.394.115
433	Equipamento Básico		1.256.038	1.231.022
434	Equipamento de transporte		586.287	826.493
435	Equipamento administrativo		61.971	70.703
437	Outros activos tangiveis		8.858	5.736
45	Investimentos em curso		158.643	295.952
		4	11.389.347	11.824.792
44	Activos Intangíveis			
443	Programas de computador	5	9.048	18.531
			9.048	**18.531**
41	Investimentos financeiros			
	Participações Financeiras - método de equivalência patrim	6	0	0
	Outros activos financeiros	7	298.013	341.497
264	Activos por impostos diferidos	8	551.719	521.611
24	Estado e outros entes públicos	13	0	0
26	Outras contas a receber	15	42.014	48.454
46	Activos não correntes detidos para venda	9	10.851	11.928
	Total de activo não corrente		12.300.991	12.766.814
	Activo corrente			
3	Inventários	10		
32	Matérias primas subs e de consumo em curso		23.994	36.155
36	Matérias primas subs e de consumo		106.351	94.500
21	Clientes	11	3.811.195	3.261.617
22	Adiantamento a Fornecedores	12	12.244	16.374
24	Estado e outros entes públicos	13	671.223	521.983
25	Accionistas/sócios	14	371.535	353.944
26	Outras contas a receber	15	80.763	174.898
28	Diferimentos	22	0	0
11 e 12	Caixa e depósitos bancários	2	476.622	321.611
	Total de activo corrente		5.553.926	4.781.082
	Total do Activo		**17.854.917**	**17.547.895**

	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
	Capital próprio			
51	Capital realizado	16	5.500.000	5.500.000
53	Outros instrumentos de capital próprio		0	0
586	Reservas legais	17	121.147	103.259
58	Outras reservas	17	2.960.658	2.722.753
59	Resultados transitados		0	0
	Resultado líquido do período		112.108	357.754
	Total do capital próprio		**8.693.913**	**8.683.766**
	Passivo			
	Passivo não corrente			
29	Provisões	18	332.608	293.616
23	Financiamentos obtidos	19	3.150.284	3.302.295
274	Passivos por impostos diferidos	8	12.481	8.012
	Total de passivo não corrente		3.495.373	3.603.923
	Passivo corrente			
22	Fornecedores	20	248.450	188.593
24	Estado e outros entes públicos	13	122.856	351.110
25	Accionistas/sócios	14	3.072.694	2.777.944
23	Financiamentos obtidos	19	870.847	759.950
26	Outras contas a pagar	21	1.330.023	1.159.540
28	Diferimentos	22	20.762	23.069
	Total de passivo corrente		5.665.632	5.260.206
	Total do passivo		**9.161.004**	**8.864.129**
	Total do capital próprio e passivo		**17.854.917**	**17.547.895**

O Conselho de Administração

A Directora Financeira

Afrodite Borges Monteiro

Presidente - Mário M. da S. Paixão Lopes

O Técnico de Contas

Carla Letizia Gomes

Administrador - Jorge P. dos Santos Fonseca

Administrador - Américo Faria Medina

Demonstração dos Resultados Líquidos do Exercício

Período compreendido entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2013 — U= Contos

DESCRIÇÃO	NOTAS	VALORES 2013	VALORES 2012
Vendas e Prestações de Serviços	23	4.825.890	5.099.089
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	6		(134)
Resultado operacional bruto		4.825.890	5.098.955
Fornecimento e serviços externos	24	(1.637.697)	(1.605.613)
Valor acrescentado bruto		3.188.192	3.493.342
Gastos com pessoal	25	(1.242.282)	(1.234.097)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	10	0	0
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11,12,14 e 15	(82.864)	(468.837)
Provisões	18	(38.991)	(74.169)
Aumentos/reduções de justo valor	7	0	(28.061)
Outros rendimentos e ganhos	26	84.969	498.421
Outros gastos e perdas	27	(340.965)	(202.274)
Resultados antes de depreciações, amortizações, perdas/ganhos de financiamento e impostos		1.568.059	1.984.325
Gastos/Reversões de depreciação e de amorização	4 e 5	(1.189.732)	(1.152.269)
Perdas/Reversões por imparidade de activos/amortizáveis		0	0
Resultado operacional (antes perdas/ganhos de financiamento e impostos)		378.327	832.056
Juros e ganhos similares obtidos	28	19.396	27.514
Juros e perdas similares suportados	28	(240.342)	(291.387)
Resultado antes de impostos		157.381	568.183
Imposto sobre rendimentos do período	29	(70.911)	(302.575)
Imposto sobre rendimentos do diferido	29	25.638	92.146
Resultado líquido do período		**112.108**	**357.754**

A Directora Financeira

Afrodite Borges Monteiro

O Técnico de Contas

Carla Letizia Gomes

O Conselho de Administração

Presidente - Mário Paixão Silva Lopes

Administrador - Jorge P. dos Santos Fonseca

Administrador - Américo Faria Medina

Demonstrações de Alterações no Capital

Designação da Entidade: **ASA - AEROPORTOS E SEGURANÇA AÉREA, S.A.**
Outros Elementos de Identificação: **Aeroporto Internacional Amílcar Cabral - CP 58 - Ilha do Sal**

Período compreendido entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2013

U= Contos

DESCRIÇÃO		Capital próprio atribuído aos detentores do capital											
		Capital Realizado	Acções (quotas próprias)	Prestações Suplementares e Outros Instrumentos de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Excedentes de Revalorização	Ajustamentos em Activos Financeiros	Outras Variações no Capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2013	**1**	**5.500.000**	**0**	**0**	**0**	**103.259**	**2.722.753**	**0**	**0**	**0**	**0**	**357.752**	**8.683.764**
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS													
Resultado Líquido do período												112 108	**112 108**
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0	0	0	0	17.888	237.905	0	0	0	0	(255 793)	**0**
RESULTADO EXTENSIVO	**2**	**0**	**0**	**0**	**0**	**17.888**	**237.905**	**0**	**0**	**0**	**0**	**-143.685**	**112 108**
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Distribuições												(101 959)	(101 959)
	3	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**(101 959)**	**(101 959)**
OUTRAS OPERAÇÕES	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
POSIÇÕES NO FIM DO PERÍODO 2013	**1+2+3+4**	**5.500.000**	**0**	**0**	**0**	**121.147**	**2.960.658**	**0**	**0**	**0**	**0**	**112.108**	**8.693.913**

A Directora Financeira
Afrodite Borges Monteiro

O Técnico de Contas
Carla Letizia Gomes

O Conselho de Administração

Presidente - _____
Mário Paixão Silva Lopes

Administrador - _____
Jorge P. dos Santos Fonseca

Administrador - _____
Américo Faria Medina

Demonstração consolidada DE FLUXOS DE CAIXA

Período compreendido entre 01 de Janeiro de 2013 e 31 de Dezembro de 2013

U=Contos

DESCRIÇÃO	NOTAS	PERÍODO VALORES 2013	2012
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		4.262.545	4.212.982
Pagamentos a fornecedores		(1.894.907)	(1.810.806)
Pagamentos ao pessoal		(736.917)	(743.861)
Caixa gerada pelas operações		**1.630.721**	**1.658.315**
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(151.121)	(393.895)
Outros recebimentos/ pagamentos		(333.731)	(350.440)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		**1.145.869**	**913.981**
Fluxos de caixa das actividadades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(822.451)	(409.889)
Activos intangíveis		(189)	(13.872)
Investimentos financeiros		0	(14.985)
Outros activos		0	0
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		64.411	0
Investimentos financeiros		12.127	0
Subsídios ao investimento		2.307	2.307
Juros e rendimentos similares		19.726	0
Dividendos		0	4.081
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		**-724.070**	**-432.358**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		765.893	1.059.238
Outras operações de financiamento		0	26.086
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(799.744)	(1.783.027)
Juros e gastos e similares		(178.470)	(257.578)
Outras operações de financiamento		(9.923)	0
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		**-222.244**	**-955.280**
Variação de caixa e seus equivalentes		**199.555**	**(473.657)**
Efeitos das diferenças de câmbio		(44.545)	29.165
Caixa e seus equivalentes no início do período		321.611	766.103
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**2**	**476.622**	**321.611**
Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa		3.848	2.216
Depósitos bancários		353.027	319.395
Outras aplicações de tesouraria		119.746	
	2	**476.622**	**321.611**

O Conselho de Administração

A Directora Financeira

Afrodite Borges Monteiro

Presidente - Mário Paixão Silva Lopes

O Técnico de Contas

Carla Letizia Gomes

Administrador - Jorge P. dos Santos Fonseca

Administrador - Américo Faria Medina

ASA - AEROPORTOS E SEGURANÇA AÉREA, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de Escudos Cabo-verdianos "mESC")

INFORMAÇÃO GERAL

A ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A. (adiante designada por "ASA" ou "Empresa") resultou da transformação da ASA, E.P. em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. Esta transformação decorreu por via do Decreto Regulamentar nº 3/2001 de 4 de Junho, por transferência de todos os direitos, prerrogativas, poderes e obrigações de que era detentora a ASA EP. O capital social da ASA de 5.500.000.000 Escudos é, atualmente, detido integralmente pelo Estado da República de Cabo Verde, sendo representado por 550.000 ações com o valor nominal de 10.000,00 Escudos cada, encontrando-se totalmente realizado (ver Nota 16).

Os Estatutos da ASA, publicados pelo Decreto Regulamentar nº 3/2001 de 4 de Junho referem como objeto da empresa: (i) a exploração e o desenvolvimento em moldes empresariais e em regime exclusivo do serviço público de apoio à aviação civil; (ii) a gestão do tráfego aéreo; (iii) garantir os serviços de partida, sobrevoo e chegada de aeronaves; e (iv) a gestão dos terminais de carga e correios, assegurando para isso as atividades e serviços inerentes às infraestruturas aeronáuticas e de navegação aérea, em todos os aeroportos e aeródromos públicos de Cabo Verde e na Região de Informação de Voo Oceânica do Sal, designada por FIR Oceânica do Sal.

Atualmente a atividade da ASA consiste: (a) na gestão e exploração do aeroporto Amílcar Cabral, na Ilha do Sal, do aeroporto da Praia (Santiago), do aeroporto da Boavista, do aeroporto de São Vicente e, desde Março de 1993, dos aeródromos existentes nas restantes ilhas, através da prestação de serviços aeroportuários, comerciais e afins e (b) na gestão da FIR Oceânica do Sal, prestando os serviços relacionados com a gestão do tráfego aéreo a todas as aeronaves que utilizem este espaço aéreo.

A ASA conta com delegações nas ilhas do Sal, Santiago e S. Vicente e tem a sua sede na Estrada do Aeroporto, Espargos, Ilha do Sal.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião de 27 de Maio de 2014. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada, as operações da ASA, em todos os seus aspetos materialmente relevantes bem como a sua posição, performance financeira e fluxos de caixa, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde.

0 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

0.1 Base de Preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas pela ASA de acordo com as Normas de Relato Financeiro ("NRF") – emitidas e em vigor à data de 31 de Dezembro de 2013 em Cabo Verde.

A preparação das demonstrações financeiras teve por base a convenção do custo histórico, exceto no que respeita aos ativos financeiros valorizados ao justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNCRF requer o uso de algumas estimativas contabilísticas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela ASA, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 1.21.

1 – Principais Políticas Contabilísticas

1.1 Conversão cambial

Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da ASA estão mensurados na moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional), o escudo Cabo-verdiano. As demonstrações financeiras da ASA e as respetivas notas são apresentadas em milhares de escudos Cabo-verdianos salvo indicação explícita em contrário.

Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do escudo cabo-verdiano são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de gastos financeiros, se relacionadas com empréstimos ou em outros rendimentos ou gastos operacionais, para todos os outros saldos/transações.

Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Moeda	2013	2012
EUR (1)	110,265	110,265
USD (1)	79,900	79,405
CHF (1)	89,882	88,122
GBP	131,681	127,836

1.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são valorizados ao custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas. O custo inclui o custo considerado e o custo de aquisição para os ativos adquiridos após a data da transição.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a colocação do ativo na localização e condição necessária ao seu funcionamento conforme pretendido pela gestão. A ASA optou por reconhecer os gastos de financiamento relacionados com ativos em curso como gastos do exercício quando incorridos.

Os gastos subsequentes suportados com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo. Por outro lado, os gastos de natureza corrente com reparação e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respectivos ativos quando se traduzam em montantes significativos.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados numa base sistemática, pelo método das quotas constantes, pelo período da vida útil estimada. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 10 e 25
Equipamento básico, outras máquinas e instalações	Entre 5 e 10
Material de carga e transporte	Entre 5 e 10
Outras activos tangíveis	Entre 4 e 12

Os terrenos e os ativos em curso não são depreciados.
As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos, sendo alteradas prospectivamente.

Os ativos tangíveis subsidiados pelo Governo ou entidade equiparada são depreciados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes bens da Empresa, sendo o respetivo gasto compensado em "Outros rendimentos e ganhos" (ver Nota 26), pela amortização dos subsídios registados em "Diferimentos" (ver Nota 22).

Os ganhos e perdas provenientes da alienação de ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o seu valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecido na demonstração dos resultados.

1.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados quando estão cumpridas as condições para o seu reconhecimento. No reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao preço de compra, acrescidos dos custos diretos. Nos períodos subsequentes, os ativos são amortizados pelo período de vida útil estimada e deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

A ASA capitaliza na rubrica de ativos intangíveis, a título de "Software", os custos incorridos com o desenvolvimento de aplicações informáticas por entidades externas bem como a aquisição de licenças de utilização e de *upgrades* de software. Estes ativos são amortizados em 3 anos.

Os dispêndios com estudos e avaliações efetuados no decurso das atividades operacionais são reconhecidos nos resultados do exercício em que são incorridos.

1.4 Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos a amortização ou depreciação são revistos quanto à imparidade sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo, menos os gastos para venda e o seu valor de uso.

Para realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

No caso da ASA a unidade geradora de caixa mais baixa identificada é a própria Empresa. Embora a ASA tenha duas atividades a seu cargo: i) a gestão aeronáutica; e ii) a gestão da rede de aeroportos e aeródromos de Cabo Verde, o modelo de fixação de tarifas seguido pelo regulador (modelo *single till*) determina que as duas atividades geram receitas interdependentes.

Os ativos não financeiros, que não o *Goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

1.5 Investimentos em empreendimentos conjuntos

Os interesses em entidades conjuntamente controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. A quota-parte da ASA nos ganhos ou perdas do empreendimento conjunto é reconhecida na demonstração dos resultados e a quota-parte nos movimentos de reservas do empreendimento conjunto é reconhecida em reservas. Transações e ganhos ainda não realizados entre a ASA e os empreendimentos conjuntos são eliminados tendo em conta o interesse da ASA.

As políticas contabilísticas das entidades em empreendimento conjunto são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente com as da ASA.

1.6 Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NRF 16 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:
(a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
(b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A ASA classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro, para o seu valor líquido contabilístico.

São mensurados ao custo ou custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A ASA classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme descrito acima. São mensurados ao justo valor os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados do exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A ASA avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a ASA reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são desrreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

1.7 Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. Os inventários referem-se a materiais utilizados nas atividades internas de manutenção e conservação da ASA. Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O gasto é determinado utilizando o método do custo médio ponderado.

Os inventários são ajustados por imparidade por referência à intenção de uso e a sua condição. O ajustamento de inventário calculado pela ASA tem por base, por um lado, a rotatividade dos *stocks* no final do exercício e, por outro, eventuais situações detetadas durante o processo de inventário realizado anualmente (ver Nota 10).

1.8 Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável).

As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os saldos a receber não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. Os riscos efetivos de cobrança dos saldos de clientes e outras contas a receber, apurados por referência a critérios de gestão como a avaliação do risco de crédito e o período estimado de recebimento, são objeto de revisão a cada data de relato.

Para a determinação da imparidade sobre os saldos de clientes, o critério utilizado pela ASA é de ajustar 100% os saldos vencidos há mais de 3 meses (excluindo entidades públicas), conforme informação histórica sobre as perdas incorridas. Adicionalmente é efetuada uma análise, caso a caso, para os saldos de clientes com antiguidade inferior a 3 meses.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas na mesma rubrica, caso os indicadores de imparidade diminuam ou se extingam.

1.9 Caixa e depósitos bancários

A rubrica de "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, na rubrica de financiamentos obtidos, no passivo corrente.

Na demonstração dos fluxos de caixa, os descobertos bancários são considerados como caixa e equivalentes de caixa.

1.10 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido. A parcela não realizada do capital não é objeto de registo.

As prestações acessórias de capital são reconhecidas no capital próprio quando não existe prazo de reembolso definido, não estejam sujeitas a juros e cumpram as demais condições de reconhecimento na rubrica de capital próprio.

1.11 Reservas

A ASA tem reconhecido os seguintes tipos de reservas:

Reserva legal

A nova redação do CEC – Código das Empresas Comerciais, estabelece no seu Artigo 262º, que "as sociedades anónimas são obrigadas a constituir uma reserva legal no mínimo igual à quinta parte do seu capital social, devendo para o efeito, anualmente, e até se achar integralmente preenchida ou reintegrada, afetar a esse fim a vigésima parte dos seus lucros".

Outras reservas

Nos termos das disposições estatutárias da ASA, aprovados no Decreto Regulamentar nº 3/2001 de 4 de Junho, a Empresa, após deduzida a parte destinada à reserva legal, poderá aplicar o resultado líquido conforme decidido em assembleia-geral, nomeadamente:

i) Cobertura dos prejuízos anteriores;
ii) Constituição e eventual reintegração da reserva legal e de outras reservas que a Lei determinar;
iii) Constituição, reforço ou reintegração de outras reservas que a assembleia-geral deliberar;
iv) Distribuição de dividendos aos acionistas;
v) Gratificação a atribuir aos membros dos órgãos sociais

Neste contexto, foram constituídas as seguintes reservas:

Reserva para investimentos: Esta reserva inclui, (a) a parcela dos resultados apurados em cada exercício que lhe for anualmente destinada e (b) as verbas provenientes de dotações e doações com essa finalidade expressa, de que a Empresa seja beneficiária.

Reservas gerais: A reserva geral pode ser reforçada anualmente com uma percentagem dos resultados líquidos de cada exercício, a definir em assembleia-geral. Não existem restrições legais quanto a sua utilização.

1.12 Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NRF 16 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:
(a) Ao custo amortizado; ou
(b) Ao justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração de resultados.

A ASA classifica e mensura ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, o custo com juros a reconhecer em cada período é determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta os pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro, para o seu valor presente.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

1.13 Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são reconhecidos inicialmente ao seu valor nominal ou justo valor, quando diferente, deduzido dos respetivos custos de transação quando incorridos.

Os financiamentos obtidos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transação) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo classificado como não corrente.

1.14 Imposto único sobre o rendimento e impostos diferidos

Com a publicação do Decreto-Lei nº 1/96, de 15 de Janeiro, foi aprovado o Regulamento do Imposto Único sobre o Rendimento, segundo o qual o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos do referido Decreto-Lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais. A taxa do imposto foi fixada em 25% pelo Orçamento Geral do Estado.

As declarações de impostos podem ser revistas pela administração fiscal por um período de cinco anos, pelo que as declarações fiscais de 2008 a 2012 podem vir a ser corrigidas.

Os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de três anos, após a sua ocorrência, por dedução aos lucros fiscais gerados durante esse período.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base tributável.

A base tributável dos ativos e passivos é determinada de forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua recuperação. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do Goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal.

Os impostos diferidos são classificados na face do balanço como ativos e/ou passivos não correntes.

1.15 Provisões para riscos e encargos

As provisões são reconhecidas quando a ASA tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável do que não, que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a ASA divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

1.16 Subsídios e apoios do Governo

A ASA reconhece os subsídios pelo seu justo valor, quando exista uma certeza razoável de que o subsídio será recebido.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de diferimentos, sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pró-rata da depreciação dos ativos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados, ou nos períodos seguintes se recebidos posteriormente.

1.17 Locações

Locações de ativos relativamente aos quais a ASA detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à sua propriedade são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

Nas locações financeiras os ativos são capitalizados no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, determinados à data. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de empréstimos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito,

Os ativos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a ASA não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a ASA tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados quando incorridos, durante o período da locação.

1.18 Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

1.19 Rédito

O rédito da ASA refere-se, essencialmente, à prestação de serviços, o qual é reconhecido no período contabilístico em que os serviços são prestados, com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço.

De acordo com a legislação nacional e internacional emitida, para o sector, o rédito da ASA consubstancia-se nas taxas cobradas pela utilização do espaço aéreo cabo-verdiano e pela utilização das infraestruturas aeroportuárias, como taxas de rota, taxas de aterragem e descolagem, taxas de serviço de passageiros entre outras.

a) Serviços de navegação

En-route air navigation charge: Corresponde à **taxa de rota** cobrada às companhias aéreas por sobrevoarem o espaço aéreo de Cabo Verde, independentemente, do destino. A taxa é calculada com base na distância percorrida e no PMD (peso máximo à descolagem);

Terminal area navigation charge – TNC: corresponde a uma taxa paga pelas companhias aéreas por cada operação de aterragem e descolagem em Cabo Verde. Esta taxa varia consoante o peso máximo de descolagem do avião.

b) Serviços de operação aeroportuária

O rédito obtido dos serviços de operação portuária tem as seguintes naturezas:

Serviços de passageiros: taxas cobradas aos passageiros em voos domésticos e internacionais;

Aterragem e descolagem (Landing – Take-off): taxa cobrada por unidade de tonelada métrica do peso máximo à descolagem indicado no certificado de navegabilidade ou documento para o efeito considerado equivalente;

Estacionamento (Open air parking): taxa definida nas áreas de tráfego, nas áreas de manutenção ou outras e calculada por tonelada métrica e por hora ou fracção, estabelecida em função do peso máximo à descolagem;

Balizagem e iluminação (Lighting aids): taxa devida por cada operação de aterragem ou descolagem em que seja utilizada balizagem luminosa, quer nos casos em que é obrigatória quer quando solicitada pela aeronave;

Embarque e desembarque de carga: taxa devida por cada quilo de carga embarcada ou desembarcada e separação de bagagem;

Informação sonora (Announcements): taxa cobrada por anúncio áudio divulgado no sistema sonoro do aeroporto;

Parqueamento: taxa única devida por serviço prestado por sinaleiro da ASA em cada operação de sinalização, parqueamento ou remoção de aeronaves.

c) Locação de infraestruturas aeroportuárias

Rédito proveniente da locação de infraestruturas aeroportuárias, nomeadamente, espaços comerciais e escritórios. Nos espaços comerciais estão incluídos restaurantes, bares, lojas, agências de viagens, bancos e operadoras aéreas localizadas nos aeroportos explorados pela ASA. Os rendimentos resultantes destas locações são reconhecidos na demonstração dos resultados mensalmente com referência à fase de acabamento, à data de balanço.

1.20 Responsabilidades assumidas para com o pessoal

De acordo com a legislação Cabo-verdiana vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a um mês de férias remuneradas, que representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento. Adicionalmente, a Sociedade garante aos trabalhadores o pagamento de subsídio de férias o que, à semelhança das férias, representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento. Esta responsabilidade encontra-se apresentada em balanço na rubrica outras contas a pagar (ver Nota 21).

Os trabalhadores da ASA encontram-se integralmente abrangidos pelo sistema oficial de previdência social, patrocinado pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), não assumindo a Empresa qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

1.21 Estimativas e Julgamentos

As estimativas e julgamentos efetuados pelo Conselho de Administração são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros fatores, designadamente na estimativa sobre eventos futuros que seja provável virem a ocorrer, de acordo com as circunstâncias atuais.

Imparidade de saldos de clientes

A ASA analisa de forma periódica os saldos vencidos de clientes de forma a detetar problemas de imparidade no recebimento destes valores relativos a: (i) risco de crédito; ou (ii) período de regularização estimado.

Provisões

A ASA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Ativos tangíveis

A estimativa das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar e o valor residual dos ativos, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes pressupostos são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

2 – Caixa e depósitos bancários

Parte dos recebimentos mensais da IATA (500.000 euros) foram domiciliados na conta do Banque et Caisse d'Èpargne de L'État (BCEE). Neste banco está aberta outra conta denominada provisão onde mensalmente fica imobilizado 1/6 do serviço da dívida referente ao empréstimo contraído no Banco Europeu de Investimentos (BEI) (ver Nota 19). O valor desta conta serve, semestralmente, para liquidar a prestação do empréstimo junto daquele organismo. A 31 de Dezembro de 2013 o valor desta consta ascendia a 74.409 mESC (2012: 74.183 mESC).

O detalhe do montante considerado na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" na demonstração de fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

	2013	2012
Numerário		
- Caixa	3.848	2.216
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	353.027	319.395
- Depósitos a prazo	119.746	0
	472.774	319.395
Caixa e equivalentes de caixa (ativo)	**476.622**	**321.611**

3 - Gestão de riscos financeiros

A exposição da Empresa a riscos financeiros não é significativa e refere-se, principalmente, a variações de taxa de câmbio e de taxas de juro.

i) Risco cambial

O risco cambial resulta de parte dos recebimentos de clientes, nomeadamente, os que são cobrados pela IATA. Embora a faturação seja efetuada em Escudos Cabo Verdianos, esta é convertida para dólares pela IATA no momento em que as recepciona, sendo o valor recebido em média 60 dias depois em Escudos, ao câmbio do dólar na data do recebimento.

ii) Risco da taxa de juro

Os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, estando a ASA sujeita ao risco da variação da taxa de juro. A ASA não tem definido qualquer política para a cobertura deste risco ou negociados quaisquer instrumentos financeiros derivados que visem a minimização destes impactos.

iii) Risco de crédito

Pela natureza do seu negócio o risco de crédito da ASA está segmentado entre:

a) Faturação efetuada às companhias aéreas que sobrevoam o espaço aéreo de Cabo Verde no âmbito da FIR. Neste caso o risco de crédito das companhias aderentes à IATA é minimizado pelo controlo centralizado de cobranças efetuado por esta entidade;

b) Faturação efetuada às companhias aéreas que estão fora da IATA e que utilizam os aeroportos e aeródromos geridos pela ASA. Neste caso existe uma grande concentração de risco de crédito em algumas empresas, que é alvo de avaliação regular por parte da direção financeira da ASA.

Para as prestações de serviços secundários (ex.: arrendamentos) estão definidas políticas de corte de serviço que procuram assegurar que as vendas efetuadas/ serviços prestados são cobradas.

iv) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades de fundos através de facilidades de crédito negociadas. Devido ao esforço de investimento efetuado nos últimos anos a ASA tem obtido financiamentos específicos a médio/longo prazo para o financiamento das infraestruturas construídas, com períodos de carência de juros.

v) Gestão do capital

O objetivo da ASA em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço, é salvaguardar a continuidade das operações da Empresa.

O plano de financiamento da ASA é efetuado considerando as necessidades de investimento em infraestruturas, as necessidades de capital relativas à atividade operacional e financeira e as comparticipações do Estado.

i) 4 – Ativos tangíveis

Em 31 de Dezembro de 2013 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

U=Contos

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de Janeiro de 2013								
Custo de aquisição	771	14.828.020	4.049.311	1.481.206	494.616	24.108	295.952	21.173.985
Depreciações acumuladas	-	(5.433.905)	(2.818.289)	(654.714)	(423.912)	(18.373)	-	(9.349.193)
Valor líquido	**771**	**9.394.115**	**1.231.022**	**826.492**	**70.703**	**5.736**	**295.952**	**11.824.792**
Movimento em 2013								
Adições	-	157	2.444	4.133	5.965	14.190	795.561	822.451
Alienações	-							-
Transferências e abates	-	568.370	336.619	(63.334)	9.908	(10.250)	(932.871)	(91.558)
Depreciação - exercício	-	(645.863)	(314.047)	(194.726)	(24.606)	(818)	-	(1.180.060)
Depreciação- transf. e abates	-			13.722				13.722
Valor líquido	**-**	**(77.337)**	**25.016**	**(240.205)**	**(8.733)**	**3.122**	**(137.309)**	**(435.445)**
31 de Dezembro de 2013								
Custo de aquisição	771	15.396.547	4.388.374	1.422.005	510.489	28.048	158.643	21.918.600
Depreciações acumuladas	-	(6.079.768)	(3.132.336)	(835.718)	(448.519)	(19.190)	-	(10.529.253)
Valor líquido	**771**	**9.316.779**	**1.256.038**	**586.287**	**61.971**	**8.858**	**158.643**	**11.389.347**

Em 31 de Dezembro de 2012 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de Janeiro de 2012								
Custo de aquisição	771	13.389.056	3.510.659	842.299	479.081	25.093	681.907	18.928.867
Depreciações acumuladas	-	(4.780.345)	(2.493.787)	(486.610)	(394.668)	(17.639)	-	(8.173.049)
Valor líquido	**771**	**8.608.712**	**1.016.872**	**355.688**	**84.413**	**7.454**	**681.907**	**10.755.818**
Movimento em 2012								
Adições	-	788.998	444.916	-	3.592	11.385	1.014.663	2.263.555
Alienações	-	-	-	(18.437)	-	-	-	(18.437)
Transferências e abates	-	649.965	93.736	657.345	11.942	(12.370)	(1.400.618)	-
Depreciação - exercício	-	(623.156)	(307.040)	(185.465)	(29.244)	(734)	-	(1.145.639)
Depreciação - correções	-	(30.404)	(17.462)	-	-	-	-	(47.866)
Depreciação- transf. e abates	-		-	17.361	-	-	-	17.361
Valor líquido	**-**	**785.403**	**214.150**	**470.804**	**(13.709)**	**(1.719)**	**(385.955)**	**1.068.974**
31 de Dezembro de 2012								
Custo de aquisição	771	14.828.020	4.049.311	1.481.207	494.616	24.108	295.952	21.173.985
Depreciações acumuladas	-	(5.433.904)	(2.818.289)	(654.715)	(423.912)	(18.373)	-	(9.349.193)
Valor líquido	**771**	**9.394.115**	**1.231.022**	**826.493**	**70.703**	**5.736**	**295.952**	**11.824.792**

As adições e transferências para ativos tangíveis firmes registadas no exercício de 2013 referem-se, maioritariamente, às seguintes rubricas:

i) Edifícios e outras construções:

   a. Camada de Desgaste do AIPNM – no montante de 305.151 mESC;

   b. Flexi-terminal do Aeródromo de Preguiça – São Nicolau – no montante de 155.630 mESC;

   c. Conclusão das obras do Parque de Estacionamento Autocarros no AIAC - no montante de 65.901 mESC;

   d. Módulos industriais de abrigo de Viaturas de Combate Incêndios – no montante de 17.969 mESC;

   e. Obra civil de remodelação zona Check-In do AIAC – no montante de 9.161 mESC;

   f. Reabilitação e casa de banho no AIPNM - no montante de 7.554 mESC.

ii) Equipamento básico:

   a. Sistema de Check-in para o AIAC - no montante de 160.299 mESC;

   b. Equipamentos de Segurança para os Aeroportos e Aeródromos – no montante de 60.533 mESC;

   c. Climatização do Centro de controlo de Tráfego Aéreo – no montante de 53.696 mESC;

   d. Sistema de Check-in para o Aeródromo da Preguiça, São Nicolau – no montante de 35.236 mESC;

   e. Unidades de Refrigeração Chiller para o C. Hall do AIAC – no montante de 13.825 mESC.

iii) Equipamento de transporte:

   a. Viatura Hiace para o AIPNM - no montante de 3.296 mESC;

   b. Atrelado em fibra para o AIAP – no montante de 837 mESC.

No final de 2013 e 2012 os valores mais significativos incluídos na rubrica de "Ativos em curso" referem-se a:

Ativos em curso

	2013	2012
Ativos em construção		
Sistema check in (AIAC)	-	120.842
SISTASAL II- Upgrade Torre AIAP	99.690,76	-
Parque de estacionamento de Autocarros (AIAC)	-	54.831
Flexi Terminal (São Nicolau)	-	45.367
Equipamentos para torre de controlo (AIAP)	-	33.643
Climatização Concourse Hall	27.980,58	-
Módulos Industriais abrigo VCI (AIAP)	-	15.744
Remodelação DRH e Cantina	13.957,19	-
Unidades de Refrigeração Chiller	-	13.788
SISTASAL - Sistema AMHS	8.628,37	-
Elevador Torre Controle AIAC	4.520,98	-
SISTASAL III - Upgrade Estação CAFS	3.865,20	-
Outros (inferiores a 10.000 contos)	-	10.664
	158.643	**294.880**
Adiantamentos por conta ativos tangíveis		
Módulos Industriais abrigo VCI (AIAP)	0	1.072
	0	1.072
Total ativos em curso	**158.643**	**295.952**

Do total dos "Ativos em curso" no final de 2013 destacam-se os seguintes investimentos:

i) Upgrade do Sistema SISTASAL, iniciado em 2013 e em fase de finalização a 31 de Dezembro de 2013 faltando apenas 10% para sua conclusão, no montante de 112.184 mESC. Projeto executado pela INDRA Sistemas;

ii) Obras de melhoria da Climatização do Concourse Hall do AIAC, no montante de 27.981mESC., levado a cabo pela ABERDORE;

iii) Obras de Remodelação da Direção do Recursos Humanos, no montante de 13.957 mESC. Empreitada a cargo da CONSTUR, S.A.;

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 o valor líquido dos ativos fixos tangíveis, adquiridos sob o regime de locação financeiras é como segue (ver igualmente Nota 19):

Locações financeiras	**2013**	**2012**
Valor bruto	12.920	12.920,00
Depreciações acumuladas	(5.787)	(4.172)
	7.133	**8.748**

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica de "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" da demonstração dos resultados pela sua totalidade.

5 – Ativos intangíveis

A rubrica de ativos intangíveis engloba, essencialmente, valores capitalizados com a aquisição de diversos tipos de software, com fim de suporte às atividades desenvolvidas pela ASA. A evolução registada para os exercícios apresentados é como segue:

	Software	
	2013	**2012**
A 1 de Janeiro		
Custo de aquisição	108.049	94.177
Amortizações acumuladas	(89.518)	(82.887)
Valor líquido	**18.531**	**11.289**
Adições	189	13.872
Alienações		
Amortização - exercício	(9.673)	(6.631)
Valor líquido	**(9.483)**	**7.242**
31 de Dezembro		
Custo de aquisição	108.238	108.049
Amortizações acumuladas	(99.190)	(89.518)
Valor líquido	**9.048**	**18.531**

Na rubrica de software estão incluídos:

i) Custos incorridos com o projeto de implementação do sistema integrado de gestão dos recursos humanos (ano 2006) e o sistema de gestão de tráfego desenvolvido em coordenação com a AENA e INDRA (ano 2006), que se encontram totalmente amortizados a 31 de Dezembro de 2013;

ii) Aquisição em 2010 de um software de gestão de ativos, cujo montante total ascendeu a 10.636 mESC;

iii) Aquisição em 2012 de um software de videovigilância inteligente para o Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, cujo montante total ascendeu a 12.429 mEsc;

iv) Renovação em 2012 das licenças antivírus, cujo montante total ascendeu a 1.443 mEsc;

v) Aquisição em 2013 de licenças para de software de monitores de rede de informação de voo, no montante de 186 mESC.

6 – Participações financeiras – Método equivalência patrimonial

Em 2012, conforme referido na ata da assembleia-geral realizada a 5 de Outubro de 2012 (ata nº 02/AG/ASA/2012), a ASA alienou a participação social que detinha na Sociedade Multipessoal, Lda. A participação resultou de uma parceria efetuada com a Multipessoal Portugal, empresa do Grupo BES, onde a ASA participava em 30% do capital social, mas assumia o controlo conjunto.

O fecho desta operação resultou numa valorização nula da participação. Desta forma, foi efectuado o ajustamento da participação financeira no valor de 134 mESC.

7 – Outros ativos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a:

	2013	2012
Acções	86.340	86.052
Obrigações	130.765	142.892
Depósitos	113.116	112.553
Total	**330.221**	**341.497**
Imparidade Activos Financeiros	(32.208)	-
	298.013	**341.497**

Ações

	Nº ações	2013	Nº ações	2012
Banco Comercial do Atlântico	28.780	86.340	28.780	86.052
Total		**86.340**		**86.052**

Este ativo encontra-se valorizado ao justo valor de acordo com cotação na bolsa de valores de Cabo Verde, conforme boletim publicado com referência às datas do balanço apresentadas:

- cotação a 31 de Dezembro de 2013: 2.896 ESC/ ação
- cotação a 31 de Dezembro de 2012: 2.990 ESC/ ação

Os ganhos e reduções de justo valor são registadas na rubrica "Aumentos/ reduções de justo valor" na demonstração dos resultados.

Em 21 de Dezembro de 2000 a ASA adquiriu um lote de 20.000 ações ao preço unitário de 2.328 Escudos e um lote de 1.725 ações ao preço unitário de 2.280 Escudos. Em 26 de Março de 2009 a ASA adquiriu um lote adicional de 7.055 ações pelo valor de 1.000 Escudos cada.
Estas ações encontram-se depositadas numa conta título na Agência do BCA no Sal.

No exercício de 2013, não houve distribuição de dividendos por parte do BCA (em 2012: 4.081 mESC, os quais foram reconhecidos em juros e rendimentos similares obtidos).

Obrigações

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os ativos reconhecidos nesta rubrica correspondem a títulos de dívida adquiridos pela ASA, emitidos pelas seguintes entidades:

	2013		
Descrição	**Nº Obrigações**	**Condições**	**Valor**
Obrigações SOGEI	19.971	Euribor 6 meses + 2,75% (Tx min 6,4%; Tx máx 7,4%) Reembolso em 2014	19.971
Obrigações Tecnicil	12.237	Taxa 7,5% (fixa); Juros semestrais postecipados Reembolso 2014	12.237
Obrigações Fast Ferry	89.990	Taxa: 8,25% (2012); 7,5% (2013,2014); 8,75% (2015); 10% (2016,2017,2018,2019) Reembolso 2019	89.990
Obrigações BCA	8.567	Taxa crescente (5,75% a 6,25%); Juros semestrais postecipados Reembolso início em 2013	8.567
Total			**130.765**

	2012		
Descrição	**Nº Obrigações**	**Condições**	**Valor**
Obrigações SOGEI	29.956	Euribor 6 meses + 2,75% (Tx min 6,4%; Tx máx 7,4%) Reembolso em 2014	29.956
Obrigações Tecnicil	12.237	Taxa 7,5% (fixa); Juros semestrais postecipados Reembolso 2014	12.237
Obrigações Fast Ferry	89.990	Taxa: 8,25% (2012); 7,5% (2013,2014); 8,75% (2015); 10% (2016,2017,2018,2019) Reembolso 2019	89.990
Obrigações BCA	10.709	Taxa crescente (5,75% a 6,25%); Juros semestrais postecipados Reembolso início em 2013	10.709
Total			**142.892**

Por deliberação da assembleia-geral da Fast Ferry em Março de 2012, ocorreu uma alteração nas condições destas obrigações, nomeadamente alteração do prazo de reembolso para 2019 bem como da alteração da taxa anual nominal.

Adicionalmente a ASA adquiriu em Fevereiro de 2012, 15.000 obrigações da Fast Ferry ao valor nominal de 1m ECV.

A especialização dos juros das obrigações encontra-se registada na rubrica de juros e rendimentos similares – Juros obtidos (Ver Nota 28).

Em 2013, atendendo as dificuldades financeiras da Sogei e da Tecnicil, em reembolsar as obrigações na data da sua maturidade, foi constituída uma provisão face ao risco de cobrança associado às mesmas.

Outros depósitos (Garantias)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os ativos reconhecidos nesta rubrica correspondem ao depósito garantia constituído pela ASA, no âmbito do financiamento obtido do BEI. A ASA é obrigada a manter esta aplicação até 2019, a qual venceu juros, em 2013, à taxa de juro de 1% (2012: 1%).

	2013	**2012**
Garantia BEI	113.116	112.553
Total	**113.116**	**112.553**

Este depósito encontra-se denominado em euros, correspondendo o saldo acumulado a 31 de Dezembro de 2013 a 1.025.853 Euros (em 2012: 1.020.748 Euros).

8 – Impostos diferidos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a ASA apresenta os seguintes saldos de impostos diferidos:

	Imposto diferido ativo	Imposto diferido passivo
1 de Janeiro de 2012	**446.522**	**(25.067)**
Aumentos / (reduções) por resultados	(34.731)	-
Aumentos / (reduções) por capitais próprios	109.820	17.056
31 de Dezembro de 2012	**521.611**	**(8.011)**
Aumentos / (reduções) por resultados	(10.584)	-
Aumentos / (reduções) por capitais próprios	40.692	(4.470)
31 de Dezembro de 2013	**551.719**	**(12.481)**

O detalhe da natureza dos impostos diferidos ativos para os exercícios apresentados é como segue:

	Outras Provisões	Cobrança duvidosa	Inventários	Imparidade TACV	Imparidade Ativos Financeiros	Total
A 1 de Janeiro de 2012	**61.562**	**249.919**	**1.419**	**133.622**	**-**	**446.522**
Reversão por resultados	(32.668)	-	(1.125)	(938)	-	(34.731)
Constituição por resultados	4.754	2.374	-	102.692	-	109.820
Movimento do exercício	**(27.914)**	**2.374**	**(1.125)**	**101.753**	**-**	**75.089**
A 31 de Dezembro de 2012	**33.648**	**252.293**	**295**	**235.376**	**-**	**521.611**

	Outras Provisões	Cobrança duvidosa	Inventários	Imparidade TACV	Imparidade Ativos Financeiros	Total
A 1 de Janeiro de 2013	**33.648**	**252.293**	**295**	**235.376**	**-**	**521.611**
Constituição/reversão por capital	-	-	-	-	-	-
Reversão por resultados	-	(10.584)	-	-	-	(10.584)
Constituição por resultados	5.004	27.636	-	-	8.052	40.692
Movimento do exercício	**5.004**	**17.052**	**-**	**-**	**8.052**	**30.108**
A 31 de Dezembro de 2013	**38.652**	**269.345**	**295**	**235.376**	**8.052**	**551.719**

Em 1 de Janeiro de 2009, data da transição fiscal conforme Decreto-Lei nº 14/2010 de 26 de Abril, os efeitos nos capitais próprios decorrentes da adoção pela primeira vez das normas constantes do SNCRF considerados fiscalmente relevantes, foram reclassificados para a rubrica do Estado – I.U.R. a receber. Este montante concorreu para a formação do lucro tributável do exercício de 2009 e dos quatro períodos de tributação seguintes.

O detalhe da natureza dos impostos diferidos passivos para os períodos apresentados é como segue:

	Justo valor Ações	**Ativos detidos para venda**	**Desconto saldo Estado**	**Total**
A 1 de Janeiro de 2012	**(14.141)**	**(918)**	**(10.009)**	**(25.067)**
Período findo em 31 de Dezembro				
Constituição por resultados	-	-	-	-
Reversão por resultados	7.015	32	10.009	17.056
Movimentos do período	**7.015**	**32**	**10.009**	**17.056**
A 31 de Dezembro de 2012	**(7.126)**	**(885)**	**-**	**(8.011)**

	Justo valor Ações	**Ativos detidos para venda**	**Desconto saldo Estado**	**Total**
A 1 de Janeiro de 2013	**(7.126)**	**(885)**	**-**	**(8.011)**
Período findo em 31 de Dezembro				
Constituição/reversão por capital	-	-	-	-
Constituição por resultados	-	-	-	-
Reversão por resultados			(4.470)	(4.470)
Movimentos do período	**-**	**-**	**(4.470)**	**(4.470)**
A 31 de Dezembro de 2013	**(7.126)**	**(885)**	**(4.470)**	**(12.481)**

9 – Ativos não correntes detidos para venda

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a ASA tem classificado como ativos não correntes detidos para venda as seguintes classes de ativos:

	2013	2012
Ativos fixos tangíveis		
Terrenos	739	739
Moradias	10.112	10.112
Viaturas	0	1.077
	10.851	**11.928**

Os terrenos e moradias classificados como detidos para venda referem-se a terrenos e moradias para os quais já foram assinados os contratos de promessa de compra e venda, estando a ASA a aguardar a realização das escrituras.

A manutenção da classificação destes ativos para além dos 12 meses deve-se ao facto das questões pendentes não estarem no controlo da ASA. O valor pelo qual se encontram mensurados é inferior ao valor de venda já negociado para a alienação.

Em 2013, foram alienadas 7 viaturas da ASA que em 2012 tinham sido classificados como ativos detidos para venda.

10 – Inventários

O detalhe de inventários em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

	2013	2012
Material auto	54.266,87	48.813
Material eléctrico	18.309,84	19.705
Materiais de telecomunicações	29.934,98	16.127
Material de construção	6.351,05	12.822
Outros materiais (< 6.000)	13.314,49	12.861
Total inventário em armazém	**122.177**	**110.326**
Inventários em trânsito	23.994	36.155
Ajustamentos a inventários	(15.827)	(15.827)
Total inventários	**130.344**	**130.655**

O custo dos inventários reconhecido em 2013, como gasto e incluído na rubrica ”Fornecimentos e serviços externos” ascendeu a 62.860 mESC (em 2011: 58.166 mESC)

Os inventários em trânsito referem-se a gastos com processos de desalfandegamento.

Ajustamentos a inventários

Em 2013 não ocorreram variação nos ajustamentos de inventários.

	2013	2012
A 1 de Janeiro	**15.827**	**15.827**
Aumentos	-	-
Utilizações	-	-
Reduções	-	-
A 31 de Dezembro	**15.827**	**15.827**

11 – Clientes

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a decomposição da rubrica de clientes, é como segue:

	2013			2012		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes c/c	3.811.195	-	3.811.195	3.261.617	-	3.261.617
Clientes de cobrança duvidosa	2.241.082	-	2.241.082	2.172.874	-	2.172.874
	6.052.278	-	6.052.278	5.434.491	-	5.434.491
Perdas por imparidade	(2.241.082)	-	(2.241.082)	(2.172.874)	-	(2.172.874)
Total Clientes	**3.811.195**	**-**	**3.811.195**	**3.261.617**	**-**	**3.261.617**

Os saldos de clientes c/c resultam, maioritariamente, da faturação das taxas de rota às companhias aéreas pela utilização do espaço aéreo de Cabo Verde, sendo os saldos em aberto mais significativos referentes às companhias aéreas que não estão associadas à IATA – International Airport Association.

Resumo dos saldos de clientes sem considerar o ajustamento para imparidade:

Entidade	31-12-2013	31-12-2012
TACV CABO VERDE AIRLINES	3.812.650	3.098.484
HALCYONAIR CABO-VERDE SA	341.145	334.279
TAP AIR PORTUGAL	129.434	232.619
ARIK AIR	194.507	151.855
TAM - LINHAS AEREAS S.A	119.107	109.019
GROUP AIR FRANCE	96.527	102.276
IBERIA-LINHAS AEREAS ESPANA	83.863	102.104
SOUTH AFRICAN AIRWAYS - TT	64.748	68.672
AIR COMET	60.152	56.550
GHANA AIRWAYS CORPORATION	41.002	55.648
SOUTHERN WINDS,S.A.	44.575	52.433
THOMSONFLY - ACCOUNT PAYABLE/TUI UK	30.532	48.166
TACV ASSISTÊNCIA	43.166	43.032
TAAG L. AEREAS DE ANGOLA	3.436	42.427
DEUTCHE LUFTHANSA, A.G.	39.572	40.751
AEROLINEAS ARGENTINAS	38.333	37.612
BRITISH AIRWAYS-BAW	46.897	35.151
CABO VERDE EXPRESS - CVE	29.354	32.153
Outros < 30.000 contos	833.280	791.260
	6.052.278	**5.434.491**

Perdas por imparidade

	2013	2012
A 1 de Janeiro	**2.172.874**	**1.691.328**
Aumentos	110.545	481.546
Transferências		-
Reduções	(42.337)	-
A 31 de Dezembro	**2.241.082**	**2.172.874**

A variação registada na rubrica de "Perdas por imparidade – clientes" refere-se, essencialmente a:

i) Dívida da Halcyonair, entidade com a qual a ASA assinou um protocolo em 2010 para pagar a dívida vencida no prazo de 9 anos, mas que não está a ser cumprido sendo que a empresa teve uma interrupção de atividade no segundo semestre de 2012. O valor da divida encontra-se integralmente ajustado em 2013;

ii) Relativamente à TACV, em 2013 não foi reajustado as imparidade sobre os créditos vencidos dos TACV, não obstante os atrasos registados na regularização da faturação emitida.

No que se refere ao saldo a receber dos TACV, esta encontra-se em processo de reestruturação, prevendo que durante o exercício de 2014, o processo venha a ficar concluído e consequentemente a regularização da situação da divida. A TACV por se tratar de uma entidade detida a 100% pelo Estado de Cabo Verde, não se coloca em causa a recuperabilidade do valor a receber.

12 – Adiantamentos a fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a decomposição da rubrica de adiantamentos a fornecedores, é como segue:

	2013			2012		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Armando Cunha, SA	10.829	-	10.829	-	-	-
Microtécnica	-	-	-	3.056	-	3.056
ICAO	3.065	-	3.065	3.065	-	3.065
Instituto Nacional de Meteorologia	3.000	-	3.000	3.000	-	3.000
ELSEG	2.830	-	2.830	2.830	-	2.830
Outros	686	-	686	12.589	-	12.589
	20.409	-	20.409	24.539	-	24.539
Ajustamentos	(8.166)	-	(8.166)	(8.166)	-	(8.166)
Total	**12.244**	**-**	**12.244**	**16.374**	**-**	**16.374**

Os saldos apresentados acima compreendem os adiantamentos efetuados a fornecedores no âmbito de propostas aceites, quando ainda não tenha sido prestado o serviço.

Ajustamentos e adiantamentos

	2013	2012
A 1 de Janeiro	**8.166**	**17.646**
Aumentos	-	8.166
Transferências	-	-
Reduções	-	(17.646)
A 31 de Dezembro	**8.166**	**8.166**

O valor dos ajustamentos em 31 de Dezembro de 2012 corresponde a adiantamentos efetuados aos seguintes fornecedores: ICAO, ELSEG, BOM FIM e EAF FISCAT cujos adiantamentos têm antiguidade significativa e para os quais poderá existir risco de regularização.

13 – Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os saldos ativos e passivos de "Estado e outros entes públicos" são como segue:

	2013		2012	
	Devedor	**Credor**	**Devedor**	**Credor**
Imposto s/ rendimento - I.U.R.	13.174	(67.047)	13.174	(298.710)
Retenções Imposto s/ rendimento	-	(21.909)	-	(22.820)
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	653.653	-	508.277	-
Contribuições p/ Previdência	-	(30.036)	-	(29.573)
Outros impostos	532	-	532	(7)
Total	**667.359**	**(118.992)**	**521.983**	**(351.110)**
Não corrente			-	-
Corrente	**667.359**	**(118.992)**	**521.983**	**(351.110)**

Saldos devedores

Os saldos desta rubrica referem-se, maioritariamente, ao valor do IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado a receber, relativo aos exercícios de 2007 a 2013, para os quais a ASA já entregou os respetivos pedidos de reembolso.

A ASA tem, ainda, reconhecido o valor de 9.310 m ESC a recuperar relativo ao pagamento provisório de IUR – 'Imposto único sobre o rendimento' efetuado em 2005, por conta do exercício de 2004, para o qual no final foi apurado prejuízo fiscal. A ASA estima recuperar este montante através da dedução a pagamentos futuros de IUR, decorrido o prazo durante o qual a administração fiscal pode efetuar correções ao cálculo efetuado pela ASA.

Saldos credores

Relativamente aos saldos credores, o mais significativo refere-se ao saldo do IUR a pagar.

As rubricas "Retenções imposto s/ rendimento" e "Contribuições p/ previdência" referem-se às retenções efetuadas sobre as remunerações dos empregados e contribuições da ASA, a liquidar em Janeiro do ano seguinte à data de balanço.

Detalhe dos saldos de IUR a 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

		2013	2012	2011
Pagamento por conta 2005		(9.310)	(9.310)	(9.310)
Impacto transição I.U.R.	i)	(3.864)	(3.864)	(7.728)
Estimativa de IRC do ano	ii)	67.047	298.710	362.479
Imposto a pagar/(receber) do a	iii)	-	-	30.795
Total		**53.872**	**285.536**	**376.235**
Saldo devedor		**(13.174)**	**(13.174)**	**(17.039)**
Saldo credor		**67.047**	**298.710**	**393.274**

i) De acordo com o Decreto-Lei nº. 14/2010, de 26 de Abril, "os efeitos nos capitais próprios decorrentes da adoção pela primeira vez, das normas constantes do SNCRF, que sejam consideradas fiscalmente relevantes nos termos do RIUR (Regulamento do Imposto Único sobre os Rendimentos) concorrem em parte iguais para a formação do resultado tributável do primeiro período de tributação em que se apliquem as normas e dos quatro períodos seguintes. O valor total considerado relevante ascendeu a 19.321 mESC (ver Nota 8) tendo sido deduzido na estimativa de imposto a pagar de 2013 o valor de 3.864 mEsc (2012: 3.864 mEsc).

ii) Com a publicação do Decreto – Lei n.º 1/96 de 15 de Janeiro, foi aprovado o Regulamento do Imposto Único sobre os Rendimentos, segundo o qual o rendimento tributável é determinado com base no resultado líquido do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que nos termos do referido Decreto – Lei não devam ser considerados para efeitos fiscais. Sobre este resultado é aplicada uma taxa de 25%, que foi fixada através da Lei n.º34/VII/2008 de 29 de Dezembro. Para o efeito, o valor estimado do imposto a pagar é provisionado no ano a que diz respeito, sendo o saldo acima designado como a estimativa de imposto sobre os rendimentos de 2012, a liquidar junto das autoridades fiscais em 2013.

iii) Em 31 de Dezembro de 2013 a ASA já tinha regularizado os valores referentes ao IUR liquidação corretiva de 2013.

14 – Acionista

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a ASA tem registado os seguintes saldos em aberto com o seu acionista, o Estado de Cabo Verde:

Descrição		2013		2012	
		Devedor	Credor	Devedor	Credor
Acordo ASA/ Estado CV/ TACV	i)	390.000	-	390.000	-
Dividendos (2010 e 2012)	ii)	-	(638.158)	-	(536.199)
Dívida MSF e A. Cunha	iii)	-	(522.647)	-	(481.259)
Dívida Viaturas Combate Incêndio	iv)	-	(809.359)	-	(745.266)
Dívida Terminal VIP ADP	v)	-	(341.030)	-	(314.024)
Dívida Iluminação Fase I AIAC	vi)	-	(761.499)	-	(701.196)
		390.000	**(3.072.693)**	**390.000**	**(2.777.944)**
Imparidade		(18.465)	-	(36.056)	-
Valor líquido		**371.535**	**(3.072.693)**	**353.944**	**(2.777.944)**

i) Acordo ASA/Estado/ TACV

O detalhe dos valores a receber do acionista é como se segue:

Descrição	2013	2012
Protocolo 2001	390.000	390.000
	390.000	**390.000**
Imparidade	(18.465)	(36.056)
	371.535	**353.944**

Em 31 de Dezembro de 2013, o saldo a receber do acionista resulta do protocolo assinado em 2001 para a regularização da dívida dos TACV através da cedência de ações desta empresa, no futuro processo de privatização.

Não existindo informação adicional do Estado relativamente ao seu pagamento, a ASA considerou a sua regularização através da cedência de posição na reestruturação a ocorrer no negócio do handling, a ocorrer, segundo a melhor estimativa efetuada em 31 de Dezembro de 2013, no prazo de 1 ano, tendo por isso procedido ao desconto do saldo, por esse prazo, considerando uma taxa de 4,97% que decorre da análise efetuada nos títulos de dívida pública cabo-verdiana no mercado primário, através da interpolação das taxas de bilhetes do tesouro a 1 ano (data valor de 21 de Dezembro de 2012) e obrigações do tesouro a 3 anos (data valor de 23 de Novembro de 2012).

ii) Dividendos (2010 a 2012)

Este saldo corresponde aos dividendos a pagar ao Estado de Cabo Verde relativo ao exercício de 2010, 2011 e 2012, conforme deliberado na assembleia-geral realizada a 21 de Novembro de 2011 (ata nº 01/AG/ASA/2011), na assembleia-geral realizada a 5 de Outubro de 2012 (ata nº 02/AG/ASA/2012), e na assembleia-geral realizada a 5 de Setembro de 2013 (ata nº 01/AG/ASA/2013), respectivamente.

iii) Dívida MSF e Armando Cunha

Este saldo refere-se a dívidas pagas pelo Estado de Cabo Verde por conta da ASA, no âmbito do financiamento obtido junto do Estado Português para a modernização das infraestruturas aeroportuárias de Cabo Verde. As dívidas dizem respeito às empresas MSF e Armando Cunha, nos montantes de 333.026 mESC e 234.568 mESC, respectivamente, pelas empreitadas realizadas nos aeroportos da Boavista, São Vicente e São Filipe. Tendo o pagamento do Estado ocorrido em 2008 e, segundo a melhor estimativa efetuada em 31 de Dezembro de 2012 para regularização deste saldo junto do Estado de Cabo Verde no prazo de 2 anos, a ASA procedeu ao desconto destes saldos considerando um prazo médio de pagamento de 2 anos e uma taxa de desconto de 8,6%.

iv) Dívida Viaturas combate incêndio

Este saldo refere-se à aquisição de 24 viaturas de combate a incêndio com financiamento suportado pelo Governo de Cabo Verde mediante a celebração de um empréstimo com o Governo Espanhol. O investimento total ascendeu a 878.964 mESC, sendo que existe indicação que o financiamento será assumido pela ASA. O investimento incorrido foi registado nesta rubrica por contrapartida do ativo tangível da empresa (ver Nota 4). Tendo o pagamento sido suportado pelo Estado e, segundo a melhor estimativa efetuada em 31 de Dezembro de 2012 para regularização deste saldo junto do Estado de Cabo Verde no prazo de 2 anos, a ASA procedeu ao desconto destes saldos considerando um prazo médio de pagamento de 2 anos e uma taxa de juro de 8,6%.

v) Dívida Terminal VIP ADP

Este saldo refere-se à construção do Terminal VIP do Aeroporto Nélson Mandela com financiamento suportado pelo Governo de Cabo Verde. O investimento total ascendeu a 370.359 mESC, sendo que existe indicação que o financiamento será assumido pela ASA. O investimento incorrido foi registado nesta rubrica por contrapartida do ativo tangível da empresa (ver Nota 4). Tendo o pagamento sido suportado pelo Estado e, segundo a melhor estimativa efetuada em 31 de Dezembro de 2012 para regularização deste saldo junto do Estado de Cabo Verde no prazo de 2 anos, a ASA procedeu ao desconto destes saldos considerando um prazo médio de pagamento de 2 anos e uma taxa de juro de 8,6%.

vi) Dívida Iluminação Fase I AIAC

Este saldo refere-se à fase I da empreitada de reforço de iluminação no Aeroporto Internacional Amílcar Cabral com financiamento suportado pelo Governo de Cabo Verde mediante a celebração de um empréstimo com o Governo Espanhol. O investimento total ascendeu a 826.988 mESC, sendo que existe indicação que o financiamento será assumido pela ASA. O investimento incorrido foi registado nesta rubrica por contrapartida do ativo tangível da empresa (ver Nota 4). Tendo o pagamento sido suportado pelo Estado e, segundo a melhor estimativa efetuada em 31 de Dezembro de 2012 para regularização deste saldo junto do

Estado de Cabo Verde no prazo de 2 anos, a ASA procedeu ao desconto destes saldos considerando um prazo médio de pagamento de 2 anos e uma taxa de juro de 8,6%.

15 – Outras contas a receber

		2013			2012		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
ITURRI		-	-	-	-	-	-
Fundo social ASA	i)	38.702	36.620	75.322	24.194	37.715	61.909
Empréstimos ao pessoal	ii)	14.669	5.394	20.063	14.760	10.739	25.500
Repartição de finanças do Sal	iii)	-	-	-	80.368	-	80.368
Aberdore GB	iv)	-	-	-	40.000	-	40.000
Outros	v)	33.485	-	33.485	22.807	-	22.807
		86.857	42.014	128.871	182.130	48.454	230.584
Ajustamentos	vi)	(15.368)	-	(15.368)	(15.329)	-	(15.329)
Outros devedores		**71.488**	**42.014**	**113.502**	**166.801**	**48.454**	**215.255**
Devedores por acréscimos de rendimentos	vii)	9.274	-	9.274	8.097	-	8.097
Total		**80.763**	**42.014**	**122.777**	**174.898**	**48.454**	**223.352**

i) Fundo social ASA

Saldo referente aos apoios dados aos empregados na forma de empréstimos ou comparticipações para apoio: na educação, na doença, na aquisição casa própria, na aquisição de equipamento informático e outros. Estes empréstimos vencem juro a taxas bonificadas.

ii) Empréstimos concedidos ao pessoal

O saldo desta rubrica compreende empréstimos e adiantamentos atribuídos aos empregados destinados a aquisição de viaturas e fins diversos. Os empréstimos destinados a aquisição de viaturas vencem juros a uma taxa de 2,1% e têm um período de reembolso que poderá ultrapassar os 12 meses.

iii) Repartição de finanças do Sal

Em 2013 a ASA regularizou o saldo desta rubrica, que era referente a uma contragarantia, com saldo cativo junto do Banco Comercial do Atlântico, prestada a favor da Direção Geral das Contribuições e Impostos por conta de um recurso apresentado pela ASA face às conclusões de uma inspeção fiscal em matéria de IUR do exercício de 2006. O valor inicial viu-se substancialmente reduzido para 45.882 contos, resultante dos recursos interpostos e que por decisão do Conselho de Administração este foi liquidado, pondo fim a contingência fiscal.

iv) Aberdore GB

Foi regularizado o saldo desta rubrica referente a uma contragarantia, com saldo cativo junto do Banco Comercial do Atlântico, por garantia prestada ao fornecedor Aberdore na empreitada do "sistema de check-in" para o Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, em virtude de a obra ter sido concluída.

v) Outros

Este saldo, entre outros, inclui um valor a receber 13.679 mESC (em 2012: 13.679 mESC) do fornecedor Semedo & Brito que resultou de parte de adiantamentos concedidos pela ASA, em 2000, com o objectivo de facilitar a conclusão no prazo previsto dos trabalhos no Concourse Hall e que nunca foram regularizados. Este montante encontra-se totalmente ajustado.

vi) Ajustamento para devedores de cobrança duvidosa

O ajustamento para devedores de cobrança duvidosa destina-se a fazer face aos riscos de cobrança, entre outros, dos saldos dos devedores identificados.

vii) Devedores por acréscimos de rendimentos

Em 31 de Dezembro de 2013, o saldo desta rubrica refere-se à especialização dos juros a receber relativamente às obrigações detidas pela empresa (ver Nota 7).

16 – Capital

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o capital social da ASA, encontra-se totalmente subscrito e realizado. O detalhe do capital social a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

	2013		
	Número de ações	**Valor nominal por ação**	**Capital Social**
Capital Social	550.000	10,000$00	5.500.000

	2012		
	Número de ações	**Valor nominal por ação**	**Capital Social**
Capital Social	550.000	10,000$00	5.500.000

Em 2012 foi registado o aumento de capital por incorporação de reservas gerais no valor de 298.816 mESC por deliberação da assembleia-geral do dia 24 de Julho de 2008 (conforme ata nº01/AG/ASA/2008).

17 – Reservas e outras rubricas de capital próprio

As rubricas "Outras reservas" registaram os seguintes movimentos durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

	Reservas legais	Reserva investimento	Reserva para fins sociais	Reserva para remuneração de capitais	Reservas gerais	Resultados transitados	Total
A 1 de Janeiro de 2012	**61.259**	**2.046.924**	**-**	**-**	**594.674**	**(45.116)**	**2.657.741**
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	42.000	379.971	-	-	(298.816)	45.116	168.270
A 31 de Dezembro de 2012	**103.259**	**2.426.895**	**-**	**-**	**295.858**	**-**	**2.826.012**
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	17.888	237.905	-	-	-	-	255.793
A 31 de Dezembro de 2013	**121.147**	**2.664.800**	**-**	**-**	**295.858**	**-**	**3.081.804**

O movimento registado nas reservas em 2013 resultou da deliberação da assembleia-geral do dia 5 de Setembro de 2013 (ata nº 01/AG/ASA/2013) relativamente à aplicação dos Resultados de 2012:

- Reserva legal 5,0%.....17.888 mESC
- Reserva para investimentos 66,5%.....237.905 mESC

O movimento registado nas reservas gerais resultou do registo em 2012, da deliberação da assembleia-geral do dia 24 de Julho de 2008 (conforme ata nº01/AG/ASA/2008) que determinou a realização de parte do aumento de capital por contrapartida de reservas gerais no valor de 298.816 mESC. Os restantes movimentos do aumento de capital deliberado pela assembleia-geral do dia 24 de Julho de 2008 já tinham sido registados em exercícios anteriores.

A reserva para fins sociais destina-se exclusivamente à prestação de benefícios sociais ou serviços de benefício coletivo para os trabalhadores, e à atribuição de bonificações dos empréstimos para aquisição, construção, reparação, beneficiação, ou ampliação de habitação própria permanente. A dotação anual que lhe for destinada não poderá exceder 10% dos resultados líquidos do exercício respetivo. As utilizações desta reserva são efetuadas através do Fundo Social criado pela ASA e gerido por uma Comissão de Gestão, cujos membros são empregados da ASA.

18 – Provisões

A evolução das provisões para outros riscos e encargos nos exercícios de 2013 e 2012 é como segue:

	Processos Judiciais	Impostos	Outros Riscos	Total
A 1 de Janeiro de 2012	**-**	**130.670**	**115.576**	**246.246**
Constituição	-	55.155	19.014	74.169
Utilização	-	(26.799)	-	(26.799)
Redução	-	-	-	-
A 31 de Dezembro de 2012	**-**	**159.026**	**134.590**	**293.616**
Constituição	-	19.977	19.014	38.992
Utilização	-	-	-	-
Redução	-	-	-	-
A 31 de Dezembro de 2013	**-**	**179.003**	**153.604**	**332.608**

Provisão para processos judiciais

Não se registou em 2013 qualquer provisão para processos judiciais.

Provisão para impostos

(a) Imposto Único sobre o Património

Em 2013 a ASA foi notificada pela Câmara Municipal da Praia (CMP), através da nota refª 206/CMP/DAF/2013 de 30 de Setembro, na sequência da avaliação predial efetuada por esta às instalações do Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela, a pagar o montante de 32.723 mESC. A ASA não concordando, contestou a liquidação tendo pago parte do valor. O remanescente (19.977 mESC.), por prudência, encontra-se provisionado.

Relativamente a Câmara Municipal do Sal (CMS), ficou regularizada em 2012, as prestações do acordo com a CMS, para pagamento de 26.799 mESC relacionado com o aumento de capital efetuado pela ASA no exercício de 2009.

(b) Reembolso do IVA

A 31 de Dezembro de 2013 a empresa apresenta a um saldo de IVA a recuperar no montante de 653.653 mECV, para o qual efetuou pedidos de reembolso em 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013. Os Serviços do IVA encontram-se a analisar a documentação de suporte às declarações que suportam o valor em causa. A ASA, com base na experiência passada, entende o valor já provisionado nos exercícios anteriores dá cobertura razoável face a eventuais correções que se vier a registar no âmbito da inspeção da finanças, por isso em 2013 não se fez qualquer reforço da provisão.

(c) Retenção de IUR sobre os valores de juros pagos a entidades não residentes

A ASA não tem vindo a efetuar a retenção de Imposto Único sobre o Rendimento (IUR) sobre os valores de juros pagos a entidades não residentes. De acordo com a legislação em vigor a percentagem a reter seria de

20% (norma geral) ou de 10% com as convenções existentes com Portugal. Para esta redução seria necessário a empresa obter a documentação que prove a residência em Portugal da entidade a quem são pagos os juros.

Em 2010 o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que os pagamentos referidos não estavam sujeitos a tributação em Cabo Verde, dado que, à data (2010), a legislação Cabo-verdiana não continha uma norma de incidência que abrangesse os rendimentos provenientes da prestação de serviços auferidos por entidades não residentes em Cabo Verde e sem estabelecimento estável, ainda que devidos por entidades aí residentes ou cujo pagamento fosse imputável a um estabelecimento estável situado nesse território.

Com a entrada em vigor do Orçamento de Estado de 2011, esta situação foi incorporada e legislada pelo Governo de Cabo Verde. Desta forma, a ASA provisionou o valor das retenções de IUR sobre os juros pagos a entidades não residentes em 2011 e 2012, uma vez que nos exercícios anteriores, apesar de possibilidade de revisão do IUR pelo período de 5 anos, o risco de eventuais contingências fiscais são reduzidos face à jurisprudência gerada pela decisão do STJ.

Provisão para outros riscos

O pagamento das obras contratualizadas e efetuadas pela MSF e Armando Cunha nos aeroportos da Boavista, São Vicente e São Filipe, respetivamente, foi assumido pelo Governo de Cabo Verde (ver Nota 14).

Contudo, foram realizados trabalhos adicionais pelas referidas construtoras face ao que se encontrava inicialmente acordado (no aeroporto e acessos), que não estão reconhecidos nas contas da ASA, sendo a expectativa da Administração que estas obras venham a ser incorporadas no património da Empresa. Adicionalmente, encontram-se em dívida juros de mora à MSF respeitantes a atrasos nos pagamentos destas faturas, que também é expectável que venham a ser imputados à ASA. Desta forma, foi constituída uma provisão para fazer face: (i) ao custo a incorrer com os juros de mora; e (ii) à correção a efetuar à depreciação dos ativos tangíveis em questão que se encontram em utilização mas cujo custo de aquisição final está pendente da imputação dos custos adicionais suportados diretamente pelo Estado de Cabo Verde.

19 – Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 os saldos dos financiamentos obtidos são os seguintes:

		2013			2012		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Agence Française de Development	i)	37.517	168.825	**206.341**	37.517	206.341	**243.858**
BEI - Banco Europeu de Investimento	ii)	173.686	950.420	**1.124.106**	168.590	1.122.991	**1.291.582**
BES - Aeroporto de Boavista	iii)	198.816	-	**198.816**	198.816	198.816	**397.632**
CGD - Obra Aeroporto S. Pedro	iv)	211.112	527.781	**738.893**	211.112	738.893	**950.005**
BCA/BIA - Viaturas Incêndio	v)	0	-	-	13.298	-	**13.298**
Extensão Plataforma do ABV	vi)	49.503	309.117	**358.620**	47.173	358.341	**405.514**
Sistema Iluminação AIAC- AGL	vii)	45.876	218.534	**264.410**	42.801	264.484	**307.285**
CECV - Viaturas incêndio ITURRI	viii)	58.576	31.431	**90.007**	54.492	90.336	**144.828**
BIA p/c Obrigações		-30	-	**(30)**	-	-	-
BES-Camada Desgaste AIPNM	ix)	39.259	215.926	**255.185**	-		-
CECV -Flexiterminal S. Nicolau	x)	76.451	351.346	**427.798**	-		-
Empréstimo Obrigacionista 2012	xi)	0	450.000	**450.000**	-	450.000	**450.000**
		890.766	**3.223.380**	**4.114.146**	**773.798**	**3.430.203**	**4.204.001**
Locações financeiras	xii)	1.703	0	**1.703**	2.942	2.143	5.085
Juros a pagar - especialização	xiii)	30.403	0	**30.403**	37.667	-	37.667
Gastos antecipados - Seguro COSEC	xiv)	-52.024	-73.096	**(125.120)**	(53.634)	(125.120)	(178.755)
Gastos antecipados - Comissão abertura de crédito	xv)			-	(822)	(4.931)	(5.753)
		870.847	**3.150.284**	**4.021.131**	**759.950**	**3.302.295**	**4.062.245**

i) Agence Française de Development

Financiamento obtido em 1999 para financiar as obras de expansão e renovação do Aeródromo de S. Pedro, na Ilha de S. Vicente (Empréstimo Nº C CV 1005 01 N).

Financiamento com valor nominal de 4.423.124 Euros (487.715.841 ESC) que vence juros a uma taxa anual fixa de 2,05%, com pagamentos semestrais. O plano da dívida prevê o reembolso em 26 prestações semestrais, com um período de carência de 8 anos a iniciar na data da primeira utilização.

ii) Banco Europeu de Investimento

Financiamento obtido em 2002 para o desenvolvimento do projeto de Controlo de Tráfego Aéreo em Cabo Verde (Empréstimo Nº 21681).

Financiamento com valor nominal de 20.000.000 Euros (2.205.300 mESC) que vence juros à taxa anual de 3%, com pagamento de juros semestrais. O plano da dívida prevê o reembolso do capital em 17 anos, com um período de carência de 4 anos.

iii) **Banco Espírito Santo -** Linha de crédito - Boavista

Financiamento obtido para a remodelação do aeroporto da Boavista.

Financiamento com valor nominal de 15.326.148 Euros (1.689.938 mESC) que vence juros à taxa EURIBOR a seis meses, acrescida de um spread de 1,25%. O capital irá ser reembolsado em 9 anos (18 prestações semestrais), com início após a última utilização do crédito (ocorrida em Novembro de 2006).

iv) Caixa Geral de Depósitos

Financiamento obtido para financiar a expansão e renovação do aeroporto de São Pedro, na Ilha de São Vicente.

Financiamento com valor nominal de 19.145.846 Euros (2.111.117 mESC) que vence juros à taxa EURIBOR a seis meses, acrescida de um spread de 1,25%. O plano da dívida prevê o reembolso em 10 anos (20 prestações semestrais), com início, após a última utilização do crédito (ocorrida em Julho de 2007).

v) Banco Comercial do Atlântico / Banco Interatlântico

Financiamento obtido para financiar a aquisição de viaturas de combate a incêndios para o aeroporto da Praia.

Financiamento com valor nominal 157.644 mESC que vence juros à taxa EURIBOR a três meses, acrescida de um spread de 2,75%. O capital será reembolsado em 6 anos (24 prestações trimestrais), com um período de carência de 3 meses a contar da data da última utilização do crédito (ocorrida em Julho de 2007).

vi) Banco Comercial do Atlântico

Financiamento obtido para financiar a ampliação da plataforma do aeroporto da Boavista.

Financiamento com valor nominal de 419.747 mESC que vence juros à taxa BCAINDEX a seis meses, acrescida de um spread de 1,3%. O plano da dívida prevê o reembolso em 7 anos (28 prestações trimestrais), com início, após a última utilização do crédito (que ocorreu em Outubro de 2012).

vii) Banco Comercial do Atlântico

Financiamento obtido para liquidação do crédito documentário n.º 6123902.60.44, referente ao fornecimento de equipamentos eléctricos e obras de reabilitação da rede eléctrica do aeroporto Internacional Amílcar Cabral, na ilha do Sal.

Financiamento com valor nominal de 347.332 mESC que vence juros à taxa BCAINDEX a seis meses, acrescida de um spread de 1,247%. O plano da dívida prevê o reembolso em 7 anos (28 prestações trimestrais), com início, após a última utilização do crédito (que ocorreu em Dezembro de 2011).

viii) Caixa Económica de Cabo Verde

Financiamento obtido para liquidação de um crédito documentário, referente à aquisição de viaturas de combate a incêndios para os aeroportos do Sal e São Vicente.

Financiamento com valor nominal de 220.000 mESC que vence juros à taxa de 7,25% ao ano, ajustável durante a vigência do contrato. O plano da dívida prevê o reembolso em 4 anos (48 prestações mensais), com início, 365 dias após a data de assinatura do contrato que ocorreu a 25 de Maio de 2011.

ix) Banco Espírito Santo

Empréstimo para financiamento da obra de reposição da camada de desgaste da pista do Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela, emitido em 2013, no valor de 265.000 mESC, por um prazo de 7 anos com uma taxa de juro variável equivalente à EURIBOR a três meses, acrescida de um spread de 6,5%.

x) Caixa Económica de Cabo Verde

Financiamento obtido em 2013 para conclusão das obras do Flexiterminal do Aeródromo de Preguiça – S. Nicolau, no montante de 440.000 mESC., por um período de 5 anos a uma taxa de juro de 7,4%. O início do pagamento deu-se em novembro de 2013e é mensal (60 prestações mensais).

xi) Empréstimo obrigacionista 2012

Empréstimo obrigacionista emitido em 2012, no valor de 450.000 mESC (450.000 obrigações com valor nominal de 1m ESC), através de modalidade pública nos termos do artigo 184.º do Código de Mercado dos Valores Mobiliários, por um prazo de 5 anos com uma taxa de juro variável equivalente à Taxa de Cedência de Liquidez (TCV) do Banco de Cabo Verde, acrescida de um spread de 0,25%. As obrigações serão reembolsadas em Outubro de 2017.

xii) Locações financeiras

Contrato de leasing celebrado em 2010 com a empresa Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, S.A. para a aquisição de 4 viaturas no montante total de 12.920 mESC acrescido de IVA. Este contrato será reembolsado em 48 prestações mensais constantes e vence juros à taxa BCAINDEX a seis meses, acrescida de um spread de 1,4%, não podendo descer abaixo dos 6,75% (taxa mantém-se fixa durante cada período de 6 meses).

Apresenta-se seguidamente o resumo dos pagamentos mínimos futuros associados ao referido contrato:

LOCAÇÕES FINANCEIRAS

	2013	2012
Locações Financeiras - pagamentos mínimos da locação		
Até 1 ano	1.821	3.642
Entre 1 e 5 anos	0	1.821
Mais de 5 anos		-
	1.821	5.462
Custos financeiros futuros das locações financeiras	118	377
Valor atual do passivo das locações financeiras	1.703	5.085

xiii) Juros a pagar (especialização)

Este saldo refere-se à especialização dos juros a pagar, à data de 31 de Dezembro de 2013 e 2012, considerando o período de juros decorrido e as taxas de juro negociadas, para cada empréstimo.

xiv) Seguros de crédito (antecipadamente)

Estes montantes correspondem ao valor do prémio do seguro de crédito pago relativo aos empréstimos contraídos junto do Banco Espírito Santo e da Caixa Geral de Depósitos (cerca de 15% do montante de cada financiamento solicitado, tendo o valor sido deduzido ao montante do empréstimo disponibilizado pelos respetivos Bancos). O valor do prémio pago constitui um custo incremental na obtenção do empréstimo, a ser reconhecido de acordo com a taxa de juro efetiva. Contudo, uma vez que o resultado do diferimento linear destes custos não é materialmente diferente do resultante da aplicação da taxa de juro efetiva a ASA manteve o diferimento linear destes custos.

xv) Comissão de abertura de crédito (pago antecipadamente)

Em 2013 ficou regularizada as comissões de 0,75% sobre os novos financiamentos obtidos no exercício de 2010 junto do Banco Comercial do Atlântico. O valor pago constitui um custo incremental na obtenção do empréstimo, a ser reconhecido de acordo com a taxa de juro efetiva. Contudo, uma vez que o resultado do diferimento linear destes custos não era materialmente diferente do resultante da aplicação da taxa de juro efetiva a ASA procedeu-se ao diferimento linear destes custos, após o termo da data de utilização dos referidos financiamentos.

A 31 de Dezembro de 2013 a maturidade dos financiamentos obtidos é a seguinte:

		Pagamento nos exercícios					
	Saldo em 31-12-2013	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019 e Seguintes**
Agence Française Development	**206.341**	37.517	37.517	37.517	37.517	37.517	18.758
Banco Europeu Investimento	**1.124.106**	173.686	178.935	184.344	189.916	195.656	201.569
BES-Aeroporto da Boavista	**198.816**	198.816	-	-	-	-	-
CGD - Financiam. Obra S. Pedro	**738.893**	211.112	211.112	211.112	105.558	-	-
BCA/BIA - Viaturas Incêndio NAP	**-**	-	-	-	-	-	-
Extensão Plataforma do ABV	**358.620**	49.503	53.217	57.209	61.501	66.115	71.075
Sistema Iluminação AIAC- AGL	**264.410**	45.876	49.173	52.707	56.494	60.160	-
CECV - Viaturas incêndio ITURRI	**90.007**	58.576	31.431	-	-	-	-
BIA p/c Obrigações	**(30)**	(30)	-	-	-	-	-
BES-Camada Desgaste AIPNM	**255.185**	39.259	39.259	39.259	39.259	39.259	58.889
CECV -Flexiterminal S. Nicolau	**427.798**	76.451	82.304	88.606	95.390	85.047	-
Empréstimo Obrigacionista 2012	**450.000**	-	-	-	450.000	-	-
Total Financiamentos obtidos	**4.114.146**	**890.766**	**682.948**	**670.753**	**1.035.634**	**483.753**	**350.292**

20 - Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:

Descrição		2013	2012
Fornecedores - Terceiros			
TACV - Cabo Verde Air Lines	i)	135.631	103.279
Electra	ii)	25.890	32.344
South Communications	iii)	11.027	-
PQCROFT - Price-Quantity Axis, SL	iv)	8.505	-
Ineco	v)	6.485	11.260
STUDI INTERNATIONAL	vi)	6.070	-
VICTOR MANUEL FONSECA DE PINA - ADP	vii)	5.144	-
Cabo Verde Telecom	viii)	4.306	2.033
CV MULTIMÉDIA, S.A.	ix)	3.155	-
FONSECA & SANTOS	x)	2.468	-
ASECNA	xi)	2.198	-
CENTRO MÉDICO CARDIOLÓGICO, Lda	xii)	1.981	-
NAV Portugal, E.P.E.	xiii)	1.973	-
Enacol	xiv)	1.960	676
Outros		31.657	39.001
Total saldo fornecedores - corrente		**248.450**	**188.593**
Total saldo fornecedores - não corrente		-	-

Em 31 de Dezembro de 2013 os saldos de fornecedores mais significativos referem-se a:

i) TACV – Cabo Verde Airlines: saldo a pagar refere-se a passagens aéreas realizadas de 2008 a 2013;

ii) Electra: saldo referente às faturas de fornecimento de eletricidade e água referentes a Dezembro de 2013;

iii) South Communications: saldo referente a publicidade institucional, no âmbito da estratégia de divulgação de Cabo Verde como destino turístico no estrangeiro;

iv) PQCROFT – Price Quantity: saldo referente aos honorários relativamente ao Business Plan ASA 2014-2018 e aos honorários relativamente aos estudos de viabilidade do Handling TACV;

v) Ineco: saldo referente a serviços de assessoria técnica de inspeções a obras;

vi) Studi Internacional: saldo referente aos estudos de expansão do Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela;

vii) Victor Manuel Fonseca de Pina – Praia: valor referente ao transporte de água para o Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela;

viii) Cabo Verde Telecom: saldo relativo aos serviços de telefone e aluguer de circuitos;

ix) CV Multimédia, S.A.: saldo referente ao fornecimento de serviço de internet e Zap;

x) Fonseca & Santos, Lda.: saldo referente ao fornecimento de UPS e equipamentos informáticos bem como consumíveis de escritório;

xi) ASECNA: saldo referente ao serviço prestado na calibração das rádio ajudas à navegação realizado em setembro de 2013;

xii) Centro Médico Cardiológico: referente à inspeção médica dos bombeiros da ASA;

xiii) NAV Portugal: Referente aos gastos com formação dos candidatos a controladores de tráfego aéreo;

xiv) Enacol: saldo relativo ao fornecimento de combustíveis aos aeroportos.

21 – Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a natureza dos saldos da rubrica de outras contas a pagar são as seguintes:

	2013			2012		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores investimentos	136.345	-	136.345	90.488	-	90.488
Outros credores	746.659	-	746.659	640.044	-	640.044
Credores por acréscimo de gastos						
Gastos c/ pessoal - Férias e SF	140.307	-	140.307	137.719	-	137.719
Outros serviços	14.442	-	14.442	3.187	-	3.187
Taxas de regulação	293.459	-	293.459	288.103	-	288.103
Outras contas a pagar	**1.331.212**	**-**	**1.331.212**	**1.159.540**	**-**	**1.159.540**

Detalhe da rubrica de outros credores

		2013	2012
Agência Aviação Civil	i)	745.839	638.836
Outros		820	1.207
		746.659	**640.044**

i) Agência de Aviação Civil

Montante a pagar referente a participação nos rendimentos da Fir Oceânica e taxas de regulação e outros serviços decorrentes da atividade operacional da empresa, referente aos exercícios de 2009, 2010, 2011 e 2012, encontrando-se o montante referente ao exercício de 2013 devidamente acrescido.

22 – Diferimentos

Descrição	2013	2012
Gastos a reconhecer		
Diversos	0	0
Total	**0**	**0**
Rendimentos a reconhecer		
Subsídio ao investimento - Subvenção AFD	20.762	23.069
Total	**20.762**	**23.069**

Subsídios ao investimento / subvenção AFD

Valor pago pela AFD para fiscalização das obras de extensão e modernização do aeroporto de São Pedro na Ilha de São Vicente. Dado que esta verba não será reembolsada, foi-lhe dado o tratamento contabilístico de um subsídio ao investimento, sendo amortizado, anualmente, à taxa dos bens a que está afeto.

O valor da amortização anual ascende a 2.307 mESC, sendo reconhecida na rubrica de "Outros rendimentos" na demonstração dos resultados (Ver Nota 26).

23 – Vendas e serviços prestados

Os serviços prestados e as vendas por tipo de produto/ serviço podem ser apresentados da seguinte forma:

		2013	2012
Vendas de Produtos			
Mercadorias		-	-
Total de Vendas		**-**	**-**
Prestação de serviços			
Taxas de rota	i)	2.965.783	3.224.615
Taxas TNC	ii)	100.268	109.384
Rendimentos de exploração aeroportuária	iii)	1.614.846	1.632.282
Outros	iv)	144.992	132.808
Total de Prestação de serviços		**4.825.890**	**5.099.089**
Vendas e prestações de serviços		**4.825.890**	**5.099.089**

i) Taxas de rota: Taxa cobrada às companhias aéreas por sobrevoarem o espaço aéreo de Cabo Verde, sendo determinada com base na distância percorrida e no PMD (peso máximo à descolagem);

ii) Taxas TNC: Taxa paga pelas companhias aéreas por cada operação de aterragem e take-off em Cabo Verde. Esta taxa varia consoante o PMD do avião e é aplicável tanto nos voos internacionais como nos domésticos;

iii) Rendimentos de exploração aeroportuária: Taxas de aterragem e descolagem, taxas de serviços de passageiros, entre outras, cobradas às companhias aéreas que utilizem as infraestruturas aeroportuárias de Cabo Verde;

iv) Outros: Inclui (a) rendas obtidas pela locação de infraestruturas aeroportuárias, nomeadamente, espaços comerciais e escritórios que se traduzem em rendas fixas ou comparticipação nas vendas de lojas e bares; e (b) valores cobrados pela colocação de publicidade e letreiros.

24 – Fornecimentos e serviços externos

O detalhe de gastos suportados pela ASA com fornecimentos e serviços externos é como segue:

		2013	2012
Taxa Regulação AAC	i)	293.459	288.103
Electricidade	ii)	281.533	206.726
Honorários	iii)	159.544	61.428
Prestação Serviço Meteo	iv)	132.000	132.000
Vigilancia e segurança		116.161	113.584
Conservação e reparação		115.146	113.739
Agua		85.167	88.069
Limpeza, higiene e conforto		75.978	78.342
Publicidade e propaganda		68.747	138.140
Seguros		47.939	50.385
Outros fornecimentos e serviços		32.166	74.741
Combustíveis e outros fluidos		29.560	90.774
Outros (inferiores a 50.000 mESC)	v)	200.298	169.583
Fornecimentos e serviços externos		**1.637.697**	**1.605.613**

i) Taxa regulação IAC – Esta rubrica regista os gastos relacionados com a taxa de regulação, paga à Agência Aeronáutica Civil. De acordo com o D.L. 35/2009 (Art. 41º e 43º), os operadores do sector de aviação civil são legalmente obrigados a pagar: contribuições relativas a prestação de serviços de aterragem, assistência a passageiros, "handling" de bagagem em 0,75% do total das receitas e 8% da faturação anual da FIR Oceânica do Sal, com referência ao ano anterior;

ii) Eletricidade – encargos suportados com consumo de energia elétrica nas instalações aeroportuárias da ASA durante o exercício.

iii) Honorários – os gastos incorridos com honorários de consultores e especialistas relativamente a diversos projetos a desenvolvidos durante o exercício, nomeadamente o projeto do sistema de gestão de segurança desenvolvido pela ICAO, estudos sobre a implementação da taxa de segurança, estudos de viabilidade do handling, atualizações das servidões aeronáuticas e estudo de viabilidade das operações noturnas no AICE – Aeroporto Internacional Cesária Évora.

iv) Serviços meteorológicos – gastos relativos ao serviço de meteorologia contratado com o INMG conforme protocolo assinado entre a ASA e o INMG desde Janeiro de 2008, e que define um montante mensal a pagar de 11.000 mESC. A informação meteorológica é um requisito das entidades que fazem o controlo de rotas, devendo a mesma ser prestada às aeronaves;

v) Outros fornecimentos e serviços – nesta rubrica incluem-se outras naturezas de gastos incorridos sendo os mais significativos referentes a: comissões pagas à IATA, deslocações e estadas, comunicação, etc.

25 - Gastos com pessoal

Em 2013 e 2012 os gastos com pessoal apresentam a seguinte composição:

	2013	2012
Remunerações		
Pessoal	719.635	719.745
Sub-total	**719.635**	**719.745**
Encargos sobre remunerações	151.365	152.109
Subsídio de refeição	61.255	60.278
Prémio fim ano	57.395	55.677
Formação de pessoal	90.623	79.619
Horas extraordinárias	30.716	32.806
Prémio qualificação aeronáutica	28.324	31.097
Subsídio de turno	31.807	31.466
Outros gastos com pessoal	71.162	71.300
Sub-total	**522.647**	**514.352**
Gastos com o pessoal	**1.242.282**	**1.234.097**

O número médio de empregados da ASA em 2013 foi de 517(2012: 507).

26 – Outros rendimentos e ganhos

O detalhe desta rubrica é como segue:

		2013	2012
Diferenças câmbio favoráveis	i)	7.024	78.156
Outros rendimentos suplementares	ii)	54.443	53.566
Outros não específicados	iii)	-	362.264
Imputação subsídios ao investimento (ver Nota 22)		2.307	2.307
Correcções relativas a exercícios anteriores		126	564
Ganhos em inventários		2.452	1.385
Outros		18.616	179
		84.969	**498.421**

Os outros rendimentos e ganhos correspondem, essencialmente, a:

i) Diferenças de câmbio favoráveis - resultam da atualização dos saldos em moeda estrangeira no final do exercício e do diferencial ocorrido entre o valor facturado e o valor recebido dos clientes no decurso do exercício (através da IATA);

ii) Outros rendimentos suplementares – correspondem, essencialmente, à faturação de eletricidade fornecida a entidades terceiras que ocupam instalações da ASA nos aeroportos;

iii) Outros não especificados – O valor registado em 2012 incluiu, essencialmente, o ganho resultante do desconto dos saldos passivos junto do acionista (ver Nota 14) no valor de 362.124 mESC.

27 – Outros gastos e perdas

O detalhe desta rubrica é como segue:

		2013	2012
Diferenças câmbio desfavoráveis	i)	50.283	35.838
Impostos	ii)	35.943	24.053
Insuficiência da estimativa para imposto		47.517	621
Donativos		50	142
Perdas em inventários		3.135	-
Correcções relativas a exercícios anteriores	iii)	1.674	60.150
Outros	iv)	202.363	81.470
		340.965	**202.274**

Os outros gastos e perdas correspondem, essencialmente, a:

i) Diferenças de câmbio desfavoráveis – resultam da atualização dos saldos em moeda estrangeira no final do exercício e do diferencial ocorrido entre o valor faturado e o valor recebido dos clientes no decurso do exercício;

ii) Impostos – resulta essencialmente de gastos com IUP e taxa de resíduos sólidos;

iii) Correções relativas a exercícios anteriores – inclui essencialmente gastos decorrentes de amortizações de anos anteriores e de outros custos relacionados com o investimento da Iluminação Fase I AIAC e do investimento na Sala VIP do Aeroporto Nélson Mandela. O investimento inicial foi suportado pelo Governo mas a incorporação nos ativos tangíveis da ASA foi apenas realizada em 2012 uma vez que em 2011 não estava clarificado esta situação com o acionista (ver Nota 4 e Nota 14);

iv) Outros – incluem gastos essencialmente relacionados com a reversão de parte do valor que em 2012 resultou do desconto dos saldos passivos junto do acionista (ver Nota 14). Em 2012 o valor registado como ganho foi de 362.124 mESC.

28 – Juros e rendimentos/gastos similares obtidos/ suportados

Esta rubrica é detalhada como segue:

		2013	2012
Juros e perdas financeiras			
Juros suportados	i)	(174.746)	(195.511)
Outros juros de financiamento	ii)	(63.601)	(81.153)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	iii)	(1.995)	(14.724)
		(240.342)	**(291.387)**
Juros e ganhos financeiros			
Juros obtidos	iv)	18.400	21.862
Diferenças de câmbio favoráveis	iii)	709	1.571
Rendimento de participação capital - Dividendos	v)	-	4.081
Outros ganhos de financiamento	vi)	288	-
		19.396	**27.514**

i) Juros suportados – incluem os gastos financeiros suportados com os juros dos empréstimos contraídos para financiamento dos investimentos efetuados nas infraestruturas aeroportuárias;

ii) Outros juros de financiamento – relativo essencialmente, ao custo com o prémio de seguro COSEC pago como parte da negociação dos financiamentos, que está a ser diferido pela maturidade dos financiamentos no montante de 53.634 mESC e aos gastos suportados com a montagem e publicação da oferta pública obrigacionista no montante de 9.774 mESC;

iii) Diferenças de câmbio favoráveis e desfavoráveis – ganhos e perdas decorrentes do registo das diferenças de câmbio relacionadas com a atualização no final de cada exercício dos financiamentos obtidos em moeda estrangeira, com base nas taxas de câmbio em vigor à data de 31 de Dezembro de 2012;

iv) Juros obtidos – incluem a remuneração de saldos de depósitos à ordem da empresa e a especialização dos juros a receber do investimento efetuado em obrigações e o depósito garantia do BEI;

v) Dividendos – em 2013 não houve por parte do Banco Comercial do Atlântico, distribuição de dividendos relativos à participação financeira no capital. Em 2012 os dividendos foram no montante de 4.081 mESC. (ver Nota 7).

29 – Imposto do Exercício

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2013	2012
Imposto s/ rendimento corrente	70.911	302.575
Imposto s/ rendimento diferido	(25.638)	(92.145)
Imposto sobre o rendimento	**45.273**	**210.430**

A taxa de imposto utilizada para calcular o imposto do exercício e a valorização das diferenças tributárias à data de balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 foi de 25% (2011: 25%)

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

	2013	2012
Resultado antes de Imposto	157.381	568.184
Taxa de Imposto	25,0%	25,0%
	39.345	142.046
Gastos não dedutíveis	14.392	49.042
Rendimentos não tributáveis	(4.600)	(6.645)
Outros	(3.864)	25.987
	45.273	210.430
Imposto s/ rendimento corrente	70.911	302.575
Imposto s/ rendimento diferido	(25.638)	(92.145)
Imposto s/ rendimento	45.273	210.430
Taxa efectiva de imposto	**28,8%**	**37,0%**

30 – Dividendos por ação

Em 2013 foi deliberado atribuir dividendos de 101.959 mESC (0,650 mESC por ação detida a 31 de Dezembro de 2012), montante este que se encontra por liquidar a 31 de Dezembro de 2013 (Ver Nota 14). Em 2013, 2012 e 2011 não foi pago qualquer dividendo.

31 – Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2013, a ASA é controlada pelo Estado da República de Cabo Verde, que detém 100% do capital social da empresa, sendo o seu último acionista.

31.1 Remuneração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da ASA foi considerado de acordo com a NRF 4 – Divulgação de partes relacionadas, como sendo os únicos elementos "chave" da gestão da ASA. Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da ASA ascenderam a:

	2013	2012
Remunerações	15.674	9.723
	15.674	**9.723**

31.2 Transações entre Partes Relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Acionista ou por via acionista

- Estado da República de Cabo Verde
- TACV Airlines
- TACV Assistência

(b) Transações e saldos pendentes

i) Acionista e as suas partes relacionadas:

Durante o exercício, a ASA efetuou as seguintes transações com aquelas entidades:

	2013	2012
Prestações de serviços		
TACV Airlines e TACV Assistência	714.097	739.461
	714.097	**739.461**

	2013	2012
Compras de serviços		
TACV Airlines	32.353	32.159
	32.353	**32.159**

Saldos devedores e credores

No final do exercício de 2013, os saldos resultantes de transações efetuadas com Acionistas e as suas partes relacionadas, a valores nominais, são os seguintes:

	2013	2012
Saldos devedores		
Estado da República de Cabo Verde (ver Nota 14)	390.000	390.000
TACV Airlines e TACV Assistência (ver Nota 11)	3.855.816	3.141.516
	4.245.816	**3.531.516**
Saldos credores		
Estado da República de Cabo Verde (ver Nota 14)	(3.282.063)	(3.180.104)
TACV Airlines (ver Nota 20)	(135.631)	(103.279)
	(3.417.695)	**(3.283.383)**

O saldo credor em dívida ao Estado da República de Cabo Verde, no montante de 3.282.063 mESC, encontra-se assim repartido:

i. Dividas assumidas pelo Estado no montante de 2.643.905 mESC., descontado a uma taxa de juro de 8,6% por um prazo médio de 2 anos (ver Nota 14);

ii. Dividendos a receber relativamente à distribuição de resultados dos exercícios de 2010, 2011 e 2012.

(ii) Empreendimentos conjuntos:

Durante o exercício, a ASA efetuou as seguintes transações com aquelas entidades:

Prestações de Serviços

Não existiram transações.

Compras de produtos e serviços

Não existiram transações

Saldos devedores e credores

No final do exercício de 2013 e 2012 não existiam saldos pendentes.

32 – Outras informações sobre a aplicação do regime do acréscimo

De acordo com a obrigação de divulgação específica, os impactos da aplicação do regime do acréscimo a 31 de Dezembro de 2013 e 2012 são os seguintes:

Descrição	Nota	2013	2012
Acréscimos de proveitos			
Devedores por acréscimos de rendimentos	15	9.274	8.097
		9.274	**8.097**
Diferimentos de gastos			
Diversos	22	-	-
Gastos seguro COSEC	19	125.120	178.755
Gastos comissão abertura de crédito	19	4.931	5.753
		130.052	**184.508**
Acréscimos de gastos			
Credores por acréscimos de gastos - Férias e S. Férias	21	(140.307)	(137.719)
Credores por acréscimos de gastos - Outros	21	(14.442)	(3.187)
Credores por acréscimos de gastos - taxas regulação	21	(293.459)	(288.103)
Credores por acréscimos de gastos - juros a pagar	19	(30.403)	(37.667)
		(478.611)	**(466.675)**
Diferimentos de rendimentos			
Subsídios ao investimento - AFD	**22**	(20.762)	(23.069)
Total		**(20.762)**	**(23.069)**

33 – Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

Passivos contingentes:

i) Garantias

À data do balanço a ASA tem as seguintes garantias prestadas:

a) Garantias bancárias no valor de 206.085 mESC (1.869.000 euros) emitidas pelo "Banque et Caisse d'Espargne de L'État Luxembourg" para fazer face ao empréstimo concedido pelo European Investment Bank;

b) O crédito conjunto do Banco Interatlântico e Banco Comercial do Atlântico foi garantido pelo aval do Estado de Cabo Verde através de resolução do Conselho de Ministros nº28/2005 publicada no Boletim Oficial nº29;

c) Garantia bancária junto da Caixa Económica de Cabo Verde no valor de 981.500 euros no âmbito de um crédito obtido junto desta entidade para liquidação de crédito documentário relativo à aquisição de viaturas de combate a incêndios. Este crédito foi também garantido através de uma livrança assinada em branco;

d) Garantia bancária emitida pelo Banco Comercial do Atlântico no valor de 80.368 mESC a favor do Ministério das Finanças para garantir o pagamento do valor das adicionais da IUR, relativamente ao exercício de 2006.

ii) Processos judiciais

Em 31 de Dezembro de 2013 a ASA tem os seguintes processos judiciais em curso para os quais não foi constituída provisão por não ser provável o exfluxo de recursos da Empresa para pagar:

a) Ação Ordinária n.º 03/98 - Tribunal judicial da Comarca do SAL, no valor de 2.600 mESC, intentada pela Cash - Catering e Serviços Hoteleiros, contra a ASA, no âmbito do concurso público para exploração do restaurante/bar do aeroporto do Sal. Fase Processual: Aguarda Despacho Saneador;

b) Ação Ordinária n.º 11/98 - Tribunal judicial da Comarca do SAL, no valor de 6.850 mESC, intentada pela Cash - Catering e Serviços Hoteleiros contra a ASA referente ao processo supra. Fase Processual: Sentença em 1ª instância favorável à ASA; Aguarda julgamento do recurso interposto para o Supremo Tribunal de Justiça;

c) Ação Ordinária n.º 01/04 - Tribunal judicial da Comarca do SAL, no valor de 1.500 mESC, intentada pela Freitas Catering SARL contra a ASA, referente ao recurso de contencioso no âmbito do processo de adjudicação do Restaurante do Concourse-Hall. Fase Processual: Aguarda Sentença;

d) Tribunal Comarca da Praia: Dois processos ordinários no valor de 5.035 mESC, sendo um no valor de 4.500 mESC movido pela empresa Electroaris, relacionada com extravio de uma carga no terminal de carga do aeroporto da Praia, e outro, no valor de 535 mESC, relacionado com um pedido de anulação de concurso público;

e) Tribunal Comarca de S. Vicente: Processo intentado por um trabalhador, de natureza de recurso contencioso administrativo, no valor de 500 mEsc, já julgado mas aguarda-se a sentença final;

f) Processo movido contra a ASA, SA e os herdeiros do ex-colaborador Carlos Orteaga, no valor de 1.862.467$00 (um milhão, oitocentos e sessenta e dois mil e quatrocentos e sessenta e sete escudos) relacionado com a conclusão da escritura de compra e venda de uma moradia.

34 – Divulgações exigidas por diplomas legais

Não existem divulgações exigidas por legislação específica.

ii) 35 – Eventos subsequentes

Desde a data do fecho de contas até esta data não se verificou qualquer acontecimento que possa influenciar significativamente as demonstrações financeiras apresentadas.

-:-:-:-:-:-:-:-:-:-:-:-